

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS
NÍVEL MESTRADO

GEOVANA ZIMMERMANN LOS

EVIDENCIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL: UM ESTUDO NAS EMPRESAS LISTADAS NO
ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE) DA BM&FBOVESPA

São Leopoldo

2014

Geovana Zimmermann Los

EVIDENCIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL: UM ESTUDO NAS EMPRESAS LISTADAS NO
ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE) DA BM&FBOVESPA

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Área de concentração: Controladoria e Finanças.

Orientador: Prof. Dr. Ernani Ott

São Leopoldo

2014

Ficha Catalográfica

L89e Los, Geovana Zimmermann.
Evidenciação socioambiental: um estudo nas empresas listadas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE) da BM&FBOVESPA / por Geovana Zimmermann Los. – 2014.
113 f. : il. ; 30cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, São Leopoldo, RS, 2014.

“Orientação: Prof. Dr. Ernani Ott”.

1. Empresas – Aspectos sociais. 2. Evidenciação socioambiental. 3. Responsabilidade social da empresa. 4. Sustentabilidade empresarial. 5. Norma Brasileira de Contabilidade Técnica – NBC T 15. I. Ott, Ernani. II. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. III. Título.

CDU 658:364.442

Catálogo na Publicação:
Bibliotecária Camila Quaresma Martins - CRB 10/1790

Geovana Zimmermann Los

EVIDENCIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL: UM ESTUDO NAS EMPRESAS LISTADAS NO
ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL (ISE) DA BM&FBOVESPA

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Área de concentração: Controladoria e Finanças.

Aprovado em 28/03/2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ernani Ott – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Prof. Dr. Valcemiro Nossa – Fund. Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE)

Prof. Dr. Carlos Alberto Diehl – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Prof^a. Dr^a. Clea Beatriz Macagnan – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

São Leopoldo

2014

Ao Ricardo, meu companheiro, pelo incentivo, apoio e compreensão na realização desta conquista.

AGRADECIMENTOS

Este momento é motivo de orgulho, pois concluo o curso de Mestrado na única Ciência que estuda os fenômenos patrimoniais e que é indispensável a qualquer empresa, a Contabilidade. E, assim, venho agradecer àqueles que estiveram presentes na minha vida durante esse período.

Agradeço a Deus, Criador, pela vida e por todos os momentos em que tive a certeza de sua presença nessa jornada.

Agradeço ao meu companheiro, Ricardo, pelo incentivo, pela compreensão e pela persistência nos momentos tumultuados de minha vida durante esse período.

Aos meus pais, Natalino (*in memoriam*) e Dona Sisa; aos meus irmãos Mauro e Venusa; às minhas sobrinhas Valéria e Letícia, à Rosane, minha cunhada, muito obrigada! Vocês foram meus primeiros professores e, mesmo diante de muitas dificuldades, fizeram-me entender que respeito, educação, conhecimento e humildade são nossos maiores ativos.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Ernani Ott, pelos ensinamentos, pelo apoio, pela dedicação e motivação na busca da tão importante evidenciação socioambiental, desafio para a Ciência Contábil quando se discute responsabilidade social corporativa e sustentabilidade empresarial, minha gratidão.

Ao professor Dr. Clóvis Antônio Kronbauer, agradeço os ensinamentos recebidos nas disciplinas.

Aos professores Dr. Carlos Alberto Diehl e Dr. João Eduardo Prudêncio Tinoco, agradeço pelas preciosas sugestões na banca de qualificação.

Ao Prof. Dr. Julcemar Bruno Zilli, pelas contribuições na construção do modelo econométrico e na análise estatística dos dados, o meu agradecimento.

Ao meu colega e parceiro da rota Passo Fundo–São Leopoldo, Tadeu Grando, pessoa muito especial, sempre disposta a ajudar e compartilhar conhecimentos. À Miriam Frosi, colega veterana, por todas as valiosas orientações, um sincero agradecimento.

À Juliana Froner e à Adriana Pasini, obrigada pela amizade e coleguismo.

Ao companheirismo dos colegas da linha de Pesquisa de Usuários Externos, turma 2012, em especial à minha colega Patrícia, por dividirmos, além de muitas diárias de hotéis, nossas angústias, planos e desafios; agradeço à Marineiva, ao João Cleber e ao Matheus, pelo entusiasmo e dedicação que resultaram na aprovação de nossos artigos nos Congressos da USP, e, também, ao Vagner, à Simone, à Daiane, à Cybele, à Vanessa e ao Eduardo, pela amizade.

Ao Banco do Brasil S.A., pela liberação nas sextas-feiras, especialmente ao então gerente da agência 2992 – Bairro São Cristovão, José Enio Paiva.

Agradecimento especial aos meus superiores imediatos Elizete Corazza Biazin e Paulo Ferraz, sempre muito compreensivos nas minhas ausências. Obrigada aos meus colegas Josedani, Salete, Diego, Marina, Cristiano, Valquiria, Dalla, Lucas e a Maria Hedwiges, que realizaram minhas atividades nos momentos em que precisei me ausentar. Agradeço, ainda, ao Cristiano Oro, ao Gilnei Bullé, à Cláudia Delazeri e ao Marcos Leonardi, meus atuais superiores, pelo apoio e compreensão das minhas ausências durante a finalização desta dissertação.

Certa vez ouvi uma história que comparava a vida a um rio, que em algum ponto foi uma vertente que foi crescendo e se unindo a outros riachos. Diz-se que, antes de um rio cair no oceano, ele treme de medo. Olha para trás, para toda a jornada. Os cumes, as montanhas, o longo caminho sinuoso através das florestas, dos povoados e vê à sua frente um oceano tão vasto, e entrar nele nada mais é do que desaparecer para sempre. Mas não há outra maneira. O rio não pode voltar. Voltar é impossível na existência. O rio precisa se arriscar e entrar no oceano. E somente quando entra no oceano é que o medo desaparece, porque, apenas nesse momento o rio saberá que não se trata de desaparecer, mas de tornar-se oceano.

Assim como o rio, temos de ir em frente. Os novos conhecimentos e as pessoas com quem convivemos ao longo de nossa existência nos fortalecem para atingirmos nossos objetivos, assim como o rio que se transforma em oceano, porque conseguiu contornar e superar os obstáculos.

A todos aqueles que direta ou indiretamente viveram comigo esse período, tenho a lhes dizer, muito obrigada! E que venham novos obstáculos a superar.

“Se você tem metas para um ano, plante arroz.
Se você tem metas para 10 anos, plante uma árvore.
Se você tem metas para 100 anos, então eduque uma criança.
Se você tem metas para 1000 anos, então preserve o Meio Ambiente.”

Confúcio

RESUMO

O objetivo do estudo foi verificar o impacto no valor adicionado a distribuir das variáveis evidenciadas, segundo a NBCT 15, por empresas classificadas no ISE. A pesquisa foi realizada com uma amostra formada por 75 relatórios de sustentabilidade, de 25 empresas que permaneceram na carteira do ISE no período de 2010 a 2012. Os resultados revelam que o grupo de indicadores do corpo funcional apresenta o maior percentual de atendimento à evidenciação de informações requeridas pela NBC T 15, uma vez que estes são evidenciados em 62,67% dos relatórios das empresas da amostra, seguidos do grupo de indicadores sociais internos, com 55,92%, e do grupo de indicadores sociais externos, divulgados em 47,33% dos relatórios. Já o grupo de indicadores relacionados com o meio ambiente apresenta o percentual médio mais baixo em termos de aderência, com índices de 26,67%. Com isso, o nível geral de aderência das empresas da amostra aos indicadores da NBC T 15 é de 49,6%, revelando fragilidade no quesito transparência. Nesse sentido, utilizando-se a análise de regressão com dados em painel para modelo de efeito fixo e de efeito aleatório, foi testado o impacto das variáveis “gastos sociais internos”, “número de funcionários”, “gastos sociais externos” e “gastos em meio ambiente no valor adicionado a distribuir das empresas”. No resultado para o modelo de efeito aleatório, é possível rejeitar H_0 , diante da hipótese $H_{0,1}$, e confirmar a hipótese H_1 formulada. Assim, o estudo revela que quanto maior o gasto com indicadores sociais internos, maior seria o valor adicionado a distribuir das organizações da amostra. Para as hipóteses $H_{0,2}$ e $H_{0,4}$, é rejeitada a hipótese H_0 a 5% de significância e, com isso, pode-se confirmar as hipóteses H_2 e H_4 do estudo, respectivamente. Dessa forma, o resultado demonstra que quanto maior o nível de funcionários das empresas da amostra, bem como quanto maiores forem os gastos com meio ambiente, maior será o valor adicionado a distribuir por elas.

Palavras-chave: Responsabilidade social corporativa. Sustentabilidade empresarial. Evidenciação contábil (*Disclosure*). Norma Brasileira de Contabilidade Técnica 15 (NBC T 15).

ABSTRACT

The aim of the study was to determine the impact, on the added value to distribute of evidenced variables, according to NBCT 15, by companies classified on the ISE. The survey was conducted with a sample consisting of 75 sustainability reports, of 25 companies which remained on the ISE in the period 2010-2012. The results show that the group of indicators of functional staff shows the highest percentage of attendance to the disclosure of information required by NBC T 15, since these are observed in 62.67% of sample companies's reports, followed by the group of internal social indicators, with 55.92%, and the group of external social indicators, published in 47.33% of the reports. The group of indicators related to the environment presents the lowest average percentage in terms of adherence, with rates of 26.67%. With this, the overall adherence level of the sample companies to the indicators of NBC T 15 is 49.6%, revealing weaknesses in the category transparency. In this sense, using regression analysis, with panel data for the fixed effect and random effect model, it was tested the impact of variables "internal social spending," "number of employees", "external social costs" and "Spending on the environment in the value added to be distributed by companies". In the results for the random effect model, it is possible to reject H_0 , given the hypothesis $H_{0,1}$. Thus, the study reveals that higher is the spending on domestic social indicators, higher is the sample organizations' added value to distribute; For the hypotheses $H_{0,2}$ e $H_{0,4}$, is rejected hypothesis H_0 at 5% significance, and, thus, it can be confirmed the H_2 and H_4 hypotheses of the study, respectively. Thus, the result shows that higher is the level of employees of companies in the sample, as well as higher is the spending on the environment, higher will be the value added to be distributed by them.

Keywords: Corporate social responsibility. Corporate sustainability. Disclosure. Brazilian standard for technical accounting 15.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAPP	Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar
ADR	<i>American Depositary Receipt</i>
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimentos
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
APIMEC	Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais
BM&FBovespa	Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
CEO	<i>Chief Executive Officers</i>
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CISE	Conselho do Índice de Sustentabilidade Empresarial
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CPC	Comitê Pronunciamentos Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DFC	Demonstrações Financeiras Consolidadas
DJSI	<i>Dow Jones Sustainable Index</i>
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
FC	Fundações Corporativas
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FTSE4Good	Índice da Bolsa de Valores de Londres
GIFE	Grupo de Institutos Fundações e Empresas
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
GVces	Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas
IAN	Informações Anuais
IAS	<i>International Accounting Standards</i>
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IFC	<i>International Finance Corporation</i>
Ind_CF	Indicadores do Corpo Funcional
Ind_MA	Indicadores de Meio Ambiente
Ind_SE	Indicadores Sociais Externos
Ind_SI	Indicadores Sociais Internos
ISAR/UNCTAD	<i>Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting</i>
ISE	Índice de Sustentabilidade Empresarial
ITR	Informações Trimestrais
JSE	Índice da Bolsa de Valores de Johannesburgo
MIT	Instituto de Tecnologia de Massachusetts
NBC T	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica
NE	Notas Explicativas
N_Func	Número de empregados ao final do período
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organizações Não Governamentais

ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
POLS	Pooled Independent Cross-Sections
RA	Relatório da Administração
RS	Relatórios de Sustentabilidade
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
SE	Sustentabilidade Empresarial
<i>TBL</i>	<i>Triple Bottom Line</i>
VAd	Valor adicionado a distribuir
<i>WWF</i>	<i>World Wide Fund for Nature</i>

LISTA DE QUADROS, GRÁFICOS E FIGURAS

Quadro 1 - Tipos de Responsabilidade Social Corporativa	27
Quadro 2: Nível de Aplicação do Relatório de Sustentabilidade Padrão GRI.....	49
Quadro 3 - Indicadores Sociais Internos (Ind_SI)	62
Quadro 4 - Indicadores do corpo funcional (Ind_FC).....	63
Quadro 5 - Indicadores Sociais Externos (Ind_SE).....	64
Quadro 6 - Indicadores de Meio Ambiente (Ind_MA)	65
Gráfico 1 - Amostra da pesquisa caracterizada por segmento	61
Gráfico 2 - Divulgação do Balanço Social (IBASE) pelas empresas da amostra	72
Gráfico 3 - Classificação do Nível de Evidenciação dos Relatórios de Sustentabilidade no padrão GRI	74
Figura 1 - Nível de Aderência do Grupo de Indicadores Sociais Internos (Ind_SI).....	75
Figura 2 - Comparativo da Evidenciação do Indicador RH 1.3 com RH 19.....	76
Figura 3 - Nível de Aderência do Grupo de Indicadores do Corpo Funcional (Ind_CF)	78
Figura 4 - Nível de Aderência do Grupo de Indicadores Sociais Externos (Ind SE)	80
Figura 5 - Nível de Aderência do Grupo de Indicadores de Meio Ambiente (Ind_MA).....	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resumo Geral do Nível de Aderência por Grupo aos Indicadores da NBC T 15...	85
Tabela 2 - Estatística Descritiva	87
Tabela 3 - Matriz de Correlação	89
Tabela 4 - Resultados para <i>Pooled</i> , Efeito Fixo	91
Tabela 5- Resultados para <i>Pooled</i> , Efeitos Aleatórios.....	93
Tabela 6: Resumo das hipóteses testadas no estudo para os modelos de efeito fixo e aleatórios	95
Tabela 7: Resultado teste de Hausman para verificação do modelo.....	96

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA.....	16
1.2 OBJETIVOS	18
1.2.1 Objetivo Geral.....	18
1.2.2 Objetivos Específicos	18
1.3 DELIMITAÇÃO DO TEMA	19
1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO.....	19
1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO	22
2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA	22
2.1.1 Responsabilidade Social Corporativa.....	24
2.1.2 Tipos de Responsabilidade Social Corporativa	25
2.2 SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL	27
2.2.1 Sustentabilidade Empresarial e Desenvolvimento Sustentável	28
2.2.2 Dimensões da Sustentabilidade Empresarial	29
2.2.3 Estudos sobre Sustentabilidade Empresarial	31
2.2.4 Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)	32
2.3 EVIDENCIAÇÃO (DISCLOSURE).....	38
2.3.1 Características Qualitativas da Informação Contábil	39
2.3.2 Evidenciação Compulsória	41
2.3.3 Evidenciação Voluntária.....	44
2.3.4 Pesquisas realizadas sobre Evidenciação Socioambiental.....	52
2.4 NORMA BRASILEIRA TÉCNICA DE CONTABILIDADE NBC T 15	54
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	59
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA	59
3.2 POPULAÇÃO, AMOSTRA E PERÍODO DE ANÁLISE DA PESQUISA	59
3.3 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS	61
3.4 MODELOS DE REGRESSÃO COM DADOS EM PAINEL.....	66
3.4.1 Dados em Painel.....	67
3.4.2 Teste dos Modelos.....	67
3.4.3 Modelo Empírico	68
3.4.4 Hipóteses do Estudo	69

3.5 ANÁLISE DOS DADOS	70
3.6 LIMITAÇÕES DO MÉTODO	71
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	72
4.1 EVIDENCIAÇÃO (DISCLOSURE) DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE .	72
4.1.1 Evidenciação no Balanço Social	72
4.1.2 Classificação do Nível de Evidenciação dos Relatórios GRI	73
4.1.3 Nível de Aderência aos Indicadores Sociais Internos (Ind_SI)	74
4.1.4 Nível de Aderência aos Indicadores do Corpo Funcional (Ind_CF)	77
4.1.5 Nível de Aderência aos Indicadores Sociais Externos (Ind_SE)	79
4.1.6 Nível de Aderência aos Indicadores de Meio Ambiente (Ind_MA)	81
4.1.7 Resumo Geral do Nível de Aderência aos Indicadores da NBC T 15	85
4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS DO MODELO ECONOMÉTRICO	86
4.2.1 Análise da Estatística Descritiva	87
4.2.2 Análise da Matriz de Correlação entre as Variáveis	88
4.2.3 Análise dos Dados em Painel.....	91
4.2.4 Resumo Geral das Hipóteses do Estudo	95
5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	97
5.1 CONCLUSÃO	97
5.2 RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS	98
REFERÊNCIAS.....	100
APÊNDICE A	112

1 INTRODUÇÃO

Este capítulo destina-se a apresentar uma contextualização do tema, a questão da pesquisa e os objetivos do estudo, bem como a apontar a abrangência e justificar a elaboração do trabalho empírico realizado. Ao final do capítulo, apresenta-se, ainda, a estrutura da dissertação.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Marcondes e Bacarji (2010) observam que, por meio da astúcia dos grupos sociais, acionistas começaram a ver princípios e limites éticos na atividade empresarial e, nesse sentido, o desenvolvimento de indicadores sociais e ambientais tomou forma no século XX. Campos (2012) aduz que temas como desenvolvimento sustentável e sustentabilidade têm sido debatidos nos meios acadêmicos nas últimas cinco décadas, pelo intenso uso dos recursos naturais pela sociedade.

Friedman (2009) explana que as questões sobre os recursos limitados e os danos colaterais ao meio ambiente começaram a ser destacadas nos temas públicos nos Estados Unidos, onde, em janeiro de 1951, o presidente americano Truman instituiu a Comissão de Política de Materiais para estudar o fornecimento de materiais (extração de minerais, produtos florestais, terra para uso na agricultura, recursos marítimos e água) para preparativos militares. Truman atribuiu à comissão a missão de estudar aspectos de longo prazo dos problemas dos materiais, referindo-se às necessidades criadas pelo contínuo crescimento dos Estados Unidos, e anunciava que a escassez de materiais seria fator de instabilidade da segurança dos EUA e desencadearia um obstáculo à expansão econômica.

Bassetto (2010) relata que a partir do desenvolvimento dos países e, aproximadamente, até a década de 1970, as políticas e ações econômicas orientavam-se pelo uso intensivo dos recursos, e pautavam-se no aumento da produção, do consumo e da riqueza. Tais políticas de desenvolvimento, por meio do uso de recursos naturais, criaram grandes potências, mas não houve preocupação com o meio ambiente, uma vez que não há desenvolvimento sem que haja consumo de recursos naturais.

Leite Filho, Prates e Guimarães (2009) entendem que os avanços tecnológicos, as relações comerciais entre diferentes nações, a velocidade com que a informação é transmitida e o desenvolvimento econômico apresentam-se como pressupostos para o desenvolvimento da sociedade atual. Diante dessa realidade, as entidades são responsabilizadas pelas ações

causadas à sociedade e ao meio ambiente. Nesse contexto surgiu a responsabilidade social corporativa (RSC), que, para Santos e Silva (2010), assume função importante nas transformações sociais, econômicas e tecnológicas e busca transformar o papel das organizações perante a sociedade.

Vasconcelos, Albes e Pesqueux (2012) referem-se à RSC como aquela capaz de provocar o debate sobre a ação e desempenho das organizações. As organizações são avaliadas de maneira mais relevante e em um contexto amplo de sua ação política na sociedade, não apenas local, mas também global.

Atualmente, a RSC e a sustentabilidade estão em evidência. Para Smith (2003), a RSC diz respeito à obrigação da empresa com a sociedade, ou seja, a relação dispensada pela organização às partes interessadas que são afetadas por suas políticas e práticas empresariais. Já a sustentabilidade diz respeito às práticas que as organizações adotam em prol do desenvolvimento sustentável.

Caldelli e Parmigiani (2004) reforçam o conceito e estabelecem a diferença entre responsabilidade social corporativa (RSC) e sustentabilidade empresarial (SE), que, segundo as autoras, relacionam-se e são comumente confundidas. A primeira refere-se à inclusão de critérios sociais e ambientais no processo decisório da empresa, além do econômico. A segunda, por sua vez, é a predisposição da empresa em assumir o encargo pelos impactos causados na sociedade.

As discussões sobre RSC e sustentabilidade eram território exclusivo dos agentes governamentais até décadas passadas. A partir da Eco-92, evento global que abordou os temas, o panorama mudou. Por iniciativa própria ou por pressão da sociedade, as organizações passaram a prestar atenção ao que acontecia no entorno de suas fábricas e escritórios, direcionando suas ações às necessidades da comunidade e começaram a ser cobradas pelo vestígio ecológico que seus produtos e serviços deixavam no meio ambiente (FERREIRA, 2003). Assim, as empresas não podem ficar inertes diante das questões socioambientais. A sociedade está atenta ao desenvolvimento sustentável, que, para Ribeiro (2005, p. 6), “em síntese, corresponde à satisfação das necessidades sociais, sem prejuízo das gerações futuras”.

Mecanismos que possibilitam classificar as entidades quanto à RSC e à sustentabilidade foram sendo criados. No início de dezembro de 2005, a Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBovespa) passou a contar com um índice aplicado ao mercado de ações, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), o qual tem como missão fomentar a adoção por parte das organizações de melhores práticas de sustentabilidade empresarial e amparar os

investidores na tomada de decisão de investimentos socialmente responsáveis (BM&FBOVESPA, 2012).

Nesse contexto, a evidenciação de atos e fatos é oportuna para que as entidades demonstrem suas ações em termos de RSC e sustentabilidade. Para Dantas, Zendersky e Niyama (2004) e Malacrida e Yamamoto (2006), a evidenciação dos dados deve ser de feita de forma clara, completa, objetiva, ordenada e oportuna.

Assim, as organizações, para evidenciar as práticas e ações no tocante à RSC e à sustentabilidade, utilizam-se da ciência contábil, que, por meio de relatórios compulsórios e voluntários, divulga à sociedade informações que contribuem para a tomada de decisão dos *stakeholders*. Essas informações não são objeto de normas internacionais, entretanto, no Brasil, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em 19 de agosto de 2004, emitiu a NBC T 15, cujo objetivo consiste em divulgar para a sociedade a participação e a responsabilidade social das entidades. A NBC T 15 passou a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2006 e o profissional da contabilidade deve seguir a referida norma para evidenciar as informações.

Nesse contexto, tomando por base as empresas mantidas na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, no período de 2010 a 2012, este estudo busca responder ao seguinte questionamento: qual o impacto no valor adicionado a distribuir das variáveis evidenciadas segundo a NBCT 15 por empresas classificadas no ISE?

No intuito de melhor direcionar a pesquisa e os problemas que a constituem, a seguir estão listados os objetivos do estudo.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Verificar o impacto no valor adicionado das variáveis evidenciadas segundo a NBC T 15 por empresas classificadas no ISE.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Estabelecer um conjunto de indicadores representativos da NBC T 15.
- Classificar os indicadores da NBC T 15 em grupos.
- Examinar o nível de aderência à NBC T 15 na evidenciação de informações socioambientais de empresas classificadas na carteira do ISE.

1.3 DELIMITAÇÃO DO TEMA

O tema relacionado com a evidenciação socioambiental pode ter várias abordagens, tendo em vista os diversos elementos que o conformam. Todavia, nesta pesquisa, o limite de abordagem é o que estabelece a NBC T 15 em termos de evidenciação, que deve ser observada pelas empresas participantes do ISE da BM&FBovespa, considerando o horizonte temporal 2010 – 2012.

Portanto, o estudo não visa propor qualquer modelo de evidenciação de eventos sociais e ambientais, mas apenas verificar o cumprimento da Norma Brasileira de Contabilidade (NBC T 15) pelas empresas que compõem a amostra, bem como verificar o impacto das variáveis divulgadas em atendimento à norma sobre o valor adicionado a distribuir.

1.4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) emitiu, em 19 de agosto de 2004, a Resolução nº 1.003/2004, que aprovou a NBC T 15, a qual estabelece os procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental e tem como objetivo demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social das entidades.

As informações de natureza social e ambiental referem-se à geração e à distribuição de riqueza; aos recursos humanos; à interação da entidade com o ambiente externo e à interação com o meio ambiente. Ao editar a norma, o legislador estabeleceu que tais informações poderiam ser evidenciadas para complementar as demonstrações contábeis obrigatórias – não se confundindo com notas explicativas – e que deveriam ser divulgadas para fins de comparabilidade com as informações do exercício atual e do anterior. Paralelamente, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa é um instrumento de análise comparativa de resultados de organizações que se diferenciam pelo compromisso com o desenvolvimento sustentável (BM&FBOVESPA, 2012).

Diante do exposto, entende-se que um estudo que visa verificar o impacto das variáveis evidenciadas no atendimento a NBC T 15 no valor adicionado a distribuir das empresas classificadas no ISE encontra plena justificativa e possibilita, ainda, examinar o nível de aderência à NBC T 15 pelas empresas da carteira do ISE da Bolsa de Valores brasileira, podendo ser utilizada para verificar o interesse por parte dos gestores na

evidenciação de informações socioambientais requeridas pela NBC T 15, bem como instigar a fiscalização por parte do Conselho Federal de Contabilidade no cumprimento da norma.

Além disso, o estudo contribui com estudos precedentes desenvolvidos por autores como Oliveira (2005), Leite, Ribeiro e Pacheco (2007), Nascimento *et al.* (2009), Krueger, Schussler e Alberton (2011) e Fonseca, Almeida e França (2012), que também examinaram a evidenciação por parte das empresas de indicadores estabelecidos na NBC T 15, porém não considerando as empresas participantes da carteira ISE, elemento que diferencia este estudo dos anteriormente mencionados.

Da mesma forma, esta pesquisa complementa o estudo de Sampaio *et al.* (2012), que examinaram a aderência à NBC T 15 tomando por base os relatórios de sustentabilidade de grandes empresas, e de Cavalcanti *et al.* (2009), que examinaram a aderência utilizando dados dos balanços sociais e demonstrações financeiras padronizadas de empresas de utilidade pública.

Outra contribuição do estudo é o exame da relação existente entre os indicadores da NBC T 15 e o valor adicionado a distribuir das empresas integrantes da carteira do ISE, porém, considerando as variáveis relativizadas pelo ativo total das empresas e não pela receita líquida, como no estudo de Campos (2011), o que agrega novas observações sobre o mesmo fenômeno.

1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

No capítulo 1, são apresentados a contextualização, o problema de pesquisa, o objetivo geral e os objetivos específicos, como também são descritos a delimitação do tema e a justificativa do estudo.

O capítulo 2 apresenta o referencial teórico, no qual são tratados tópicos relacionados à divulgação de informações contábeis (compulsórias e voluntárias), responsabilidade social corporativa, sustentabilidade empresarial, evidenciação (*disclosure*) e a NBC T 15.

O capítulo 3, por sua vez, apresenta a metodologia de pesquisa, sendo abordada a sua classificação quanto à natureza, à forma de abordagem do problema, ao objetivo e ao procedimento técnico. Na sequência, descreve-se sobre a seleção da amostra, a coleta, o tratamento e a análise dos dados, o desenvolvimento das variáveis de pesquisa e, finalmente, sobre as suas restrições e limitações.

No capítulo 4, é realizada a apresentação e análise dos dados, evidenciando as características das informações socioambientais divulgadas pelas companhias classificadas no

ISE, objeto da amostra, e, em seguida, descreve-se sobre a relação dos indicadores da pesquisa com o nível de divulgação socioambiental. Após, recorrendo-se a ferramentas estatísticas, verifica-se a relação existente entre os indicadores da NBC T 15 e o valor adicionado a distribuir das empresas integrantes da amostra.

O capítulo 5 apresenta a conclusão do estudo e as recomendações para futuros estudos, seguidas das referências e apêndice.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-EMPÍRICO

Neste capítulo procede-se a uma revisão da literatura, envolvendo a responsabilidade social corporativa (RSC), a sustentabilidade empresarial, a evidenciação contábil (*Disclouse*) e a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica número 15 (NBC T 15). Também são apresentados resultados de estudos empíricos realizados sobre o tema, visando proporcionar conhecimento sobre o atual estágio das pesquisas, bem como para permitir comparações com os resultados desta pesquisa.

2.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

Para Vasconcelos, Alves e Pesqueux (2012), a expressão responsabilidade social corporativa (RSC), como prática e política empresarial, vem alcançando notoriedade na opinião pública e no ambiente acadêmico. Na mesma linha, Parante *et al.* (2012) observam que a temática da responsabilidade social corporativa está tomando força no âmbito nacional. Os autores mencionam que, com trabalhos difundidos no meio acadêmico e empresarial, o debate encontra-se em evidência na sociedade desde a década de 1990.

Segundo Acquier e Aggeri (2008), o trabalho do economista Howard R. Bowen, intitulado “Responsabilidades Sociais do Homem de Negócio”, editado em 1953, identifica a responsabilidade social no discurso de lideranças, sendo conceituada como um conjunto de obrigações no que diz respeito à empresa. Parente *et al.* (2012, p. 5) revelam que a “obra marcou o início de uma análise mais criteriosa e profunda da temática Responsabilidade Social Corporativa”.

Acquier e Aggeri (2008) mencionam que, em 1962, foi publicado o livro *Silent Spring* de R. Carson, trazendo para o debate as questões ambientais e comunicando o dano irreparável causado pelos pesticidas, quebrando a ideia de que o meio ambiente possuía capacidade infinita de absorver. Organizações Não Governamentais (ONGs) foram criadas, tais como a *World Wide Fund for Nature* (WWF), em 1961, e Greenpeace, em 1975. No Brasil, em 31 de agosto de 1981, foi promulgada a lei nº 6.938, que dispunha sobre a política nacional do meio ambiente.

Pesquisadores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) publicaram, em 1972, a obra *The Limits to Growth* (Os limites do crescimento), que ficou conhecida também como “A report for the club of Rome’s project on the predicament of mankind” (Relatório para o Projeto do Clube de Roma sobre a difícil situação da humanidade). Friedman (2009, p.

444) menciona que o documento emitido chama a atenção para o fato de se continuar a atual tendência para o crescimento populacional, bem como a industrialização, a poluição, a produção de alimentos e o esgotamento de recursos persistirem, o crescimento neste planeta atingirá o seu limite dentro de uma centena de anos.

Ainda em 1972, por convocação da Organização das Nações Unidas (ONU), foi realizada, em Estocolmo (Suécia), a primeira conferência mundial sobre o homem e meio ambiente. A partir desse momento, não somente os movimentos sociais, mas também os ambientalistas, começaram a cobrar por investimentos éticos (MARCONDES; BACARJI 2010).

Melo Neto e Froes (2004) reforçam a ideia de que até a década de 1970 a única responsabilidade das organizações era gerar lucro. Com a globalização dos mercados, as empresas possuíam apenas objetivos estratégicos como a busca da eficiência, com ênfase na aplicação de tecnologias intensivas de capital, à procura de matérias-primas abundantes e baratas, e o uso de mão de obra a um custo baixo.

Reynaud *et al.* (2008) relatam que, a partir de 1970, pensadores começaram a questionar o interesse econômico das organizações como pilar único. Nesse contexto, a responsabilidade social corporativa deveria considerar a situação de todos aqueles que são afetados pelas atividades da organização. Os autores efetuaram uma pesquisa empírica com 3.836 líderes organizacionais de 16 países europeus (Bulgária, Croácia, Finlândia, Hungria, Itália, Lituânia, Países Baixos, Portugal, Eslováquia, Eslovênia, República Tcheca, Reino Unido e Turquia), constatando que os líderes dos países mais antigos consideram valores para a coletividade e que os valores de altruísmo (coletivista) em países da velha Europa poderiam beneficiar países integrados recentemente à Europa.

Em 1997, surge a expressão *Triple Bottom Line* (TBL) idealizada John Elkington com sua publicação *Cannibals With Forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business* determinando que o negócio é sustentável quando faz jus à prosperidade econômica, à qualidade ambiental e à justiça social. Para o autor, o TBL constrói a comunicação sobre o desenvolvimento da organização de forma eficaz com as partes interessadas (ELKINGTON, 2006). Elkington foi também o criador da *SustainAbility*, entidade que, desde 1987, trabalha para catalisar e oferecer soluções para negócios e mercados sustentáveis. Para o autor, a organização não pode ter o lucro como objetivo único (ELKINGTON, 2006).

Anteriormente ao pensamento de Elkington (2006), Friedman (1970) estabelece personalidades distintas para os empresários (proprietários do negócio) e entidade. Segundo o autor, aqueles possuem a responsabilidade de criar emprego, eliminar a discriminação, evitar

a poluição, enquanto, para a organização, o único objetivo é a geração de lucros. O autor ainda aborda que a entidade deve permanecer dentro das regras do jogo, em uma concorrência aberta e livre, sem enganos ou fraude.

Acquier e Aggeri (2008) mencionam que os Estados Unidos foram batizados como a pátria da responsabilidade social corporativa (RSC) e a ascensão das corporações trouxe também desafios éticos sobre a gestão das organizações. No final do século XIX, nascem os primeiros indícios relacionados ao questionamento dos interesses da empresa e da sociedade.

2.1.1 Responsabilidade Social Corporativa

Sun (2012) observa que as discussões sobre RSC têm gerado crescente atenção nas últimas décadas. Entretanto, as práticas da RSC ainda são controversas, uma vez que estabelecem que as organizações devem concretizar investimentos adicionais em processos sustentáveis. Tais investimentos são, muitas vezes, analisados por meio do custo-benefício econômico. Há argumentos de que as demandas da RSC aumentam os custos, sem a compensação de benefícios suficientes, comprometendo o desempenho econômico. Como exemplos de ações da RSC, o autor cita: doações de caridade, estabelecimento de planos para a comunidade, procedimentos de melhoria de processos e redução da poluição.

Santos e Silva (2010) argumentam que os discernimentos para julgamento da eficiência e sucesso das entidades buscam ponderar não somente aspectos de natureza econômica, mas também de natureza social, cultural e ambiental. Diante da pressão da sociedade, as organizações assumem responsabilidade maior pelo bem-estar da comunidade e fornecem garantias antes atreladas ao papel do Estado. Essas garantias são denominadas de responsabilidade social.

Portanto, as organizações investem em projetos que minimizem os impactos causados por suas atividades à sociedade e ao meio ambiente. Borges, Miranda e Valadão Junior (2008) trazem que as organizações, em geral, seguem um ou mais padrões de investimento social: o direto, quando a própria entidade realiza e controla os projetos internamente; e o indireto, cujo investimento é realizado a partir da constituição de uma fundação.

Borges, Miranda e Valadão Junior (2008, p. 102) relatam que

as Fundações Corporativas (FCs) vêm assumindo papel de destaque como agentes sociais e políticos, não apenas pelo volume de recursos de que passam a dispor, mas pelo modo como se inserem nos problemas da vida diária das pessoas, desde o atendimento de necessidades básicas como saúde e educação até campos como cultura, lazer, esporte.

Estes autores, assim como Banerjee (2008), mencionam que agir de forma socialmente responsável tornou-se um diferencial competitivo.

Strugatch (2011) define RSC como eventos que determinam benefícios gerais para a comunidade, não se restringindo aos diretores e colaboradores das organizações. Compreendem processos ambientais, qualidade do produto, divulgações financeiras mais completas, apoio à comunidade e mais oportunidades para mulheres e minorias étnicas, entre outros benefícios. O posicionamento corporativo e a cidadania passaram a ser exigências que as organizações devem atender para assegurar não somente benefícios econômicos, mas também compromissos socioambientais.

Para Aras, Aybars e Kutlu (2010), a responsabilidade social corporativa é importante e fundamental para o desenvolvimento sustentável das operações das empresas. Da mesma forma, o desempenho financeiro é, sem dúvida, fundamental para o funcionamento contínuo de qualquer corporação.

Quelhas (2010) aborda que o enfoque do desenvolvimento local orienta a questão dos atores locais, os quais são a sociedade civil organizada, a organização empresarial e o poder público local. O Estado deixa de ser o ator principal e as empresas tornam-se o grande foco, daí o Estado descentraliza suas decisões e também deixa de ser o promotor único do desenvolvimento econômico. A partir da ideia desse novo mundo da economia empresarial, no qual há empresas atuando como grandes atores, a sociedade estimula a questão do desenvolvimento econômico local sustentável.

2.1.2 Tipos de Responsabilidade Social Corporativa

Conforme Carrol (1979), a responsabilidade social das organizações é dividida em quatro tipos:

a) Responsabilidade econômica – tem o lucro como principal fundamento da entidade. Produção de produtos, realização de serviços a um preço que possa garantir a continuidade da empresa, satisfazendo às necessidades dos investidores de maximizar o lucro.

b) Responsabilidade legal – visa atender aos aspectos econômicos por meio da estrutura e exigências legais estabelecidas pelos governos e órgãos regulamentadores.

c) Responsabilidade ética – inclui comportamento e atividades que a organização deverá apresentar à sociedade, mas que não estão estabelecidos em leis e regulamentos. O comportamento que a entidade oferece para extrair lucros por intermédio da sociedade

(degradação ambiental, condições de trabalho análogas) é classificado como antiético e deve ser banido.

d) Responsabilidade discricionária ou filantrópica – classificada como voluntária, é a ação que a organização desenvolve em prol da sociedade e não é objeto de imposição legal.

Para Carroll (1979), as organizações são entes que integram a sociedade, assim, possuem responsabilidade perante esta. Trebeck (2008) revela sua preocupação com as entidades que estão focadas apenas na rentabilidade do investimento. Para estas, a responsabilidade social provocaria novas formas de pensar e gerir os recursos. Já Clarkson (1995) avalia que a responsabilidade das entidades está restrita em atender aos *stakeholders* e não a sociedade.

Boesso, Kumar e Michelon (2013) investigaram a relação entre as abordagens estratégicas da RSC e o desempenho das organizações. Os autores apresentam quatro abordagens para a RSC, a seguir descritas.

a) normativa: justificam-se na obrigação moral; as partes interessadas devem ser tratadas com base em princípios morais e filosóficos;

b) descritiva: caracteriza o comportamento das empresas e como elas interagem com as partes interessadas;

c) instrumental: afirmam que as empresas que criam um pacto com um grupo de indivíduos terão vantagem competitiva sobre empresas que não o fazem, e

d) estratégica: baseia-se nos argumentos de que a boa cidadania é uma condição da RSC, e que as empresas precisam estar em sintonia com a evolução das condições sociais das partes interessadas.

O estudo de Boesso, Kumar e Michelon (2013) resultou em apontamentos para três abordagens que estão associadas com o desempenho das organizações, porém, de maneiras diferentes. Enquanto a instrumental possui associação positiva com medidas de curto prazo no desempenho das organizações, a abordagem estratégica está associada com o curto e médio prazo dos resultados. Quanto à abordagem descritiva, os autores não encontraram associação com o curto prazo (BOESSO; KUMAR; MICHELON, 2013).

A seguir, apresenta-se um quadro reunindo os diferentes tipos de abordagens para a responsabilidade social corporativa.

Quadro 1 - Tipos de Responsabilidade Social Corporativa

Carrol (1979)	Boesso, Kumar e Michelon (2013)
<p><u>Econômica</u> A empresa possui função básica econômica na sociedade. Como tal, tem a responsabilidade de produzir bens e serviços que a sociedade deseja e vendê-los com lucro. Todas as outras funções de negócios se baseiam nessa premissa fundamental.</p>	<p><u>Descritiva</u> Trata-se de descrever o comportamento das empresas na interação com as partes interessadas.</p>
<p><u>Legal</u> Estabelece as regras básicas - as leis e os regulamentos - em que se espera que os negócios sejam operados. A sociedade deseja que os negócios cumpram a missão econômica no âmbito das exigências legais.</p>	<p><u>Instrumental</u> A reputação segue a abordagem instrumental no sentido de que afirmam que as empresas que criam um pacto com um grupo selecionado de interessados terão vantagem competitiva sobre empresas que não o fazem.</p>
<p><u>Ética</u> São mal definidas e, conseqüentemente, estão entre as mais difíceis para operar nos negócios. Nos últimos anos, no entanto, as responsabilidades éticas foram salientadas - embora o debate continue, sobre o que é, e não é ético. Basta dizer que a sociedade tem expectativas de negócios que vão além dos requisitos legais.</p>	<p><u>Normativa</u> A obrigação moral emana da abordagem normativa para RSC, uma vez que prescreve como as partes interessadas devem ser tratadas com base em alguns princípios morais ou filosóficos subjacentes.</p>
<p><u>Discrecionária</u> Referem-se a julgamento e escolha individual. Estão a critério do negócio, no entanto, as expectativas da sociedade existem para as empresas em assumir papéis sociais. Esses papéis são puramente voluntários, e a decisão de assumi-los é guiada apenas pelo desejo do negócio para se envolver em papéis sociais não obrigatórios, não exigidos por lei, e nem mesmo geralmente esperadas de empresas em um sentido ético.</p>	<p><u>Estratégica</u> A abordagem estratégica baseia-se nos argumentos de que a boa cidadania é uma condição <i>sine qua non</i> e, que as empresas precisam estar em sintonia com a evolução das condições sociais das partes interessadas, e desenvolver metas mensuráveis corporativas sociais, e acompanhar os resultados ao longo do tempo sustentabilidade é argumento da reputação.</p>

Fonte: Carroll (1979); Boesso, Kumar e Michelon (2013).

Ao observar as diferentes abordagens para a RSC, percebe-se que os estudos trazem conceitos homogêneos em relação à abordagem ética e normativa, bem como em relação à abordagem discrecionária e estratégica. Entretanto, somente o estudo de Carrol (1979) traz a abordagem econômica do negócio, enquanto Boesso, Kumar e Michelon (2013) não observam esse tipo de RSC.

2.2 SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

Em 1984, em Bhopal (Índia), um vazamento de gás tóxico da empresa Union Carbide deixou 4 mil mortos e 200 mil pessoas com implicações de saúde. Ainda em 1986, o acidente nuclear de Chernobyl contaminou a Europa (MARCONDES; BACARJI, 2010).

Os eventos citados e os debates sobre responsabilidade social contribuíram para que os compromissos e as metas ambientais, comumente incorporados sob a ótica da sustentabilidade, fossem difundidos na conscientização crescente dos consumidores sobre

aquecimento global, de tal forma que a sustentabilidade tornou-se o novo rosto da responsabilidade social corporativa (STRUGATCH, 2011).

Marcondes e Bacarji (2010) observam que a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou a primeira Conferência Mundial sobre Homem e Meio Ambiente, em Estocolmo (Suécia), em 1972, onde foram iniciados os primeiros debates sobre a relação entre o desenvolvimento e o ambiente. Nessa conferência, surgiu o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Em 1980, originou-se a Comissão sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, liderada pela médica e ex-primeira ministra da Noruega Gro Harlem Brundtland, com o propósito de criação de um relatório para estudar as inter-relações entre meio ambiente e desenvolvimento. Em 1987, foi editado o relatório “Nosso Futuro Comum”, conhecido como *Relatório Brundtland* (AMARAL, 2003; BYRCH *et al.*, 2007; BEATO; SOUZA; PARISOTTO, 2009).

2.2.1 Sustentabilidade Empresarial e Desenvolvimento Sustentável

Segundo Callado (2010), o desenvolvimento sustentável constitui-se pelo aspecto econômico, social e ecológico. Refere o autor que, nos anos 1970, o grande aumento no número de pessoas pobres, principalmente nos países em desenvolvimento, em pleno curso de desenvolvimento mundial, suscitou esforços visando se alcançar uma melhor distribuição de renda. Já nos anos 1980, a proteção ambiental incorporou-se aos objetivos do desenvolvimento mundial, uma vez que a degradação ambiental se apresentava como um impedimento ao crescimento econômico-financeiro.

A definição mais empregada para desenvolvimento sustentável é a apresentada no *Relatório Brundtland*, entendendo-a como a capacidade de produzir os bens necessários para o presente sem comprometer as gerações futuras (WCED, 1987).

Já quanto à sustentabilidade empresarial, Vellani e Ribeiro (2009) referem ser algo cíclico, ininterrupto, com perspectiva de continuidade, e completam que

a sustentabilidade pode ser visualizada como um conjunto de atitudes nos *bottom lines* econômico, social e ecológico. Semelhante à responsabilidade social, suas atividades colaboram para as empresas conseguirem um melhor relacionamento com todos os agentes envolvidos com seus negócios (2009, p. 201).

Para Cardoso, Oliveira e Holanda (2010), a sustentabilidade empresarial concilia a operacionalização da entidade com a preservação do meio ambiente, através do gasto eficiente, responsável e sustentável. Os autores completam que essas práticas geram

benefícios para as partes interessadas, envolvidas nas atividades da organização. Callado (2010, p. 30) aborda que “o conceito de sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável, embora utilizado de forma ampla a ponto de se tornar referência obrigatória em debates acadêmicos, políticos e culturais, ainda está longe de assumir um significado consensual”.

2.2.2 Dimensões da Sustentabilidade Empresarial

Elkington (2006) introduziu a expressão *Triple Bottom Line*, sugerindo que a sustentabilidade se materializa através do equilíbrio entre o econômico, social e o ambiental.

2.2.2.1 Dimensão Econômica

Para Callado (2010), a dimensão econômica é considerada pelos aspectos micro e macroeconômicos. Resultados econômicos alcançados pelas organizações apresentam-se como microeconômicos internos da entidade. Já os macroeconômicos apontam aspectos não somente econômicos da entidade, mas também do município, da região e da sociedade em geral. Assim, o autor entende que a dimensão econômica deve ser reportada mais aos aspectos macroeconômicos em oposição à lucratividade empresarial e aspectos como barreiras protecionistas, limitação de acesso à ciência e tecnologia, dentre outros, limitam a dimensão econômica.

Para Sachs (1993), a dimensão econômica caracteriza-se pela gestão eficiente dos recursos e com investimentos de recursos públicos e privado, e Steurer *et al.* (2005) consideram a dimensão econômica sob o aspecto do desempenho financeiro da entidade, de sua competitividade e do impacto econômico gerado para os *stakeholders*.

2.2.2.2 Dimensão Social

A dimensão social baseia-se na concepção do que é bom para a sociedade, buscando as melhorias nos aspectos sociais internos e externos. A primeira sustenta os anseios dos funcionários, enquanto que a externa fundamenta-se nos benefícios oferecidos aos *stakeholders* (SACHS, 1993). Segundo a autora, a dimensão social tem por objetivo a igualdade entre a distribuição de renda e de bens, buscando a equidade dos padrões de vida dos indivíduos de diferentes classes sociais.

Para Steurer *et al.* (2005), a equidade da dimensão social apresenta-se no aspecto doméstico e internacional. O doméstico refere-se a diferenças entre proventos dos empregados no ambiente de um país, e o internacional apresenta-se no impacto que uma organização impõe na distribuição de renda e riqueza entre diferentes nações, principalmente, no que se refere à produção em países desenvolvidos e em nações em desenvolvimento. Callado (2010) acrescenta que as melhorias internas dizem respeito aos funcionários, enquanto que as externas comportam os demais *stakeholders* (comunidade, fornecedores e consumidores) e são entendidas como a dimensão social da sustentabilidade.

2.2.2.3 Dimensão Ambiental

A dimensão ambiental caracteriza-se pelos aspectos que compõem o ambiente natural em que as organizações atuam, fundamentando-se na conservação dos recursos naturais, com produção através de fontes de energia renovável em contraposição às não renováveis (CALLADO, 2010).

Steurer *et al.* (2005) consideram ainda o ciclo de vida dos produtos, as emissões de externalidade ligadas ao processo produtivo e os riscos ambientais e irreversíveis ligados ao ambiente natural. Já Sachs (1993) refere-se à sustentabilidade ecológica sob os seguintes aspectos:

- intensificação de uso de recursos potenciais dos ecossistemas, com minimização de dano aos sistemas de sustentação da vida;
- uso de recursos renováveis, inofensivos aos ecossistemas em contrapartida com a redução de combustíveis fósseis, e recursos esgotáveis na produção;
- conscientização do descarte de resíduos, reciclagem, e consciência na deposição ao meio ambiente;
- limitação do consumo de material pelos países desenvolvidos e pelas camadas sociais mais privilegiadas;
- aporte para pesquisa de tecnologias limpas, que privilegiem o desenvolvimento urbano, rural e industrial; e
- estabelecimento de normas adequadas de proteção ambiental, com instrumentos econômicos, legais e administrativos necessários ao cumprimento legal.

Assim, a dimensão ambiental está relacionada ao cuidado com o ambiente natural no qual a entidade operacionaliza suas atividades.

2.2.3 Estudos sobre Sustentabilidade Empresarial

Orellano e Quiota (2011) investigaram a relação entre os investimentos socioambientais e o desempenho financeiro das empresas brasileiras no período de 2001 a 2007. Os resultados revelam uma correlação positiva entre investimento socioambiental e desempenho financeiro, sobretudo o investimento social interno. Além disso, revelam uma relação de causalidade entre investimento social interno e desempenho financeiro, pois os investimentos sociais voltados para os empregados da empresa têm um efeito positivo sobre a variável *Return on Assets* (ROA) que é um indicador de desempenho financeiro.

Lacy, Haines e Hayward (2012) conduziram um estudo que teve por objetivo identificar pontos de vista dos *Chief Executive Officers* (CEO's) sobre sustentabilidade e como eles acreditam que a mesma está impactando no ambiente de negócios, com foco particular sobre a importância da educação (formal e informal) no desenvolvimento de futuros líderes empresariais que podem efetivamente gerenciar questões de sustentabilidade nas organizações. Os resultados do estudo desses autores apontam que os CEO's veem a sustentabilidade como mais importante do que nunca, sendo cada vez maior sua importância estratégica, dirigindo novos modelos de negócios, e é essencial para sucesso a longo prazo. A educação para os CEO's é questão de desenvolvimento crítico para um futuro de sucesso dos negócios. Eles argumentam que desenvolvimento de novas habilidades, conhecimentos e atitudes para a próxima geração de líderes de negócios é a chave para criar condições para acelerar um ponto de inflexão na integração da sustentabilidade.

Lameira *et al.* (2012) investigaram se as organizações conhecidas como aquelas que adotaram as melhores práticas de sustentabilidade no mercado de capitais brasileiro, no período de 2005 a 2009, são as que apresentam melhor desempenho, menor risco e maior valor de mercado. Os autores divulgam que, ao responder as hipóteses positivamente por meio de métodos de regressões lineares múltiplas, foi possível estabelecer relação direta e positiva entre as melhores práticas de sustentabilidade e empresas com melhores desempenhos, menores riscos e maiores valores.

Campos (2012), em seu estudo, explica a relação entre os principais fatores do estado contínuo e da sustentabilidade. O estado contínuo que o autor se refere retorna ao pressuposto da continuidade operacional das organizações que preconiza que à entidade é demandado estar em operação em um futuro previsível. O estudo foi desenvolvido com uma amostra de 49 empresas atuantes no Brasil e confirma a hipótese de relação entre os principais fatores do estado contínuo e da sustentabilidade nas dimensões econômica, social e ambiental.

Ações, conceitos, formas e indicadores que objetivam avaliar a responsabilidade social e a sustentabilidade das organizações surgiram nas últimas décadas. Dentre eles, destaca-se, no Brasil, o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), descrito no próximo item.

2.2.4 Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

Para Machado, Machado e Corrar (2009), com a crescente atenção à responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, muitas são as razões que levam as organizações a engajarem-se ao movimento pelo social, muito embora os motivos sejam assumidos perante o público. Diante desse contexto, indicadores foram desenvolvidos e aperfeiçoados para avaliar o desempenho e a valorização de ações de empresas que investem em responsabilidade social e ambiental.

Já Copp, Kremmer e Roca (2010) referem-se aos investimentos socialmente responsáveis como o método de preferência ou de gestão de investimentos com o objetivo não exclusivamente econômico (risco dos investidores), mas de otimizar o econômico como balizadores dos aspectos sociais, ambientais e éticos.

2.2.4.1 Origem do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

Marcondes e Bacarji (2010) apresentam a trajetória dos índices de sustentabilidade criados pelos mercados mundiais. Mencionam que, em 1999, foi criado o primeiro índice, *Dow Jones Sustainability* (DJSI) na Bolsa de Valores de Nova Iorque. Em 2001, a Bolsa de Valores de Londres anunciou o FTSE4Good. No ano de 2003, foi apresentado aos investidores o JSE, de Johannesburgo (África do Sul).

Em junho de 2003 surgiu a motivação na Bolsa de Valores de São Paulo, a partir de um questionamento efetuado por Luiz Maia (Gestor de *Asset* do Banco ABN Anro Real) ao presidente da Bolsa sobre a criação de um índice seguindo os modelos do DJSI e do FTSE4Good. O ABN AMRO havia, em 2001, criado no Brasil o primeiro fundo de investimento composto por empresas empenhadas em desenvolver boas práticas de responsabilidade social, ambiental e corporativa, chamado de Fundo *Ethical* (MACHADO; MACHADO; CORRAR, 2009).

Marcondes e Bacarji (2010) apresentam os principais atores da criação do ISE: o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC); o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces) e o Instituto Ethos. Os autores relatam

que no último quadrimestre do ano de 2003 o projeto tomava forma com representantes da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp); Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (Apimec); da Associação Nacional dos Bancos de Investimentos (Anbid), do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), do Instituto Ethos, da BOVESPA, do GVces e do Ministério do Meio Ambiente.

Nas reuniões iniciais, surgiram questionamentos sobre a participação das organizações que tinham como objeto produtos considerados nocivos à saúde, à sociedade ou ao ambiente, tais como cigarros, bebidas, armas e pornografia. Enquanto para alguns protagonistas da criação do ISE essas organizações estavam automaticamente fora da carteira de um índice que representaria empresas sustentáveis, o Instituto Ethos e o GVces argumentaram que o grupo não teria legalidade para examinar o direito de organizações que a sociedade permitia que atuassem, que recolhiam tributos e que praticavam responsabilidade social através de doações (MARCONDES; BACARJI, 2010).

Assim, por maioria de votos ficou decidido que nenhuma organização seria impedida da participar da carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa Brasileira, sob o argumento de que não somente produtos como cigarro, bebidas e armas são danosos aos seres humanos, como também petróleo e geração de energia são responsáveis por emissões de gases do efeito estufa e geradores de altos impactos ambientais para a sociedade (MARCONDES; BACARJI, 2010).

Marcondes e Bacarji (2010) explicam que com recursos limitados custeados pelo *International Finance Corporation* (IFC), unidade financeira do Banco Mundial, o índice foi construído através da elaboração de um questionário que fosse capaz de avaliar as empresas sustentáveis, em uma população de 150 empresas caracterizadas como as mais líquidas da BM&FBovespa. Os três índices de sustentabilidade apresentados no mundo poderiam ser usados como referência, entretanto no Brasil esse índice era peculiar.

[...] Para começar, enquanto o DJSI agrupava mais de 300 empresas, em um universo de mais de 2.500, cada uma em seu setor e atividade, o ISE não passaria de 30, avaliadas sem distinção setorial, em um universo de 150. O índice da Bolsa de Londres também refletia a realidade das economias plenamente desenvolvidas (MARCONDES; BACARJI, 2010, p. 30).

Em 2004, o grupo de estudos que idealizava a construção do índice de sustentabilidade brasileiro reuniu-se na Fundação Getúlio Vargas, no Centro de Estudos de Sustentabilidade, e deparou-se com 800 indicadores originados de pesquisas na literatura sobre o assunto e de

dados como o Balanço Social do IBASE, os questionários de índices já existentes (DJSI, FTSE4Good, JSE), regulamentos (código de defesa do consumidor, convenções da OIT, ONU). Após a compilação dos dados, ficou definido que o ISE seria constituído no modelo *Triple Bottom Line* (MARCONDES; BACARJI, 2010).

A partir de um processo participativo e transparente, a construção do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) no Brasil foi *multistakeholder* e agregou consistência e credibilidade. Assim, em 2005, teve origem no Brasil o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). A primeira carteira do índice foi composta por 34 ações de 28 empresas avaliadas de acordo com as ações de sustentabilidade empresarial desenvolvida pelas organizações (MARCONDES; BACARJI, 2010).

Silva e Quelas (2006) observam que a iniciativa foi pioneira na América Latina, uma vez que o ISE foi o quarto índice desse tipo constituído em nível mundial refletindo, uma tendência das bolsas de valores diante da procura por investimentos socialmente responsáveis por parte dos investidores.

2.2.4.2 Objetivo do Índice de Sustentabilidade Empresarial no Brasil

Segundo a BM&FBovespa (2012), o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) visa destacar as empresas que segundo avaliação da própria Bolsa de Valores, apresentam melhores desempenhos em termos de responsabilidade social e sustentabilidade econômica e ambiental.

Para Marcondes e Bacarji (2010), o índice foi constituído com o objetivo primordial de ser um *benchmark* para fundos éticos. O universo das empresas listadas na Bolsa a partir de certo nível de liquidez deveria ser instigado a participar voluntariamente da avaliação, processo caracterizado como *positive screening*. Primeiramente, o questionário foi composto por três dimensões: governança corporativa, econômico-financeira, ambiental e social. Após, foi incluída a dimensão geral, que constituiu questões pertinentes à avaliação de produtos, dentre outras.

O ISE tem por objetivo refletir o retorno de uma carteira composta por ações de empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial, e também atuar como promotor das boas práticas no meio empresarial brasileiro (BM&FBOVESPA, 2012).

Lins e Silva (2009) mencionam ainda que o ISE serve de referência para indicar ações, dentre as negociadas na bolsa brasileira, que se destacam como mais seguras a longo prazo,

pois empresas que objetivam os critérios de sustentabilidade empresarial estão propensas a representar menor risco ao investimento.

2.2.4.3 Composição da Carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

A seleção das empresas que compõem o índice é efetuada anualmente, através de envio de questionário as empresas. Luz (2009) esclarece que o preenchimento do questionário é voluntário e que na dimensão ambiental as organizações são categorizadas em “alto impacto” e “impacto moderado”, e as empresas do setor financeiro manifestam-se através de um questionário diferenciado. O julgamento do desempenho das organizações em relação à sustentabilidade evidencia-se por meio de questionário. A ferramenta é composta por dimensões que avaliam diferentes aspectos da sustentabilidade, sendo atribuído peso 100 para cada dimensão do questionário e cada uma das dimensões é subdividida em critérios que atendam as especificações descritas.

Os critérios sobre políticas da empresa (nível de comprometimento), gestão (tipos de planos, programas, metas e monitoramento), desempenho e cumprimento legal (avaliação da *compliance* frente à legislação de concorrência, à ambiental e ao código do consumidor, entre outros) são abordados nas dimensões econômico-financeira, social e ambiental. Cada um desses critérios é abordado por meio de indicadores ou temas relativos a cada dimensão (MARCONDES; BACARJI, 2010).

Na dimensão social, são abordados indicadores como relação de trabalho, compromissos com princípios fundamentais e relações de trabalho, compromissos com princípios fundamentais e relações com a comunidade, entre outros. Estes são abertos em múltiplas escolhas, com o propósito de abordar o assunto sob diferentes aspectos e obter maior grau de dados sobre o exercício da organização em cada dimensão (MARCONDES; BACARJI, 2010). A dimensão da governança corporativa aborda indicadores de melhores práticas, com critérios de propriedade, conselho de administração, gestão, auditoria e fiscalização e conduta e conflitos de interesse.

O estabelecimento dos critérios propunha estabelecer as condições mais realistas possíveis da organização quanto às questões sustentáveis. O nível de comprometimento da empresa foi avaliado na questão política, entretanto, as respostas necessitavam de um aprofundamento que poderia ser obtido mediante o uso de ferramentas de gestão (monitoramento ou certificações adquiridas) (MARCONDES; BACARJI, 2010).

O questionário abordava ainda a *compliance* da organização (cumprimento legal) como uma forma de *check mark*, atribuindo que os dados apresentados nos questionários tinham coerência, não poderiam as entidades apresentarem políticas, gestão de desempenho excelentes, e possuírem reclamações trabalhistas e processos ambientais (MARCONDES; BACARJI, 2010).

Com o auxílio de ferramentas estatísticas são selecionadas as empresas para compor a carteira final do ISE (que terá um número máximo de 40 empresas), após aprovação do Conselho do Índice de Sustentabilidade Empresarial (CISE). A presidência do CISE é ocupada pela Bolsa Brasileira, motivo pelo qual a BM&FBovespa não se candidata a compor a carteira do índice, porque julga que é importante para o mercado de valores brasileiro permanecer na presidência do CISE (BM&FBovespa, 2012).

Atualmente, o CISE é composto por onze instituições: BM&FBOVESPA (presidência), ABRAPP, ANBIMA, APIMEC, ETHOS, IBGC, IBRACON, GIFE, IFC, Ministério do Meio Ambiente e PNUMA (BM&FBOVESPA, 2012).

Por meio das demonstrações contábeis, sejam elas compulsórias ou voluntárias, as organizações evidenciam sua atuação em prol da responsabilidade social corporativa e do desenvolvimento sustentável. Cumpre-se então o papel da Contabilidade como Ciência Social.

2.2.4.4 Estudos com Empresas da Carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial

Luz (2009) investigou o impacto sobre os preços das ações e dos ADR's das entidades que entraram ou que saíram do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), no mercado acionário brasileiro e norte-americano nas ofertas próximas a divulgação das carteiras do ISE. O autor utilizou na metodologia uma análise comparativa dos retornos antes e depois do anúncio e por meio da regressão multivariada com dados em painel fez uso de uma análise agregada que incluiu também empresas não pertencentes ao ISE. Dentre outros pontos, o autor concluiu que as ações das entidades que entraram para o ISE se valorizaram, assim como as que saíram do índice se desvalorizaram, nos pregões próximos ao anúncio da carteira.

Machado, Machado e Corrar (2009), com base na teoria dos *stakeholders* e na hipótese de eficiência de mercado, verificaram se a rentabilidade média do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) é estatisticamente igual à rentabilidade dos demais índices da BM&FBovespa. Com base em uma amostra compreendendo o período de dezembro de 2005

a novembro 2007, e a partir de exames paramétricos e não-paramétricos, os autores revelam que não foi possível determinar se os investimentos socialmente responsáveis apresentaram maior ou menor retorno quando comparado aos demais índices da Bolsa de Valores. Contudo, concluem que o retorno médio dos índices é semelhante, pois uma quantidade acentuada de organizações compõe concomitantemente mais de um índice da BM&FBovespa.

Silva *et al.* (2009), seguindo o modelo metodológico utilizado por Rover, Borba e Borgert (2008), analisaram as informações relacionadas aos custos ambientais mais evidenciados nos relatórios de administração e notas explicativas das empresas da carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) 2009/2010 da BM&FBovespa. Os autores concluíram que 50% das organizações da carteira do ISE evidenciavam no relatório de administração ou nas notas explicativas no mínimo uma das categorias analisadas. Segundo os autores, os custos para controlar impactos ambientais poderiam ser mais detalhados nas fontes utilizadas como objeto de pesquisa, por se tratar de elementos na tomada de decisão pelos usuários da informação, visto que as organizações da amostra foram classificadas no índice que considera aspectos ambientais para a escolha das empresas participantes.

Machado *et al.* (2012), com base em classificação de variáveis como investimentos sociais internos (II), investimentos sociais externos (IE) e ambientais (IA), observaram que os investimentos sociais externos (IE) possuem relação com a entrada ou não da empresa para a carteira do ISE. Os autores utilizaram as informações relativas aos investimentos ambientais e sociais internos e externos retirados dos balanços sociais das empresas sob análise do exercício de 2009 a 2010.

Nunes *et al.* (2010) pesquisaram se a adesão ao ISE possui relação com as variáveis: tamanho da empresa, setor onde atua, concentração acionária, localização do controle acionário, ser emissora de ADR's e ser de propriedade estatal. Os resultados encontrados revelam não existir influência na concentração acionária, localização do controle acionário, emissão de ADR e propriedade estatal, entretanto com o uso modelo *logit* de regressão linear múltipla, constataram indícios de que o tamanho das organizações e o setor de atuação são determinantes para a adesão das entidades ao Índice de Sustentabilidade Empresarial.

Teixeira, Nossa e Funchal (2011) investigaram se a forma de financiamento das empresas é afetada por sua participação no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). Como objetivo complementar, foi analisada a relação entre o ISE e o risco. Os resultados encontrados indicam, estatisticamente, que empresas que sinalizaram responsabilidade social corporativa (RSC) tiveram uma relação negativa com o endividamento e o risco, quando comparadas com aquelas que não sinalizaram. Para os autores, esses resultados ajudam a

entender a relevância dos índices de sustentabilidade como um canal de informação crível do comprometimento da empresa com a RSC.

Nunes, Casa Nova e Cornachione Junior (2011) verificaram a hipótese de haver diferenças significativas nos indicadores contábeis das empresas sustentáveis em relação a outras companhias não reconhecidas como sustentáveis. O Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa foi o critério selecionado para separação da amostra entre os dois grupos. Ao concluir o estudo não foram observadas alterações nos indicadores das organizações sustentáveis (ISE) em relação às entidades pesquisadas e que não estavam classificadas no índice de sustentabilidade empresarial da BM&FBovespa.

Percebe-se que o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), além de despertar o interesse dos *stakeholders* por investimentos socialmente responsáveis, é objeto de estudo na academia, como observado nas pesquisas descritas.

2.3 EVIDENCIAÇÃO (*DISCLOSURE*)

Hendriksen e Van Breda (1999) mencionam que, nos Estados Unidos, a evidenciação dos relatórios contábeis destina-se aos acionistas, investidores e credores. No entanto, há outros grupos de interesses na divulgação contábil, como funcionários, clientes, fornecedores, órgãos do governo, sindicatos e público em geral; esses são denominados usuários secundários da evidenciação, em virtude da ausência de conhecimento a respeito das suas decisões.

Os autores destacam que naquele país a informação contábil é muito importante para o funcionamento ótimo do mercado de capitais. Já na Europa os funcionários e o Estado estão no patamar dos acionistas como usuários da informação contábil. Entendem que “o efeito dessa posição é a alteração da natureza do processo de divulgação” (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999, p. 512). Na França, por exemplo, as empresas são obrigadas a apresentar aos funcionários um balanço social do período.

O CPC R1 – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e das Demonstrações Contábeis – observa que tais demonstrações devem ser preparadas com a finalidade de satisfazer as necessidades dos usuários em geral, uma vez que as informações contábeis são utilizadas para

- (a) decidir quando comprar, manter ou vender instrumentos patrimoniais;
- (b) avaliar a administração da entidade quanto à responsabilidade que lhe tenha sido conferida e quanto à qualidade de seu desempenho e de sua prestação de contas;

- (c) avaliar a capacidade de a entidade pagar seus empregados e proporcionar-lhes outros benefícios;
- (d) avaliar a segurança quanto à recuperação dos recursos financeiros emprestados à entidade;
- (e) determinar políticas tributárias;
- (f) determinar a distribuição de lucros e dividendos;
- (g) elaborar e usar estatísticas da renda nacional; ou
- (h) regulamentar as atividades das entidades (CPC R1, 2011, p. 4).

Para Tinoco e Kraemer (2004), evidenciar é relatar o desempenho econômico, financeiro, social e ambiental das organizações aos parceiros sociais.

Quanto à classificação da evidenciação, há três níveis: adequada – aquela com volume mínimo de divulgação e compatível com o objetivo de evitar que as demonstrações contábeis não sejam verdadeiras; a evidenciação justa – que está ligada ao objetivo ético de tratamento equitativo de todos os leitores em potencial; e por último, a divulgação completa – que apresenta toda a informação relevante (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

Contudo, quanto a essa classificação, Iudicibus (2000, p. 117) contrapõe que:

na verdade, não existe diferença efetiva entre tais conceitos, embora tenham sido utilizados com significados distintos; toda a informação para o usuário precisa ser, ao mesmo tempo, adequada, justa e plena, pelo menos no que se refere ao detalhe que está sendo evidenciado. O sentido da evidenciação é que a informação que não for relevante deve ser omitida a fim de tornar os demonstrativos contábeis significativos e possíveis de serem entendidos plenamente.

Para Dantas, Zendersky e Niyama (2004) e para Malacrida e Yamamoto (2006), a evidenciação dos dados deve ser divulgada de forma clara, completa, objetiva, ordenada e oportuna. Nossa (2002) completa referindo-se à evidenciação das questões ambientais e afirma que as entidades devem mensurar, registrar e evidenciar os investimentos, obrigações e resultados obtidos, dessa forma, estarão cooperando com a transparência.

Ponte e Oliveira (2004) analisaram as demonstrações contábeis de 95 entidades correspondentes ao exercício social de 2002 e observaram que as organizações brasileiras, no geral, precisam evoluir quanto à transparência e a qualidade da evidenciação das informações contábeis e mencionam que o objetivo principal é que a informação seja divulgada com qualidade e quantidade que atenda aos usuários.

2.3.1 Características Qualitativas da Informação Contábil

A materialidade e a relevância são características fundamentais da informação contábil e estão intensamente ligadas à evidenciação. “A informação é material se a sua omissão ou

sua divulgação distorcida (*misstating*) puder influenciar decisões que os usuários tomam com base na informação contábil-financeira acerca de entidade específica que reporta a informação” (CPC R1, 2011, p.17). Quanto à relevância, o Comitê de Pronunciamento Contábil refere-se à informação que é capaz de alterar as decisões que podem ser tomadas pelos usuários da informação contábil. Nessa perspectiva, “os limites e a extensão do que deve ser evidenciado podem referir-se a informações quantitativas e qualitativas” (IUDÍCIBUS, 2000, p. 117).

Há, ainda, as características que possuem o atributo de melhorar a informação contábil e que o CPC R1 (2011) descreve como a comparabilidade, a tempestividade, a compreensibilidade e a verificabilidade.

- a) Comparabilidade: “é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles” (CPC R1, 2011, p. 20). A norma reforça que a comparabilidade reporte no mínimo dois itens.
- b) Tempestividade: a evidenciação deverá estar disponível para os usuários no período que a informação possa influenciá-los nas decisões. Informação antiga poderá não ser útil (CPC R1, 2011).
- c) Compreensibilidade: “classificar, caracterizar e apresentar a informação com clareza e concisão torna-a compreensível (CPC R1, 2011, p. 20). Certas evidências podem ser apresentadas de forma complexa e assim, não serem compreendidas. Entretanto, não é permitida a exclusão de informações sobre esses fenômenos nas Demonstrações Contábeis, pois os relatórios evidenciarão fenômenos incompletos e distorcidos (*misleading*) (CPC R1, 2011).
- d) Verificabilidade: permite assegurar aos usuários que a informação represente fidedignamente o fenômeno econômico que se pretende evidenciar. Diferentes usuários podem chegar a um consenso, embora não garante que um acordo completo seja firmado (CPC R1, 2011).

Aquino e Santana (1992) lecionam que com o advento do mercado de capitais e das companhias abertas, e, portanto, com a pulverização das participações societárias, os usuários da informação contábil se ampliaram, logo, a evidenciação dessa informação também foi oportunizada pelo desenvolvimento profissional, resultante da complexidade dos interesses. Verrecchia (1999) afirma que a evidenciação resulta em mercados mais líquidos. Assim, o compromisso inicial de uma empresa com a divulgação deve levar para baixo o custo de capital. Iudícibus (2000) revela que o objetivo da Contabilidade é evidenciar informações estruturadas para auxiliar a tomada de decisão por parte dos usuários desta informação.

Quanto aos tipos de informações, tem-se as de caráter qualitativo e quantitativo. A informação que não pode ser divulgada por meio de dados quantitativos é mais difícil de mensurar. A relevância de alguns tipos de informações não quantitativas pode ser evidenciada pela robustez das informações quantitativas às quais esta ligada (HENDRIKSEN; VAN BREDA, 1999).

Gallon, Beuren e Hein (2008) mencionam que a quantidade e a qualidade na evidenciação de informações contábeis de maneira clara para o mercado, além de proporcionar credibilidade aos gestores junto ao mercado de capitais, harmonizam a igualdade de direitos entre os acionistas. Gonçalves e Ott (2002) sugerem que a Contabilidade tem um importante desafio de divulgar informações aos usuários de forma clara, diversificada, em maior quantidade e com mais qualidade.

Para Fontana (2011), o *disclosure* das informações pode ocorrer sob o formato de evidenciação obrigatória ou evidenciação voluntária. O importante é que o nível de evidenciação seja o mesmo para todos.

2.3.2 Evidenciação Compulsória

Seguindo a padronização contábil internacional através da IAS 1, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu, em 02 de dezembro de 2011, o CPC 26, que elenca a evidenciação obrigatória completa das demonstrações contábeis a que as entidades estão sujeitas:

O conjunto completo de demonstrações contábeis inclui:

- (a) balanço patrimonial ao final do período;
- (b1) demonstração do resultado do período;
- (b2) demonstração do resultado abrangente do período;
- (c) demonstração das mudanças do patrimônio líquido do período;
- (d) demonstração dos fluxos de caixa do período;
- (e) notas explicativas, compreendendo um resumo das políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas;
- (f) balanço patrimonial do início período mais antigo, comparativamente apresentado, quando a entidade aplica uma política contábil retrospectivamente ou procede à reapresentação retrospectiva de itens das demonstrações contábeis, ou ainda quando proceda à reclassificação de itens de suas demonstrações contábeis; e
- (g) demonstração do valor adicionado do período, conforme Pronunciamento Técnico CPC 09, se exigido legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo se apresentada voluntariamente.

O Comitê ressalta, ainda, que a organização deve evidenciar com igualdade de importância todas as demonstrações contábeis que façam parte do conjunto completo de demonstrações contábeis.

Para Santos e Schmidt (2011), as demonstrações contábeis possuem o escopo de propiciar informações na consideração da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da organização, que sejam favoráveis para os usuários em avaliações e tomada de decisões econômicas. Além destes, a CVM (2012) estabelece outros dois relatórios: as Informações Anuais (IAN) e as Informações Trimestrais (ITR) que objetivam dar suporte aos *stakeholders* para o acompanhamento do desempenho das organizações.

Outro elemento importante na evidenciação é o Relatório da Administração. A deliberação da CVM nº 488/05 reportando-se à lei nº 6.404/76 e orientação NPC nº 27 do IBRACON estabelece o conteúdo mínimo que as empresas de capital aberto devem divulgar no Relatório da Administração (CVM, 2012):

- a) descrição dos negócios, produtos e serviços; comentários sobre a conjuntura econômica geral relacionada à entidade, incluindo concorrência nos mercados, atos governamentais e outros fatores exógenos materiais sobre o desempenho da companhia; informações sobre recursos humanos; investimentos realizados; pesquisa e desenvolvimento de novos produtos e serviços; reorganizações societárias e programas de racionalização; direitos dos acionistas e políticas de dividendos, societárias e perspectivas e planos para o período em curso e futuros;
- b) fatores principais e influências que determinam o desempenho, incluindo mudanças no ambiente no qual a entidade opera, a resposta da entidade às mudanças e seu efeito, a sua política de investimento para manter e melhorar o desempenho;
- c) fontes de obtenção de recursos da entidade; e
- d) os recursos da entidade não conhecidos no balanço por não atenderem à definição de ativos.

A lei nº 11.638/2007 trouxe importantes modificações quanto à evidenciação de fenômenos contábeis. Uma das mais relevantes é a obrigatoriedade de as organizações divulgarem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), a qual está relatada na próxima seção.

2.3.2.1 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

A NBC T 15 atribui à entidade a evidenciação da geração e distribuição de riqueza da entidade, com base na NBC T 3 (conceito, conteúdo da estrutura das Demonstrações Contábeis) (RESOLUÇÃO CFC 1.003, 2004). Entretanto, a NBC T 3 foi revogada pela

Resolução 1.138/2008, que aprovou a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado (CFC, 2008).

No Brasil, a partir de 2009, passou a ser exigida como evidenciação compulsória das entidades a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), por imposição da lei nº 11.638/2007, que alterou a lei nº 6.404/76, que regula as Sociedades por Ações.

Por intermédio da Resolução 1.138/2008, o Conselho Federal de Contabilidade editou a NBC TG número 9, que tem como escopo estabelecer os critérios para elaboração e evidenciação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Para o órgão regulamentador, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) “representa um dos elementos componentes do Balanço Social e tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela entidade e sua distribuição, durante determinado período” (RESOLUÇÃO CFC 1.138/2008, p. 3).

Percebe-se, assim, a intenção do legislador de tornar obrigatória a evidenciação das informações socioambientais publicadas até então pelas entidades de forma discricionária através do Balanço Social. O valor adicionado é definido segundo a norma e

representa a riqueza criada pela empresa, de forma geral medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Inclui também o valor adicionado recebido em transferência, ou seja, produzido por terceiros e transferido à entidade (RESOLUÇÃO CFC 1.138, 2008, p. 3).

O “valor adicionado (ou valor agregado) é utilizado na macroeconomia para avaliação do chamado Produto Nacional” (DE LUCA, 1998, p. 28). O CPC 09 complementa a observação da autora e menciona que a DVA está baseada em considerações macroeconômicas, buscando evidenciar, excluídos os valores que representam dupla-contagem, a parcela de contribuição que a empresa fomenta no Produto Interno Bruto (PIB), “essa demonstração apresenta o quanto a entidade agrega de valor aos insumos adquiridos de terceiros e que são vendidos ou consumidos durante determinado período” (RESOLUÇÃO CFC 1.138, 2008, p. 4). A DVA proporciona o conhecimento de informações de natureza econômica e social e atende aos anseios dos investidores e demais partes interessadas, permitindo a avaliação das atividades de forma mais detalhada das entidades (RESOLUÇÃO CFC 1.138, 2008).

Nossa, Teixeira e Fiorio (2007) examinaram as metodologias e técnicas aplicadas nas pesquisas em Contabilidade sobre os temas Balanço Social e DVA, editadas no período de 1997 a 2005 pelos programas de pós-graduação (teses e dissertações) e revistas nacionais da área contábil. A amostra foi constituída de 31 pesquisas e, com base da análise de conteúdo,

concluíram que a abordagem metodológica empírica e a positivista não foi utilizada nos estudos, a fenomenológica-hermenêutica foi observada em 3%, as sistêmicas foram apontadas em 6,5%, as crítico-dialéticas em 35,5%, as funcionalistas em 26% e outras em 29% das pesquisas analisadas.

Além das evidenciações compulsórias exigidas pela lei nº 6.404/76 e suas alterações (11.638/07 e 11.941/09), bem como pelas normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pelas deliberações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as organizações possuem a discricionariedade de munir os usuários da informação com dados relevantes e oportunos para a tomada de decisão, mediante evidenciação voluntária.

2.3.3 Evidenciação Voluntária

Klann e Beuren (2011) consideram o *disclosure* voluntário como aquele que compreende algum tipo de informação contida nos relatórios corporativos anuais, além daquelas exigidas legalmente, ou seja, informações disponibilizadas pelas empresas por vontade própria, para melhor informar seus *stakeholders*, ou por oportunidade, para encantar os investidores.

Murcia *et al.* (2010, p.8) argumentam que a divulgação de informações voluntárias, também pode trazer benefícios às empresas como

a criação de uma imagem ambientalmente correta, atração de investidores socialmente responsáveis e a redução do custo de capital são exemplos desses benefícios. Nesse sentido, gestores e/ou empresas encontram-se diante de diversas questões sobre a divulgação voluntária de informações ambientais.

Para Ferreira (2003), há uma necessidade cada vez maior das entidades em divulgar atitudes que minimizem os impactos que suas ações externalizam para a sociedade e o meio ambiente.

Deegan (2002) menciona a existência de pesquisas com evidências de que os relatórios socioambientais são divulgados para atender ao desejo da administração de legitimar aspectos sobre as organizações, assim, esta pode ser uma estratégia valorizada por uma entidade quando ocorrem eventos específicos que são julgados pelos gestores como prejudiciais à reputação da organização, e talvez, a sobrevivência permanente. A evidenciação voluntária está desenvolvida nos trabalhos de Deegan e Rankin (1996) e Tilling e Tilt (2010).

Para Deegan e Rankin (1996), a ausência de normas de divulgação referente às questões ambientais, no caso das companhias australianas, limita-as a evidenciar somente o que é favorável para a imagem corporativa. Mesmo quando as organizações estão sendo processadas por delitos ambientais, a informação ambiental predominantemente é a favorável. No mesmo sentido, Sampaio *et al.* (2012) referem-se a escassez de um padrão para o *disclosure* de indicadores ambientais que oportuniza obstrução na análise comparativa até mesmo de empresas do mesmo segmento e completam que

outro fator que deve ser considerado é que as informações ambientais constituem-se significativas para a percepção dos diferentes *stakeholders* com relação à intervenção das empresas no meio ambiente e, conseqüentemente, a percepção de sua legitimidade, implicando na continuidade de suas atividades com redução de custos (SAMPAIO *et al.*, 2012, p. 117).

Murray *et al.* (2006) investigaram a existência de relação entre divulgação social e ambiental com o desempenho do mercado financeiro das maiores empresas do Reino Unido, num período de dez anos. Dentre outros achados, os autores concluíram que não existia qualquer relação direta.

Tiling e Tilt (2010) desenvolveram um estudo de caso em que examinaram a divulgação de informação voluntária social e ambiental entre os anos de 1956 e 1999 de uma indústria de fumo. Os autores, apoiados na Teoria da Legitimidade proposta por Suchman (1995), em que a legitimidade é uma percepção generalizada ou suposição de que as ações de uma entidade são desejáveis e apropriadas dentro do sistema socialmente imposto por normas, valores, crenças e definições, concluíram que a indústria objeto da pesquisa fornece exemplos de tentativas qualitativas para se legitimar, dada a ameaça representada pelo debate entre saúde e fumo.

São inúmeras as formas de evidenciar voluntariamente as informações socioambientais que servirão de base para os *stakeholders*. Na atualidade, os relatórios de sustentabilidade ou anuais são fontes de indicadores sociais e ambientais.

Com relação aos relatórios voluntários elaborados pelas organizações, Tinoco (2001, observa que, nos anos 1960, na Europa e nos Estados Unidos, os trabalhadores começaram os primeiros movimentos para obterem informações relativas ao desempenho não só econômico, mas também social das empresas. Assim, com os debates sobre responsabilidade social, surgiu, na França, em 1977, o Balanço Social. Pinto e Ribeiro (2004) acentuam que o Balanço Social é uma demonstração criada para tornar pública a responsabilidade social das entidades.

Sampaio *et al.* (2012) referem-se aos institutos Ethos e Ibase como organismos que expõem as diretrizes para a informação social mais específica do que as de aspectos ambientais. Os autores, na pesquisa realizada, concluíram que é permitido crer em um razoável isomorfismo normativo, quando estabelecido por órgãos de classe ou que estabelecem normas e procedimentos aos profissionais, entretanto, entendem que “apesar da NBC T-15 estabelecer os procedimentos para evidenciação de natureza social e ambiental, existe a necessidade de maior discussão quanto à regulação e padronização desses relatórios” (SAMPAIO *et al.*, 2012, p. 119).

Deegan e Rankin (1996) e Castro, Siqueira e Macedo (2009) apresentam oposição à evidenciação dos relatos sociais e ambientais quando estes apresentam informações limitadas quanto a externalidades negativas e dificuldade de comparabilidade.

No Brasil, desde 1997, o balanço social tem se constituído em uma demonstração publicada pelas entidades, e apesar da sua não obrigatoriedade, entidades como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), órgão que regula o setor de energia elétrica, através da Resolução Normativa nº 444/2001 impõe a obrigatoriedade de elaboração e evidenciação do balanço social (modelo IBASE) e da Demonstração do Valor Adicionado (DVA) para as entidades do segmento de energia. Mesmo assim, desde 2010, o próprio IBASE não recomenda mais a adoção do modelo de balanço social, diante da utilização dos relatórios de sustentabilidade pelas organizações.

Há, ainda, no Brasil, a deliberação da CVM 488/05 que em seu item nº 10 menciona que

muitas entidades apresentam, além das demonstrações contábeis, informações adicionais, como balanço social, relatórios sobre custos e outros fatores relacionados a questões ambientais, particularmente em setores de indústria em que esses fatores são materiais no processo de tomada de decisão econômica pelos usuários das demonstrações contábeis. Esses relatórios e demonstrações adicionais não estão abrangidos pelas normas que regulam a emissão de um conjunto completo de demonstrações contábeis. Assim, quando divulgadas, serão efetuadas como informação complementar às demonstrações contábeis, não se confundindo com os quadros desta ou com as notas explicativas.

Assim como a sociedade, a Contabilidade evolui ao longo de sua trajetória no seu propósito de evidenciar os dados da entidade. Os relatórios de sustentabilidade ganharam espaço mais recentemente como elemento de evidenciação voluntária.

Wheeler e Elkington (2001), em seu estudo, apresentam a trajetória dos relatórios sociais e ambientais e afirmam que na década de 1990 houve um aumento considerável na prática da comunicação corporativa, em particular na Europa e na América do Norte, a partir

das publicações editadas pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

Em 1993, um relatório produzido pelo Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável e pela *Deloitte Touche Tohmatsu International* reuniu entrevistas com líderes de corporações sobre os relatórios ambientais na América do Norte, Europa e Japão, com o objetivo de identificar tendências e para o desenvolvimento dos relatórios. As entrevistas apontaram que, na Europa, as evidenciações socioambientais sofriam pouca pressão de executivos ou clientes. Lá, o dever para com o meio ambiente e as relações com o público eram vistos como uma vantagem competitiva e legal e de conformidade, enquanto na América do Norte a conformidade legal era considerada menos importante e a pressão do acionista mais relevante. No Japão, se observou maior atenção ao dever ambiental e às relações com os públicos, frente ao cumprimento legal ou competitivo (WHEELER; ELKINGTON, 2001).

O relatório de 1993 resultou de questionamentos sobre as partes interessadas às quais deveriam ser dirigidos os relatórios de sustentabilidade e o que “os interessados” pensavam e buscavam. Isso levou a ter que se adaptar a comunicação aos interesses fundamentais das partes interessadas (WHEELER; ELKINGTON, 2001).

Os relatórios de sustentabilidade objetivam a comunicação entre as organizações e as partes interessadas, relatando aspectos da responsabilidade social corporativa e evidenciando atitudes em prol da sustentabilidade empresarial. Assim, surgiu a *Global Reporting Initiative* (GRI), a partir de suas diretrizes, que consistem de “princípios para a definição do conteúdo do relatório e a garantia da qualidade de informações relatadas” (GRI 2006, p. 3), consagrando-se como padrão internacionalmente aceito para emissão dos relatórios de sustentabilidade. A GRI surgiu da criação de uma entidade sem fins lucrativos que possui sede na Holanda e que desde 1997 institui indicadores padrões para as organizações divulgarem seu desempenho com foco nas vertentes do *Triple Bottom Line* (econômico, social e ambiental) (GRI, 2012).

Para Rover, Borba, Borgert (2008), apesar de existir sugestões de normatização de informações sociais e ambientais, a exemplo da GRI, em nível mundial não há obrigatoriedade de evidenciação.

Um dos instrumentos de caráter voluntário que, quando divulgado, possui dados sobre os aspectos socioambientais das organizações é o relatório de sustentabilidade. Pesquisa da BM&FBovespa apresentada na Rio+20 contando com uma amostra de 448 empresas com ações listadas na bolsa, apontou que somente 96 companhias abertas (21,4%) divulgam o

relatório de sustentabilidade. A mesma pesquisa aponta que 46 companhias seguiram o padrão *Global Reporting Initiative* (GRI) (BM&FBOVESPA, 2012).

Skouloudis, Evangelinos e Kourmousis (2010) mencionam que há um crescimento acentuado no número de organizações que apresentam os chamados relatórios não financeiros. Para os autores, no contexto de relatórios não financeiros identificam-se as políticas, os planos e programas que a entidade objetiva para medir o seu desempenho no *Triple Bottom Line* e divulgar aos *stakeholders* a prestação de contas, surgindo um novo meio de comunicação corporativa que engloba informações quantitativas e qualitativas sobre desempenho econômico, ambiental e social em um único demonstrativo.

A GRI classifica ainda os relatórios a partir de níveis de divulgação, estes são C, C+, B, B+, A ou A+.

A declaração dos níveis de aplicação resulta numa comunicação clara dos elementos da estrutura da GRI que foram utilizados na elaboração do relatório. O sistema tem três níveis, para fazer face aos diferentes graus de experiência dos responsáveis pela elaboração dos relatórios – principiante, intermédio ou experiente. [...]. Os critérios de comunicação definidos em cada nível refletem uma crescente aplicação ou grau de abrangência da estrutura de elaboração de relatórios da GRI (GRI, 2006, p. 6).

A entidade autodeclara um determinado nível (A, B ou C), com base na sua própria avaliação do conteúdo do relatório, quando comparado com os critérios dos níveis de aplicação que estão apresentados no Quadro 2.

Além da própria declaração, os responsáveis pela elaboração dos relatórios podem solicitar à entidade externa de avaliação que forneça uma opinião acerca da autodeclaração ou solicitar que a GRI faça o exame desta e, assim, ateste os níveis A+, B+ ou C+.

Quadro 2: Nível de Aplicação do Relatório de Sustentabilidade Padrão GRI

	C	C+	B	B+	A	A+
Perfil da G3	Responder aos itens: 1.1; 2.1 a 2.10; 3.1 a 3.8, 3.10 a 3.12; 4.1 a 4.4, 4.14 a 4.15.		Responder a todos os critérios elencados para o nível C mais: 1.2; 3.9, 3.13; 4.5 a 4.13, 4.16 a 4.17.		O mesmo exigido para o nível B	
Informações sobre a Forma de Gestão da G3	Não exigido	Com Verificação Externa	Informações sobre a Forma de Gestão para cada categoria de indicador	Com Verificação Externa	Forma de Gestão divulgada para cada Categoria de Indicador	Com Verificação Externa
Indicadores de Desempenho da G3 & Indicadores de Desempenho do Suplemento Setorial	Responder a um mínimo de 10 indicadores de desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: social, econômico e ambiental.		Responder a um mínimo de 20 indicadores de desempenho, incluindo pelo menos um de cada uma das seguintes áreas de desempenho: econômico, ambiental, direitos humanos, práticas trabalhistas, sociedade, responsabilidade pelo produto.		Responder a cada indicador essencial da G3 e do suplemento setorial com a devida consideração ao princípio da materialidade de uma das seguintes formas: a) respondendo ao indicador ou b) explicando o motivo da omissão.	

Fonte: Níveis de Aplicação para Relatórios de Sustentabilidade - GRI (2006).

Para que se autodeclare nível C na apresentação do relatório de sustentabilidade, a entidade deve evidenciar os aspectos a seguir relacionados de acordo com a GRI (2006):

- Definição do conteúdo do relatório (1.1): determina o conteúdo a ser divulgado no relatório para assegurar uma demonstração equilibrada e razoável do desempenho da organização. Consideram-se tanto os propósitos e a experiência da organização relatora como os interesses legítimos e as expectativas procedentes de seus *stakeholders*.
- Perfil organizacional (2.1 a 2.10): nome da organização (2.1); principais marcas, produtos e /ou serviços (2.2); estrutura operacional da organização, incluindo principais

divisões, unidades operacionais, subsidiárias e *joint ventures* (2.3); localização da sede da organização (2.4); número e nomes de países com que a organização opera e onde estão localizadas ou são relevantes às questões de sustentabilidade cobertas pelo relatório (2.5); tipo e natureza jurídica da propriedade (2.6); mercados atendidos (incluindo discriminação geográfica, setores atendidos e tipos de clientes/beneficiários (2.7); porte da organização (2.8); principais mudanças durante o período coberto pelo relatório referente ao porte, estrutura ou participação acionária (2.9) e prêmios recebidos no período coberto pelo relatório (2.10)).

- Perfil do relatório (3.1 a 3.8): período coberto pelo relatório, ano contábil/civil (3.1); data do relatório anterior mais recentes, se houver (3.2); ciclo de emissão de relatório (3.3); dados para contato em caso de perguntas relativas ao relatório ao seu conteúdo (3.4) e escopo e limite do relatório que abrange os itens de (3.5 a 3.8);
- Explicação das consequências de quaisquer reformulações de informações fornecidas em relatórios anteriores e as razões para tais reformulações (3.10);
- Mudanças significativas em comparação com anos anteriores no que se refere ao escopo, limite ou métodos de medição aplicados no relatório (3.11);
- Sumário de conteúdo da GRI (3.12);
- Estrutura de governança da organização, incluindo comitês sob o mais alto órgão de governança responsável por tarefas específicas, estabelecimento de estratégia ou supervisão da organização (4.1);
- Indicação caso o presidente do mais alto órgão de governança também seja o diretor executivo (4.2);
- Declaração do número de membros independentes ou não executivos do mais alto órgão de governança (4.3);
- Mecanismos para que os acionistas e empregados façam recomendações ou deem orientações ao mais alto órgão de governança (4.4).
- Relação de grupos de *stakeholders* engajados pela organização (4.14);
- Base para a identificação e seleção de *stakeholders* com os quais se engajar (4.15).

Para a autodeclaração de nível B, a organização além de responder a todos os itens nominados do nível C, deve evidenciar:

- Descrição dos principais impactos, riscos e oportunidades (1.2);

- Técnicas de medição de dados e as bases de cálculo, incluindo hipóteses e técnicas, que sustentam as estimativas aplicadas à compilação dos indicadores e outras informações do relatório (3.9);
- Verificação: política e prática atual relativa à busca de verificação externa do relatório. Se a verificação não for incluída no relatório de sustentabilidade, é preciso explicar o escopo e a base de qualquer verificação externa fornecida, bem como a relação entre a organização relatora e o (s) auditor (es) (3.13).
- Relação entre a remuneração para membros do mais alto órgão de governança, diretoria executiva e demais executivos (4.5);
- Processos em vigor no mais alto órgão de governança para assegurar que conflitos de interesse sejam evitados (4.6);
- Processos para determinação das qualificações e conhecimento dos membros do mais alto órgão de governança para definir a estratégia da organização para questões relacionadas a temas econômicos, ambientais e sociais (4.7);
- Declaração de missão e valores, códigos de conduta e princípios internos relevantes para o desempenho econômico, ambiental e social, assim como o estágio de sua implantação (4.8);
- Procedimentos do mais alto órgão de governança para supervisionar a identificação e gestão por parte da organização do desempenho econômico, ambiental e social, incluindo riscos e oportunidades relevantes, assim como a adesão ou conformidade com normas acordadas internacionalmente, códigos de conduta e princípios (4.9);
- Processos para a autoavaliação do desempenho do mais alto órgão de governança, especialmente com respeito ao desempenho econômico, ambiental e social (4.10);
- Explicação de se e como a organização aplica o princípio da precaução (4.11);
- Cartas, princípios ou outras iniciativas desenvolvidas externamente de caráter econômico, ambiental e social que a organização subscreve ou endossa (4.12);
- Participação em associações e ou organismos nacionais/internacionais de defesa em que a organização: possui assento em grupos responsáveis pela governança corporativa, integra projetos ou comitês, contribui com recursos de monta além da taxa básica como organização associada, considera estratégica sua atuação como associada (4.13);
- Abordagem para o engajamento dos *stakeholders*, incluindo a frequência do engajamento por tipo e por grupo de *stakeholders* (4.16);

- Principais temas e preocupações que foram levantadas por meio do engajamento dos *stakeholders* e que medidas a organização tem adotado para tratá-los (4.17);

Assim, os objetivos dos níveis de classificação da GRI estabelecem diretrizes:

a) para os usuários do relatório: uma medida de até que ponto as diretrizes da GRI e outros elementos da estrutura de relatórios foram aplicados em sua elaboração;

b) para os relatores: uma visão ou caminho para a expansão progressiva da aplicação da estrutura de relatórios da GRI ao longo do tempo.

Para a GRI, “declarar o nível de aplicação implica uma comunicação clara e transparente de quais elementos da estrutura de relatórios da GRI foram aplicados na elaboração do relatório” (GRI - NA, 2006, p. 1).

Sampaio *et al.* (2012) concluíram em seu estudo que percebe-se um comportamento heterogêneo em relação aos indicadores ambientais e indicadores de atendimento ao relatório do GRI. Contudo, não foi possível identificar, com relação a esses dois itens, a presença de isomorfismo.

Há um crescente aumento de estudos que objetivam analisar informações socioambientais. A seguir são destacadas pesquisas sobre o tema.

2.3.4 Pesquisas realizadas sobre Evidenciação Socioambiental

Oliveira (2005) desenvolveu um estudo cujo objetivo foi analisar os principais dados socioambientais e a forma como estes estavam sendo evidenciados por companhias brasileiras. Tomou por base dados relativos ao exercício 2001 das 500 maiores empresas não financeiras listadas no *ranking* divulgado pela Fundação Getúlio Vargas em agosto de 2002. O autor constatou que os recursos que as empresas destinaram à sociedade eram relevantes, perfazendo um terço da receita operacional líquida. A pesquisa aponta ainda que as entidades que mais publicavam as informações socioambientais estão enquadradas na categoria de maior impacto ambiental. Quanto ao conteúdo, Oliveira (2005, p. 2) menciona: “verificou-se que falta consistência na definição de alguns termos e qualidade de algumas informações”.

Bertagnolli, Ott e Damacena (2006) determinaram o nível de influência dos investimentos sociais e ambientais no desempenho econômico de 176 empresas que publicaram os balanços sociais de acordo com o modelo IBASE e disponibilizados na página desse instituto. Os autores concluíram que tanto a receita líquida quanto o resultado operacional das empresas pesquisadas estavam associados aos investimentos sociais e ambientais realizados, com destaque para os benefícios direcionados aos funcionários.

Sancovschi e Silva (2006) identificaram como os administradores da Petrobras, com alto custo político, utilizaram a evidenciação voluntária de informações sociais em seus relatórios anuais, para encaminhar questões negativas relacionadas com suas atividades ou seus produtos. Considerando a teoria da legitimidade e a hipótese do custo político, os resultados apontaram que a empresa apresentou no relatório da administração um expressivo número de informações voluntárias de caráter social.

Lindstaedt e Ott (2007) investigaram aspectos convergentes e divergentes entre as normas e recomendações de evidenciação de informações de natureza ambiental emitidas no âmbito norte-americano e brasileiro, em relação ao modelo de *disclosure* ambiental proposto internacionalmente pelo ISAR/UNCTAD. Segundo os autores, as normas norte-americanas apresentam exigência de *disclosure* nos relatórios anuais limitada à divulgação de informações sobre fatos que possam impactar na situação econômico-financeira das companhias, tendo como foco principal a proteção do investidor. Não contemplam informações relativas à sustentabilidade ambiental e empresarial, conforme modelo do ISAR/UNCTAD. No âmbito brasileiro, as normas emitidas pelo CFC e IBRACON apresentam nível inferior de informações em relação ao recomendado pelo ISAR/UNCTAD.

Lins e Silva (2009) analisaram o nível de evidenciação ambiental dos relatórios de sustentabilidade (RS) das organizações que atuam no ramo de papel e celulose (consideradas danosas ao meio ambiente e com alto risco de acidentes ambientais) listadas no ISE da BM&FBovespa do ano de 2005. Os dados obtidos no estudo apontaram a empresa Aracruz Celulose com o maior grau de evidenciação, seguida da Votorantim Celulose e Papel, e, finalmente, a empresa com pior desempenho em relação à evidenciação e transparência das informações constantes no relatório de sustentabilidade era a Suzano Bahia Sul Papel e Celulose.

Ribeiro e Van Bellen (2011) verificaram se as práticas de evidenciação ambiental das companhias analisadas reagem aos distintos estímulos regulatórios de diferentes países de origem. O teste analítico (teste H) comprovou que existem diferenças significativas entre os níveis de evidenciação ambiental das companhias da amostra pertencentes aos países mais regulados em comparação com os menos regulados, e essas diferenças foram maiores nos itens de divulgação obrigatória, o que comprova que o *disclosure* ambiental das companhias reage aos estímulos regulatórios de seus países.

2.4 NORMA BRASILEIRA TÉCNICA DE CONTABILIDADE NBC T 15

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em 19 de agosto de 2004, por meio da Resolução CFC nº 1.003/04, aprovou a NBC T 15 (Norma Brasileira de Contabilidade Técnica), que dispõe sobre as Informações de Natureza Social e Ambiental. A NBC T 15 passou a vigorar em 1º de janeiro de 2006 de forma compulsória, sendo que o CFC recomendou a sua adoção voluntária antecipadamente (CFC – RE 1.003, 2004).

A NBC T 15 “estabelece procedimentos para evidenciação de informações de natureza social e ambiental, com o objetivo de demonstrar à sociedade a participação e a responsabilidade social da entidade” (CFC – RE 1.003, 2004, p. 3). As informações de natureza social e ambiental referem-se à geração e distribuição de riqueza; aos recursos humanos; a interação da entidade com o ambiente externo e a interação com o meio ambiente.

Para Souza e Ribeiro (2004), a Contabilidade cumpre seu papel à medida que evidencia os impactos das suas atividades na sociedade. Deve fornecer informações aos usuários internos e externos, pois eventuais dados ao meio ambiente podem acarretar modificações na situação patrimonial da entidade. Assim, a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica NBC T-15 objetiva a divulgação da responsabilidade social das organizações.

Ao editar a norma, o legislador estabeleceu que tais informações evidenciadas complementam as demonstrações contábeis obrigatórias, não se confundindo com notas explicativas e que deverão ser divulgadas para fins de comparabilidade com as informações do exercício atual e do anterior. Nossa (2002) afirma que as regras e regulamentos básicos para elaboração dos relatórios ambientais são essenciais. A divulgação pode estar presente nas demonstrações contábeis ou em relatórios isolados. Desta forma, caso a entidade não evidencie a NBC T 15 em relatório específico, as informações de caráter ambiental e social podem estar presentes no conjunto das demonstrações contábeis.

A NBC T 15 não se aplica de forma compulsória às entidades, pois não se apresenta na forma de lei. Entretanto, o profissional legalmente habilitado no exercício da função contábil deve preocupar-se com o atendimento da norma, uma vez que esta foi aprovada pela Resolução 1.003/2004 do Conselho Federal de Contabilidade, fazendo-se, pois, necessária a sua observação pelo contador. As informações que devem ser evidenciadas para o cumprimento da NBC T 15 estão apresentadas na seção 3.3 (coleta e tratamento dos dados).

Foram identificados estudos tendo por base a NBC T 15, no Portal de Periódicos da CAPES, e em congressos e periódicos da área contábil e afins como segue.

Oliveira (2005) analisou as demonstrações contábeis de oito empresas do setor químico e petroquímico para verificar o atendimento à norma referente aos investimentos, passivos e custos ambientais e concluiu que as evidenciações das empresas estavam insuficientes para atender às exigências da NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental.

Leite, Ribeiro e Pacheco (2007) abordaram a evidenciação do passivo ambiental e das interações das empresas com o meio ambiente. A amostra foi composta por organizações pertencentes ao *ranking* das 500 Maiores Sociedades Anônimas do Brasil, no ano de 2006 –, editado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) seguindo a classificação geral e, detentoras de passivos ambientais. Tendo como objeto as demonstrações contábeis obrigatórias e complementares, buscaram identificar se a forma e o conteúdo da divulgação atendiam a NBC T 15. Os resultados revelaram que não havia evidenciação de passivos ambientais nas principais demonstrações contábeis (Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado), assim como não foi divulgada pelas empresas a Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental (NBC T 15). Com nível baixo de evidenciação, foram encontradas informações sobre passivos ambientais e interações com o meio ambiente nos relatórios da administração e nas notas explicativas, porém, com dados genéricos, sem detalhes de projetos e valores.

Vieira e Faria (2007) pesquisaram 14 empresas do ramo de alimentos e bebidas classificadas como as de maior faturamento entre as 500 selecionadas pela Revista Exame Melhores e Maiores do ano de 2006. Após a elaboração de um *checklist* elaborado para atender ao objetivo da pesquisa, que propôs verificar se as demonstrações contábeis das empresas da amostra evidenciavam informações de responsabilidade social. Das empresas examinadas, quatro receberam conceito ótimo atribuído pelas autoras, na medida em que evidenciaram as informações sociais e ambientais de maneira adequada. As outras dez empresas não evidenciaram com clareza os dados. Outra constatação do estudo foi a de que o comportamento em relação à responsabilidade social diferencia-se de acordo com a cultura e o ambiente em que a entidade está inserida.

Cavalcanti *et al.* (2009) utilizaram o balanço social (modelo IBASE) e/ou as “Demonstrações de Natureza Social e Ambiental” para verificar as informações contábeis ambientais divulgadas pelas empresas brasileiras do setor de utilidade pública listadas na BM&FBovespa, classificadas nos segmentos de água e saneamento, gás e energia elétrica, considerando a aderência ao que preceitua a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC T 15). A amostra compreendeu 42 empresas e os autores constataram que o maior grau de aderência

comum aos três segmentos foi o item de investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente, que representou 100%, 95% e 100%, respectivamente. O menor grau de aderência verificou-se em relação ao item sobre investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade, abrangendo os segmentos de água e saneamento e energia elétrica, totalizando, respectivamente, 0% e 3%. Os autores concluíram que as informações contábeis ambientais divulgadas pelas empresas de utilidade pública da amostra apresentam aderência parcial às exigências da NBC-T 15, uma vez que 32% destas evidenciam as informações solicitadas pela norma, enquanto 68% das empresas não as divulgam, seja por não se enquadrarem na situação específica ou por omissão.

Nascimento *et al.* (2009) pesquisaram as empresas de capital aberto classificadas na Revista Exame - 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar, edição 2007. Analisaram o ano de 2005 (período anterior) e os exercícios sociais de 2006 a 2008 (períodos posteriores) a obrigatoriedade da NBC T 15 de uma amostra de 22 empresas escolhidas por acessibilidade, por negociarem suas ações na BM&FBovespa. O relatório da administração (RA), as notas explicativas (NE) e as demonstrações financeiras consolidadas (DFC's) das empresas foram objeto de análise. Após efetuarem um *checklist* sobre o que recomenda a NBC T 15 quanto à categorização ambiental e o que as empresas divulgaram, os autores constataram que as informações ausentes representavam 66,91%, as incompletas, 18,53%, e as completas 14,56%. Concluíram que o nível de evidenciação das informações ambientais tem relação com o desempenho econômico-financeiro das organizações.

Beuren *et al.* (2010) analisaram informações divulgadas nos relatórios de administração e notas explicativas de 23 empresas de capital aberto listadas na Revista Exame 150 Melhores Empresas para Você Trabalhar, edição 2007, frente às recomendações da NBC T 15. A coleta de dados do estudo baseou-se no *checklist* de Vieira (2006) classificando as empresas analisadas quanto à evidenciação social. De acordo com os resultados divulgados quanto à classificação da evidenciação social às recomendações da NBCT 15, verificaram que, das 897 informações, 282 apresentavam-se completas, 189 incompletas e 426 ausentes. Quatro empresas apresentaram ainda conceito insuficiente, doze conceito irregular, seis apresentaram conceito bom e uma empresa apresentou conceito ótimo. Por fim, concluíram que o nível de adequação da evidenciação social às recomendações da NBC T 15 das 23 empresas analisadas classificou-se como regular, perfazendo 52% da amostra.

Kruger, Schussler, Alberton (2011) buscaram verificar como as empresas do segmento de materiais básicos estavam evidenciando as informações recomendadas na NBC T 15,

considerando uma amostra composta de 45 organizações. Com base na DVA, em notas explicativas, relatórios da administração e pareceres dos auditores, bem como em informações disponíveis nos sítios de cada uma das empresas, verificaram a presença de informações complementares e a divulgação de informações sociais e ambientais. Os autores constataram que 100% das empresas da amostra evidenciaram a DVA, justificando tal comportamento pela obrigatoriedade da sua publicação através da Lei 11.941/2009. Quanto às informações referentes aos recursos humanos observou-se baixa aderência por parte das empresas. No que se refere às informações relativas à interação com o ambiente externo e ao meio ambiente, os autores constataram a divulgação de projetos, ações e diversas atividades desenvolvidas pelas entidades. Todavia, na maioria das situações, não houve a evidenciação de valores gastos relacionados.

Silveira *et al.* (2011) examinaram os balanços sociais da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) no período de 2005 a 2009, buscando verificar como a mesma estava evidenciando a sua responsabilidade social e ambiental na perspectiva da NBC T 15. Os autores concluíram que a empresa não cumpre o estabelecido pela NBC T 15 para determinados quesitos. Quanto à geração e à distribuição de riqueza, os autores sugerem a inclusão de informações explicativas. Quanto às informações sobre recursos humanos há uma melhor aderência à NBC T 15, porém, há escassez de alguns itens exigidos. Em relação à interação da entidade com o meio ambiente externo, a empresa não publicou alguns dos investimentos exigidos e, quanto à interação da entidade com o meio ambiente, falta cumprir a norma em sua integralidade.

Fonseca, Almeida e França (2012), com base nos Balanços Sociais das empresas do setor de utilidade pública (serviços de abastecimento de água, saneamento e geração de energia), listadas na BM&FBovespa nos exercícios de 2008 a 2010, avaliaram o grau de aderência das informações ambientais divulgadas em atendimento ao que preceitua a NBC T 15. Constataram que o grau médio de aderência das informações ambientais foi de 28%. percentual inferior ao verificado no estudo de Cavalcanti *et al.* (2009), que indicou um percentual de 32% de aderência. O estudo concluiu que o decréscimo no nível de evidenciação de informações ambientais em conformidade com a NBC T 15 entre 2007 e 2010 por parte das empresas da amostra, não contribui para a divulgação de informação contábil justa, adequada e completa.

Sampaio *et al.* (2012) examinaram uma amostra de organizações que exploram atividades de mineração, tendo por base os seus relatórios de sustentabilidade e anuais. Para os autores, as entidades desse setor tendem a evidenciar um maior volume de informações

voluntárias de natureza socioambiental, com o propósito de legitimarem-se perante a sociedade, uma vez que as suas atividades causam impactos no meio ambiente. Os autores investigaram a eventual presença de um processo isomórfico entre os indicadores socioambientais, ou seja, empresas que desempenham atividades semelhantes e estão em condições similares na sociedade adotam procedimentos contábeis análogos. Para tanto, estabeleceram quatro grupos de indicadores de acordo com a NBC T 15 e, recomendações dos Institutos Ethos, IBASE e diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI). A partir da análise de variância, os autores concluíram que houve um aumento no nível de divulgação de informações socioambientais no período analisado, também destacaram a presença do isomorfismo nos indicadores sociais internos e externos da amostra, entretanto, não foi verificado um processo isomórfico entre os indicadores ambientais e de atendimento às diretrizes da GRI.

Suave *et al.* (2012) realizaram pesquisa com o propósito de verificar se existia diferença na evidenciação ambiental recomendada pela NBC T 15 no ano em que as empresas apresentaram lucro (2009) para o ano em que sofreram prejuízo (2010). A amostra foi constituída pelas 20 maiores empresas que evidenciaram prejuízos no exercício de 2010, contrapondo a ocorrência de lucro no ano anterior, escolhidas das 1000 maiores empresas em volume de vendas conforme *Revista Exame* em sua edição de 2011 das Melhores e Maiores empresas de 2010. Os dados obtidos no estudo revelam que a pontuação geral observada com base em critérios da NBC T 15 permaneceu praticamente igual nos dois exercícios, ocorrendo uma oscilação compensatória acarretada em virtude de determinadas empresas terem aumentado e outras reduzido o seu volume de evidenciação. De acordo com a classificação adotada a partir da quantidade de informações divulgadas, a maior parte das empresas ficou em categorias inferiores, resultado da baixa quantidade de informações evidenciadas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo tem por objetivo apresentar a metodologia utilizada na realização da pesquisa empírica. Dessa forma, apresenta-se o delineamento da pesquisa, a população e amostra, os procedimentos adotados para a coleta, tratamento e análise dos dados, o período da análise e as limitações do método.

3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Gil (2010) classifica as pesquisas quanto à sua natureza, forma de abordagem do problema, objetivo e procedimento técnico.

Quanto à sua natureza, a pesquisa caracteriza-se como aplicada, pois foi desenvolvida para a obtenção de conhecimento a ser aplicado na resolução de um problema específico. O problema, por sua vez, é abordado de forma quantitativa, na medida em que se buscou quantificar em termos percentuais o nível de aderência das empresas às divulgações de informações socioambientais requeridas na NBC T 15. Também se fez uso de ferramenta estatística, mediante utilização de um modelo econométrico. Quanto ao objetivo o estudo classifica-se como descritivo e explicativo, pois se descreve o comportamento observado nas empresas da amostra em relação à evidenciação socioambiental, bem como se examina o impacto das variáveis evidenciadas sobre o valor adicionado a distribuir das empresas da amostra. Por fim, quanto ao procedimento técnico, a pesquisa é classificada como documental, tendo em vista que os dados foram obtidos nos relatórios de sustentabilidade e no balanço patrimonial, na demonstração do resultado do exercício e demonstração do valor adicionado das empresas integrantes da amostra. Nessas três últimas demonstrações, foram obtidos os valores do ativo total, patrimônio líquido, receita líquida e valor adicionado a distribuir, utilizados no modelo econométrico.

Todos os relatórios e dados foram obtidos nas páginas eletrônicas das empresas integrantes da amostra.

3.2 POPULAÇÃO, AMOSTRA E PERÍODO DE ANÁLISE DA PESQUISA

A população é constituída pelas empresas que permaneceram no ISE nos anos de 2010 a 2012. A escolha do período objetivou abranger um maior número de elementos para a pesquisa.

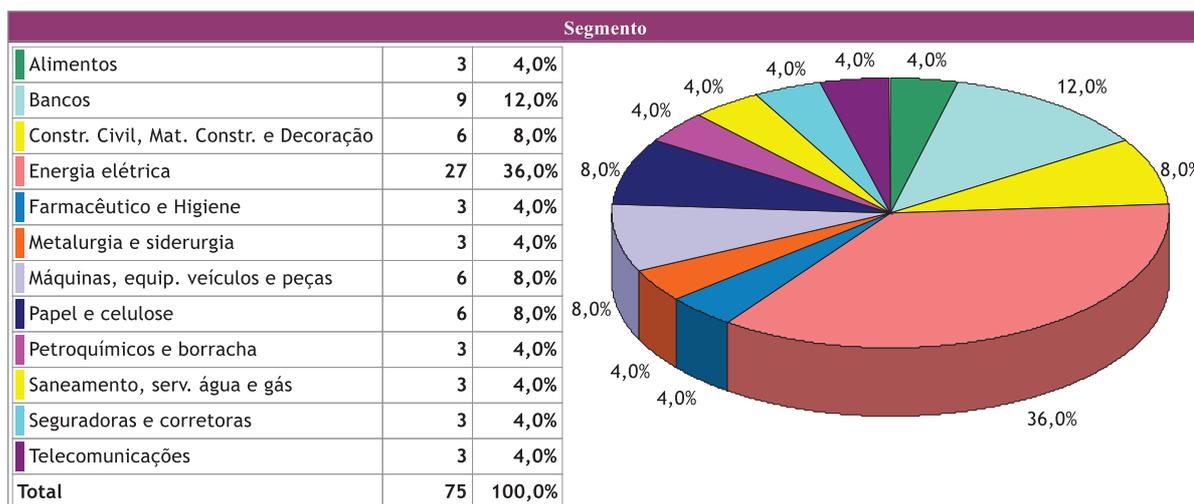
Considerando esses dados, tem-se uma população formada por 30 empresas (Apêndice A), das quais cinco foram excluídas, conforme descrito a seguir, chegando-se a uma amostra composta por 25 empresas.

- a) Itausa – Investimentos Itaú S.A.: é uma sociedade de participações (*holding*) pura de capital aberto. Dentre as empresas do conglomerado estão a Duratex S.A., Elekeiroz S.A., Itautec S.A. e o Itaú Unibanco *Holding* S.A. A companhia divulgou os relatórios de sustentabilidade do período objeto do estudo. Entretanto, as informações são apresentadas juntamente com as empresas Duratex e Itaú Unibanco que são integrantes da amostra e foram coletadas as informações em relatórios individuais das companhias.
- b) Telemar: A companhia é uma empresa *holding*, constituída em 1997 e desde 1999 tem como atividade preponderante a participação direta no capital social da TNL (até a incorporação desta companhia pela Oi S.A. em 27/02/2012 decorrente da Reorganização Societária das Empresas Oi S.A.) e da TMAR. Após a Reorganização Societária das Empresas Oi, a companhia passou a ter como objeto social a participação, direta ou indireta, no capital social da Oi S.A. (“Oi”) (Fonte: http://www.telemar-participacoes.com.br/s.php?s=A_Companhia_historico). Dessa forma, a empresa não apresenta os Relatórios de Sustentabilidade objeto do estudo.
- c) Redecard: a empresa foi adquirida pelo Itaú Unibanco em 2012 e, assim, não se teve acesso aos relatórios de sustentabilidade da entidade no período da amostra.
- d) Gerdau S.A: 40% do capital social da empresa são detidos pela Metalúrgica Gerdau S.A., controladora do grupo. Os relatórios da companhia do período da amostra foram apresentados de forma consolidada, de tal forma que apenas a Metalúrgica Gerdau S.A faz parte da amostra.
- e) Coelce: a empresa apresenta o relatório anual da Endesa Brasil S.A., *holding* que reúne empresas do setor elétrico, nos segmentos de geração (Endesa Cachoeira e Endesa Fortaleza), transmissão e conversão (Endesa Cien), distribuição (Ampla e Coelce) e prestação de serviços (Prátil). As informações são apresentadas no relatório da *holding*. Por intermédio do endereço eletrônico da entidade, buscaram-se os relatórios de sustentabilidade, obtendo-se acesso aos relatórios dos anos de 2010 e 2011. Entretanto, não foi possível acessar o relatório de 2012 até a data limite para a coleta de dados para finalização da pesquisa.

Os setores de atuação foram elencados segundo a classificação da Bolsa de Valores, e Liszbinski (2013) observa que a classificação permite uma visão daquelas empresas que tem

foco em atividades semelhantes da cadeia produtiva e, assim, respondem de maneira análoga às condições econômicas. No Gráfico 1, a seguir, apresenta-se a amostra do estudo caracterizada por segmento.

Gráfico 1 - Amostra da pesquisa caracterizada por segmento



Fonte: Relatórios de sustentabilidade 2010 -2012.

Considerando-se os relatórios de sustentabilidade dos três anos de cada empresa, tem-se 75 observações, sendo que 36% da amostra é representada por empresas do segmento de energia elétrica (geração, transmissão ou ambas as atividades). As organizações do segmento bancário representam 12% da amostra, seguidas pelos ramos da construção civil, máquinas, equipamentos, veículos e peças, e papel e celulose, que representam 8% da amostra cada um.

3.3 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

Para a coleta dos dados, a norma (NBC T 15), contendo 56 indicadores, foi dividida em cinco grupos, como segue:

Grupo 1: Valor Adicionado a Distribuir (VAd)

A NBC T 15 estabelece que as entidades devam divulgar, na demonstração do valor adicionado, a riqueza gerada e distribuída. Assim, o grupo 1 é composto de apenas um indicador - valor adicionado a distribuir. Na elaboração do modelo econométrico, o VAd foi caracterizado como variável dependente.

Grupo 2: Indicadores Sociais Internos (Ind_SI)

A NBC T 15 define que os indicadores sociais internos referem-se a gastos com os colaboradores da organização e estão listados no Quadro 3, a seguir.

Quadro 3 - Indicadores Sociais Internos (Ind_SI)

Indicadores Sociais Internos (Ind_SI)	
RH 1.1	Remuneração bruta segregada por empregados
RH 1.2	Remuneração bruta segregada por administradores
RH 1.3	Remuneração bruta segregada por terceirizados
RH 1.4	Remuneração bruta segregada por autônomos
RH 2	Relação entre a maior e a menor remuneração da entidade, considerando os empregados e os administradores
RH 3	Gastos com encargos sociais
RH 4	Gastos com alimentação
RH 5	Gastos com transporte
RH 6	Gastos com previdência privada
RH 7	Gastos com saúde
RH 8	Gastos com segurança e medicina do trabalho
RH 9	Gastos com educação (excluídos os de educação ambiental)
RH 10	Gastos com cultura
RH 11	Gastos com capacitação e desenvolvimento profissional
RH 12	Gastos com creches ou auxílio-creche
RH 13	Participações nos lucros ou resultados
Total Ind_SI	16

Fonte: NBC T 15.

Na elaboração do modelo econométrico, foram considerados como variáveis explicativas o somatório de 15 indicadores, uma vez que o indicador RH 2 não evidencia valor monetário e sim refere-se a uma relação entre salários.

Grupo 3: Indicadores do Corpo Funcional (Ind_CF)

A NBC T 15 estabelece os indicadores do corpo funcional, os quais descrevem informações quantitativas dos empregados, estagiários e terceirizadas da organização. Estes são apresentados no Quadro 4, a seguir.

Quadro 4 - Indicadores do corpo funcional (Ind_FC)

Indicadores do Corpo Funcional (Ind_CF)	
RH 14	Total de empregados no final do exercício
RH 15	Total de admissões
RH 16	Total de demissões
RH 17	Total de estagiários no final do exercício
RH 18	Total de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício
RH 19	Total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício
RH 20	Total de empregados por sexo
RH 21	Total de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos: (menores de 18 anos; de 18 a 35 anos; de 36 a 60 anos; acima de 60 anos)
RH 22	Total de empregados por nível de escolaridade, segregados por: (analfabetos; ensino fundamental; ensino médio; ensino técnico; ensino superior; pós-graduados)
RH 23	Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo
RH 24.1	Nº processos trabalhistas movidos contra a entidade
RH 24.2	Nº processos trabalhistas julgados procedentes
RH 24.3	Nº processos trabalhistas julgados improcedentes
RH 24.4	Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça
Total Ind_CF	14

Fonte: NBC T 15.

Tomando por base o trabalho de Campos (2011), adotou-se como variável explicativa do grupo de indicadores do corpo funcional o número de empregados no final do período.

Grupo 4: Indicadores Sociais Externos (Ind_SE)

Os indicadores sociais externos estabelecidos na NBC T 15 referem-se a gastos, bem como informações quantitativas da entidade com a comunidade, clientes e fornecedores e estão listados no Quadro 5.

Quadro 5 - Indicadores Sociais Externos (Ind_SE)

Indicadores Sociais Externos (Ind_SE)	
AE 1	Educação, exceto a de caráter ambiental
AE 2	Cultura
AE 3	Saúde e saneamento
AE 4	Esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária
AE 5	Alimentação
CL 1	Nº reclamações recebidas diretamente na entidade
CL 2	Nº reclamações recebidas por meio dos órgãos de proteção e defesa do consumidor
CL 3	Nº reclamações recebidas por meio da Justiça
CL 4	Nº reclamações atendidas em cada instância arrolada (na empresa)
CL 5	Nº reclamações atendidas em cada instância arrolada (órgãos de proteção e defesa consumidor)
CL 6	Nº reclamações atendidas em cada instância arrolada (na justiça)
CL 7	Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça
CL 8	Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações
FR 1	Informações relativas aos fornecedores: a entidade deve informar se utiliza critérios de responsabilidade social para a seleção de seus fornecedores.
Total Ind_SE	14

Fonte: NBC T 15.

No modelo econométrico, foi considerado o somatório dos indicadores referentes à interação da entidade com a comunidade (AE 1, 2, 3, 4 e 5) como variável explicativa. Os indicadores que retratam a interação da entidade com os clientes e fornecedores foram excluídos por evidenciarem valores quantitativos e não monetários, bem como indicadores qualitativos e perdas (multas e indenizações).

Grupo 5: Indicadores de Meio Ambiente (Ind_MA)

A NBC T 15 estabelece os indicadores de meio ambiente, os quais se referem a investimentos da entidade com preservação do meio onde atua. Quantidade de processos ambientais, bem como multas e passivos ou contingências ambientais também estão listados no grupo de indicadores de meio ambiente.

Quadro 6 - Indicadores de Meio Ambiente (Ind_MA)

Interação da entidade com o meio ambiente (Ind_MA)	
MA 1	Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente
MA 2	Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados
MA 3.1	Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados
MA 3.2	Investimentos e gastos com a educação ambiental para terceirizados
MA 3.3	Investimentos e gastos com a educação ambiental para autônomos
MA 3.4	Investimentos e gastos com a educação ambiental para administradores da entidade
MA 4	Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade
MA 5	Investimentos e gastos com outros projetos ambientais
MA 6	Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade
MA 7	Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente
MA 8	Passivos e contingências ambientais
Total Ind_MA	11

Fonte: NBC T 15.

Na elaboração do modelo econométrico foram excluídos os indicadores MA 6, MA 7 e MA 8 e o somatório dos 11 indicadores restantes foi considerado como variável explicativa.

Todos os relatórios de sustentabilidade foram obtidos em formato PDF nas páginas eletrônicas das organizações, com exceção dos dados de uma companhia, que divulgou somente o relatório de 2011 em formato PDF. Os relatórios de 2010 e 2012 foram divulgados na própria página da empresa em formato HTML, de onde foram retiradas as informações, as quais foram transcritas primeiramente em planilha Microsoft Excel®.

Para cada indicador, foi utilizado o modelo binário, “1” para aquelas empresas que evidenciaram a informação e “0” para as que não evidenciaram. Com isso, criou-se duas variáveis binárias para analisar os três anos da amostra. E, em outra coluna, foi registrado o valor evidenciado pelas empresas que apresentaram o indicador.

Após a coleta das informações, fez-se o seu tratamento, adotando-se os seguintes procedimentos:

- a) as informações monetárias foram padronizadas, ou seja, transformadas em milhares de reais, uma vez que as empresas adotam unidades monetárias diferentes umas das outras;

- b) com o propósito de evitar distorções e obter-se um nível de comparação desejável, optou-se por relativizar alguns indicadores, sendo eles: RH 18 (total de empregados portadores de necessidades especiais ao final do período); RH 20 (total de empregados por sexo ao final do período); RH 21 (total de empregados por faixa etária ao final do período); RH 22 (total de empregados por nível de escolaridade ao final do período); RH 23 (percentual de ocupante de cargo de chefia por sexo ao final do período). Este último, por exemplo, algumas empresas divulgaram em percentuais e outras em quantidades físicas. Assim, optou-se por padronizar todos os dados em percentuais. Os indicadores mencionados foram relativizados com base no número de empregados totais das empresas (indicador RH 14);
- c) para o indicador RH 19 (total de prestadores de serviços terceirizados ao final do período), não foi possível estabelecer uma relação entre o total de empregados ao final do período (RH 14), uma vez que em determinadas organizações o número de terceirizados é maior que o número de empregados próprios.
- d) para o indicador RH 24 (número de processos trabalhistas movidos contra a entidade), determinadas empresas da amostra divulgaram o percentual em relação ao número de demitidos. Esses percentuais foram transformados em números absolutos, visto que a maioria das entidades que divulgaram o indicador recorreu a essa unidade;
- e) a descrição de informações amplas, como valor gasto em saúde, segurança e meio ambiente ou projetos socioambientais no exercício, não foi considerada no presente estudo, pois a NBC T 15 estabelece que as organizações devam evidenciar os gastos separadamente; porém, não se obteve acesso no relatório de sustentabilidade ao gasto da organização em cada gênero;
- f) uma empresa não divulgou o indicador RH 14 (total de empregados no final do período), mas informou nos três exercícios que possuía em seu quadro mais de 45.000 funcionários. Essa informação não foi considerada para a análise da aderência dos indicadores à NBC T 15, pois não apresentava o valor exato. Entretanto, no modelo econométrico, foi utilizada a informação para os três períodos.

3.4 MODELOS DE REGRESSÃO COM DADOS EM PAINEL

Gujarati e Porter (2011) mencionam que os dados em painel consistem em observações sobre as mesmas unidades de corte transversal (empresas, indivíduos) e são catalogadas em períodos de tempo diversos.

3.4.1 Dados em Painel

Fávero *et al.* (2009, p. 382) explicam que os dados em painel “têm por finalidade estudar a influência de variáveis explicativas sobre determinada variável dependente para um conjunto de observações e ao longo do tempo”. Para isso, é importante entender o banco de dados. Os autores fazem referência a *cross-sections* e séries temporais. Assim, quando uma mesma variável é proveniente de um mesmo instante de tempo, ou seja, quando o tempo não influencia a variável têm-se os dados em *cross-sections*. Quando se observa a evolução de uma variável ao longo do tempo, o banco de dados é característico de uma série temporal (FÁVERO *et al.*, 2009). A análise dos dados em painel elabora um *mix* das abordagens *cross-sections* e série temporal.

Quanto à abordagem da análise de dados em painel, Fávero *et al.* (2009) destacam *pooled independent cross-sections* ou *pooled ordinary least square*, efeitos fixos e efeitos aleatórios. A utilização de abordagens (efeito fixo ou efeito aleatório) dependerá das propriedades dos dados ou variáveis, sendo que não há um consenso sobre o uso deste ou daquele modelo, porém, há testes que permitem definir o modelo mais apropriado a ser utilizado.

3.4.2 Teste dos Modelos

Para definir qual é o modelo que melhor se adapta aos dados utilizados, se deve realizar alguns testes.

O teste de LM (*Lagrange multiplier*) de Breusch-Pagan tem por objetivo verificar o ajuste ao modelo de efeito aleatório e cuja estatística apresenta uma distribuição qui-quadrada com 1 grau de liberdade (FÁVERO *et al.*, 2009). As hipóteses para esse teste são:

- H_0 : a variância dos erros que refletem diferenças individuais é igual a zero.
- H_1 : a variância dos erros que refletem diferenças individuais é diferente de zero.

O teste LM de Breusch-Pagan verifica a adaptação do efeito de modelo aleatório com pressuposto na análise dos erros do modelo estimado por mínimos quadrados ordinários (OLS), sob a hipótese nula de que a variância dos erros seja igual a zero.

Já o teste de Hausman (1978) proporciona ao pesquisador decidir entre o modelo de efeito fixo e modelo de efeito aleatório para análise dos dados em painel. Fávero *et al.* (2009) apresentam as seguintes hipóteses para o teste de Hausman (1978):

- H_0 : o modelo de correlação dos erros é adequado (efeitos aleatórios)
- H_1 : o modelo de correlação dos erros não é adequado (efeitos fixos)

3.4.3 Modelo Empírico

O modelo e as variáveis para a confrontação das hipóteses foi definido da seguinte forma:

$$VAd_{it} = \alpha + \beta_2 Ind_SI_{it} + \beta_3 Func_{it} + \beta_4 Ind_SE_{it} + \beta_5 Ind_MA_{it} + \beta_6 D_1 + \beta_7 D_2 + \varepsilon_{it} \quad (1)$$

Com base em Fávero *et al.* (2009), o modelo e as variáveis estão descritos a seguir.

- VAd_{it} : valor adicionado a distribuir, é o fenômeno em estudo (variável dependente) para a empresa i no tempo t medida em R\$;
- Ind_SI_{it} : composto pela soma de quinze indicadores sociais internos, descritos na seção 3.3, para a empresa i no tempo t , mensurados em R\$;
- N_Func_{it} : refere-se ao número de empregados da entidade ao final do período para a empresa i no tempo t . Esta variável tem como objetivo reportar os indicadores do grupo do corpo funcional, descrito na seção 3.3, e ainda tem como base o trabalho de Campos (2011).
- Ind_SE_{it} : composto pela soma de cinco indicadores sociais externos, descritos na seção 3.3, para a empresa i no tempo t , medidos em R\$;
- Ind_MA_{it} : composto pela soma de oito indicadores do grupo de meio ambiente classificado também como variável explicativa, descritos na seção 3.3, para a empresa i no tempo t , mensurados em R\$;
- D_1 : variável *dummy* binária construída como 1 para o ano de 2011 e 0 para os demais anos;
- D_2 : variável *dummy* binária que considera 1 para o ano de 2012 e 0 para os demais anos.
- α : representa o intercepto (constante);

- β_k : ($k = 2, 3, \dots, n$) são os parâmetros a serem estimados de cada variável (coeficientes angulares);

Campos (2011), em estudo realizado, confrontou as variáveis, relativizando-as pelo valor das vendas líquidas do ano das empresas da amostra. Com esse procedimento, o autor buscou retirar o efeito tamanho e reduzir os problemas de heterocedasticidade das variáveis para as empresas que integraram a amostra.

Nesse estudo são testados os modelos com base nas vendas líquidas, no ativo total da empresa, e ainda com base no patrimônio líquido das empresas, para verificar o modelo que melhor explica as hipóteses. Diante dos dados observados, optou-se por usar o valor do ativo para relativizar as empresas e explicar as variáveis. Essa opção levou em consideração que nas vendas líquidas podem existir efeitos exógenos, como a sazonalidade. A utilização do ativo também permite testar as hipóteses com bases distintas das utilizadas por Campos (2011), objetivando trazer uma visão diferenciada para o campo científico.

Ressalta-se, ainda, que em todas as equações houve o tratamento nos dados para heteroscedadidade e autocorrelação, já que nos testes realizados houve presença de ambas.

3.4.4 Hipóteses do Estudo

Com base na pesquisa desenvolvida por Campos (2011), foram constituídas as hipóteses que orientaram este estudo.

- Hipótese 1 ($H_{0,1}$): existe relação entre o valor adicionado a distribuir (VAd) e os indicadores sociais internos (Ind_SI). Com relação à hipótese 1, espera-se que, quanto maior for o gasto com os Ind_SI indicado por β_2 , maior será o VAd.

Campos (2011), ao testar a hipótese, concluiu que quanto maior o desempenho social interno das entidades da amostra, maior é a riqueza gerada por elas.

- Hipótese 2 ($H_{0,2}$): existe relação entre o valor adicionado a distribuir (VAd) e o número de empregados (Func). Com relação à hipótese, espera-se que quanto maior o nível de funcionários indicado por β_3 , maior será o valor adicionado nas empresas.

Campos (2011) observou que quanto maior o nível de empregabilidade das entidades pesquisadas, maior a riqueza gerada por elas.

- Hipótese 3 ($H_{0,3}$): existe relação entre o valor adicionado a distribuir (VAd) e os indicadores sociais externos (Ind_SE). Nessa hipótese, espera-se que quanto maior o

gasto Ind_SE indicado por β_4 , maior será o VAd. Campos (2011) não testou essa hipótese.

- Hipótese 4 ($H_{0,4}$): existe relação entre o valor adicionado a distribuir (VAd) e os indicadores de meio ambiente (Ind_MA). Com relação à hipótese, espera-se que quanto maior o gasto com Ind_MA indicado por β_5 , maior será o valor adicionado nas empresas.

Campos (2011) constatou que a variável indicadores ambientais não explica a variação do valor adicionado, tendo rejeitado essa hipótese.

- Hipótese 5 ($H_{0,5}$): quanto mais o tempo passa, espera-se que tenha uma significância maior, ou seja, espera-se que a cada ano os gastos sociais internos, número de funcionários, gastos sociais externos e de meio ambiente tenham um impacto maior no valor adicionado a distribuir da entidade.

Campos (2011) não testou essa hipótese. Assim, da mesma forma que a hipótese 3, está representada uma contribuição desse estudo nesse tipo de análise.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados foi efetuada em duas fases. A primeira, de caráter descritivo, caracteriza-se pela verificação do nível de aderência das informações socioambientais divulgadas pelas entidades em atendimento ao que estabelece a NBC T 15. Na segunda fase, com o uso de ferramentas estatísticas, foi testado um modelo econométrico com o objetivo de dar respostas às hipóteses levantadas.

A primeira fase teve como propósito atender ao terceiro objetivo específico da pesquisa que é verificar o nível de aderência de divulgação das informações socioambientais pelas empresas da amostra, considerando os 56 indicadores divididos em cinco grupos que qualificam a NBC T 15 e foram apresentados na seção 3.3. Assim, fez-se uso do *software Sphinx*®, o que possibilitou que fossem importados os dados coletados em planilhas Microsoft Excel® para sua base. Após, são apresentados os percentuais bem como o número de atendimento para cada indicador.

Após, procurou-se atender ao objetivo geral do estudo, que consiste em verificar o impacto das variáveis gastos sociais internos, número de empregados ao final do período, gastos sociais externos, gastos em meio ambiente no valor adicionado a distribuir das empresas da amostra. Utilizou-se o *Software Stata*® para os testes e na aplicação das equações.

Primeiramente, é apresentada a estatística descritiva do modelo econométrico, seguida da matriz de correlação. O teste do grau de correlação tem o objetivo de medir a relação entre duas variáveis, bem como a direção dessa relação se positiva ou negativa.

Após isso, foram obtidos os resultados para o modelo de efeito fixo e modelo de efeito aleatório dos dados em painel e após foi realizado o teste de Bruesch e Pagan para verificação do melhor modelo de efeito aleatório e o teste de Hausmann (1978) para o estabelecimento das diferenças entre os modelos.

3.6 LIMITAÇÕES DO MÉTODO

Uma limitação é a amostra não probabilística utilizada no estudo composta por 25 empresas, das quais são examinadas as evidenciações de três exercícios. Esse número está condicionado à inclusão das empresas no índice de sustentabilidade empresarial (ISE) da BM&FBovespa. Dessa forma, os resultados obtidos no estudo não podem ser generalizados para todas as empresas listadas na citada bolsa de valores.

O tamanho da amostra e o período de análise também podem ser considerados como limitação do método, além da subjetividade e possível viés na coleta dos dados, uma vez que não há um padrão de evidenciação por parte das empresas aos indicadores da NBC T 15.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, são apresentados e analisados os dados obtidos no estudo. O capítulo está dividido em duas seções. Na primeira, são efetuadas observações sobre os relatórios de sustentabilidade e, posteriormente, verifica-se o nível de aderência das empresas da amostra aos indicadores da NBC T 15. Em um segundo momento, são analisados os resultados encontrados na aplicação do modelo econométrico utilizado para testar as hipóteses levantadas.

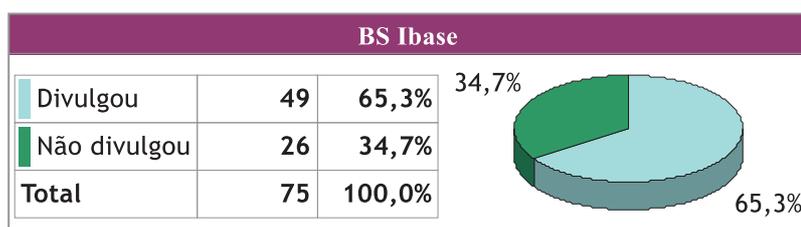
4.1 EVIDENCIAÇÃO (*DISCLOSURE*) DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Nesse tópico, apresenta-se a aderência das empresas ao que determina a NBC T 15 considerando os quatro grupos (indicadores sociais internos, indicadores do corpo funcional, indicadores sociais externos e indicadores de meio ambiente).

4.1.1 Evidenciação no Balanço Social

O balanço social (modelo IBASE) contempla as informações estabelecidas pela NBC T 15. No Gráfico 2, pode-se observar a quantidade de balanços sociais divulgados pelas empresas da amostra no período em estudo.

Gráfico 2 - Divulgação do Balanço Social (IBASE) pelas empresas da amostra



Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que um total de 49 balanços sociais (65,3%) seguindo o modelo do IBASE foram publicados pelas empresas da amostra, inseridos nos relatórios de sustentabilidade. Rico (2004) considera que o balanço social é também conhecido como relatório de sustentabilidade e proporciona o diálogo entre a entidade e os *stakeholders* em termos de responsabilidade socioambiental.

Para o autor, não há uma separação entre os relatórios de sustentabilidade e o balanço social, entretanto, na realização da pesquisa, foi possível observar que os relatórios possuem mais informações descritivas, evidenciam com maior detalhamento os investimentos socioambientais, e descrevem ainda aspectos econômicos da entidade, enquanto que o balanço social reporta a informação de maneira quantitativa, evidenciando os dados comparativos entre os exercícios, o que não ocorre nos relatórios de sustentabilidade.

A evidenciação do balanço social pelas entidades da amostra deste estudo também pode estar atrelada ao fato de que 36% das organizações pertencem ao segmento de energia elétrica, as quais estão sujeitas à Resolução Normativa nº 444/2001 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) que obriga as empresas desse segmento a evidenciar informações socioambientais segundo o padrão do balanço social desenvolvido pelo IBASE.

Em pesquisa desenvolvida por Cavalcanti *et al.* (2009) contemplando empresas do setor de utilidade pública da BM&FBovepa (água e saneamento, gás e energia elétrica), os autores constataram que 81% dos balanços sociais elaborados pelas empresas da amostra foram divulgados nos relatórios da administração. Os balanços sociais das empresas da amostra desse estudo se encontram evidenciados nos relatórios de sustentabilidade. Dessa forma, caracteriza-se uma migração do local de apresentação das informações socioambientais para os relatórios de sustentabilidade.

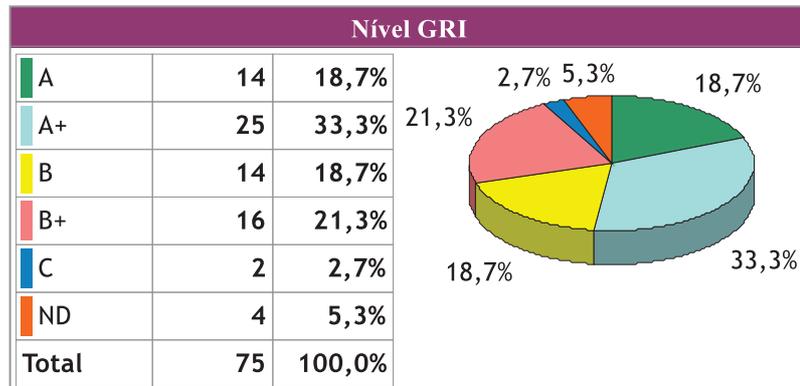
Já Bertagnolli (2006) realizou estudo que teve como objetivo determinar o nível de influência dos investimentos sociais e ambientais na receita líquida e no resultado operacional das entidades. O estudo contou com uma amostra de 176 empresas cujos balanços sociais se encontravam publicados diretamente na página eletrônica do IBASE. A autora justificou a escolha da amostra por ser o balanço social (modelo IBASE) o mais utilizado pelas empresas para divulgar as informações socioambientais naquele período.

Constata-se, portanto, que dependendo da amostra, segmento empresarial e exigência legal, o balanço social pode ser evidenciado em locais e relatórios distintos.

4.1.2 Classificação do Nível de Evidenciação dos Relatórios GRI

As empresas, além de divulgar os relatórios de sustentabilidade padrão *Global Reporting Initiative* (GRI), estão evidenciando o nível de classificação das informações apresentadas, segundo o padrão da entidade. Assim, no Gráfico 3, pode ser observada a classificação do nível de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade encontradas na amostra.

Gráfico 3 - Classificação do Nível de Evidenciação dos Relatórios de Sustentabilidade no padrão GRI



Fonte: Dados da pesquisa.

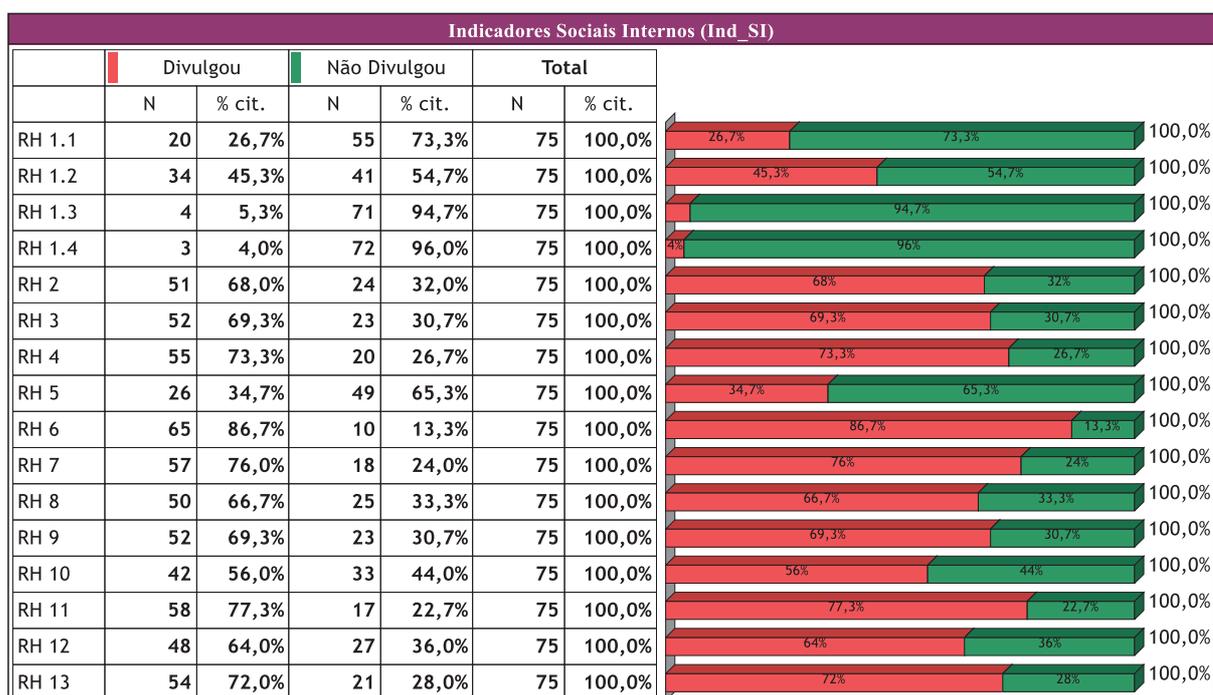
Observa-se, no Gráfico 3, uma evidenciação de 54,6% dos relatórios de sustentabilidade no nível A+ e B+ da GRI. A evidenciação nos níveis “A” e “B” corresponde ao mesmo percentual de 18,7%. Em quatro relatórios não foi possível identificar o nível de classificação da demonstração socioambiental.

Percebe-se que as empresas, além de evidenciarem as informações socioambientais, estão atentas aos níveis de classificação da evidenciação com o objetivo de conferir aos relatórios transparência e credibilidade das informações.

4.1.3 Nível de Aderência aos Indicadores Sociais Internos (Ind_SI)

O nível de aderência representado pela frequência da evidenciação do grupo de indicadores sociais internos (Ind_SI), que consta na NBC T 15, e que são identificados no Quadro 3 como RH 1.1 a 1.4 e RH 2 a RH 13, como ilustrado na Figura 1.

Figura 1 - Nível de Aderência do Grupo de Indicadores Sociais Internos (Ind_SI)



Fonte: Dados da pesquisa.

Os 75 relatórios de sustentabilidade poderiam gerar um máximo de 1.200 observações, considerando os 16 indicadores sociais internos. A quantidade evidenciada pelas empresas da amostra corresponde a 671 observações, ou seja, o nível médio de aderência ao que preceitua a NBC T 15 é de 56%.

O indicador social interno mais divulgado pelas empresas é o RH 6 (gastos com previdência privada) com uma evidenciação de 86,7% (65 observações), seguido do RH 11 (gastos com capacitação e desenvolvimento profissional) com uma frequência de 77,3%; do RH 7 (gastos com saúde) com uma frequência de 76%; do RH 4 (gastos com alimentação) com 73,3% de evidências encontradas e do RH 13 (participação nos lucros ou resultados) com um nível de evidenciação de 72%.

Quanto aos indicadores sociais internos com menor frequência de divulgação, encontram-se RH 1.4 (remuneração bruta segregada por autônomos) com uma evidenciação equivalente a 4%; o RH 1.3 (remuneração bruta segregada por terceirizados) cuja divulgação alcança 5,3% das observações; o RH 1.1 (remuneração bruta segregada por empregados) com uma frequência de evidenciação correspondente a 26,7% e o RH 1.2 (remuneração bruta segregada por administradores) evidenciada em 45,3% dos casos, revelando um baixo nível de transparência. Cabe considerar que pelo menos em relação aos indicadores RH 1.3 e 1.4, é

possível que nem todas as empresas utilizam trabalhadores autônomos ou terceirizados, porém, o mesmo não se aplica em relação aos indicadores 1.1 e 1.2.

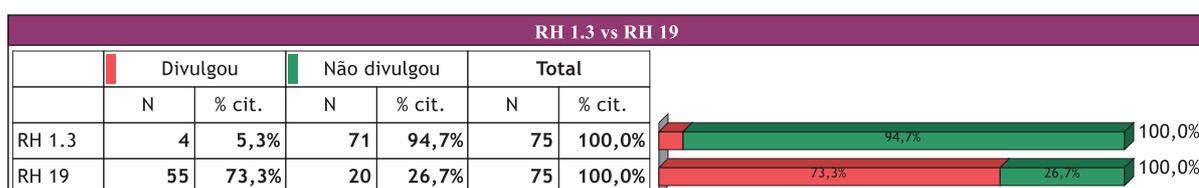
As empresas que evidenciaram o indicador RH 1.1 foram o Banco do Brasil, Bradesco, COPEL, CPFL, Duratex, Energias do Brasil (EDP), Eletropaulo. O indicador RH 1.2 foi divulgado pelas empresas que divulgaram o RH 1.1 e ainda a AES Tietê, a BRF, a Sabesp, a Eletrobrás, a Sul América, a Tractebel, a Suzano também evidenciaram. Entretanto, a evidenciação não ocorreu de forma homogênea no triênio pelas empresas. O RH 1.4 foi apresentado somente pela empresa CPFL em todo o período da amostra.

Kruger, Schussler e Alberton (2011) em sua pesquisa no setor de materiais básicos considerando a DVA, o relatório da administração, as notas explicativas e o balanço social modelo IBASE e, também objetivando identificar o nível de evidenciação de indicadores sociais internos compreendidos na NBC T 15, constataram que no exercício de 2010 apenas 12,5% das empresas evidenciaram os gastos com encargos sociais, 10% os gastos com participação nos lucros ou resultados e 5% os gastos com capacitação e desenvolvimento profissional, percentuais muito aquém dos obtidos nesse estudo.

Sampaio *et al.* (2012) investigaram os relatórios de sustentabilidade das empresas que realizavam atividades de mineração, considerando o período de 2005 a 2009. O objetivo era descobrir a evolução anual das médias do grupo de indicadores sociais internos fixados pela NBC T 15. Constataram que no período em análise os indicadores de gastos com creches e auxílio creche e as informações sobre causas trabalhistas foram os que apresentaram menor variação. A maior variação observada pelos autores foi na movimentação dos funcionários (admissões e demissões de funcionários e estagiários). Os autores argumentam que o aumento das evidências de indicadores sociais internos por parte das organizações revela a sua preocupação em se legitimar junto aos seus colaboradores.

Ainda considerando a evidenciação da remuneração bruta segregada por terceirizados (indicador RH 1.3), é possível efetuar um comparativo com a evidenciação do indicador RH 19 (total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício).

Figura 2 - Comparativo da Evidenciação do Indicador RH 1.3 com RH 19



Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se que em 73,3% dos relatórios há a evidenciação por parte das empresas do total de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício, o que indica que estas contam com a atuação desse tipo de profissional. Contudo, o valor gasto com a sua remuneração é divulgado apenas em 5,3% dos relatórios.

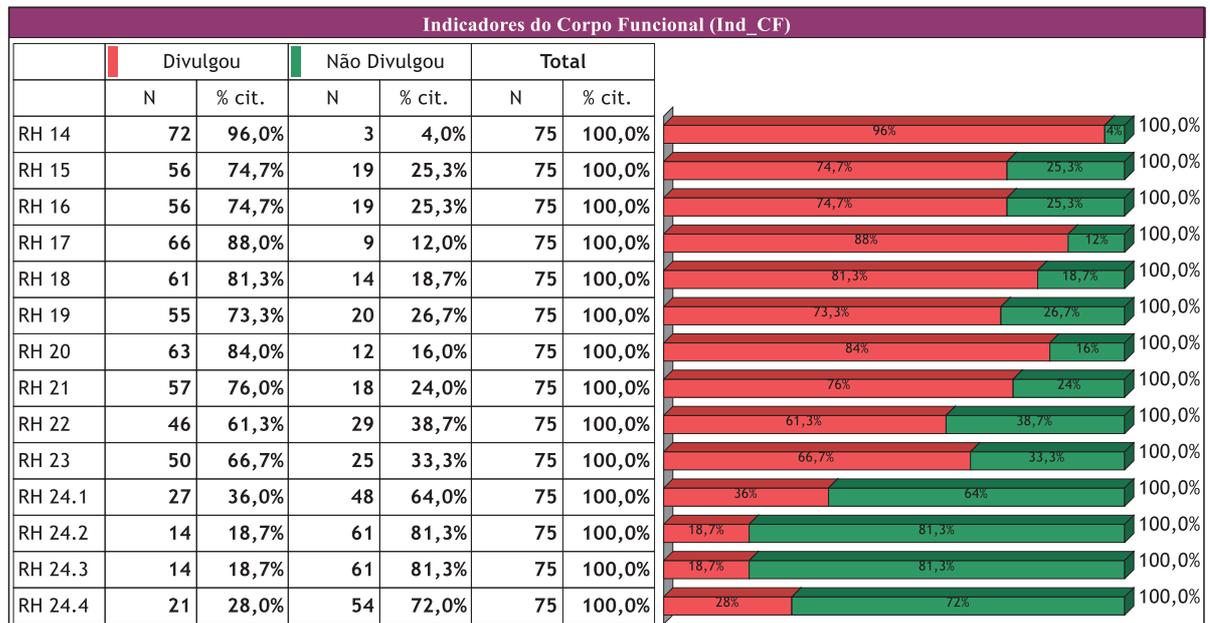
Siqueira e Vidal (2009) e Deegan, Rankin e Tobin (2005) argumentam que as organizações tendem a divulgar aspectos positivos desenvolvidos nas suas atividades em detrimento dos negativos. Nesse sentido, há um pressuposto que a contratação de empregados terceirizados visa atender ao objetivo principal da organização de gerar lucro (FRIEDMAN, 2009), portanto, as empresas buscam a redução de custos com a contratação de empregados terceirizados. Nessas situações, as empresas tendem a não divulgar a remuneração despendida com empregados terceirizados, para evitar que a mesma seja comparada com a remuneração paga aos empregados próprios, o que poderia redundar em uma evidenciação negativa para a organização.

4.1.4 Nível de Aderência aos Indicadores do Corpo Funcional (Ind_CF)

A NBC T 15 requer a divulgação de informações quantitativas relativas aos colaboradores da entidade. Estas se encontram detalhadas no Quadro 4 e formam um conjunto de 14 indicadores identificados como RH 14 ao RH 24.4.

Na Figura 3, pode ser visualizada a quantidade de indicadores evidenciados, bem como a frequência de divulgação em relação ao total da amostra para o grupo de indicadores do corpo funcional.

Figura 3 - Nível de Aderência do Grupo de Indicadores do Corpo Funcional (Ind_CF)



Fonte: Dados da pesquisa.

Nos 75 relatórios de sustentabilidade examinados, visando identificar a divulgação pelas empresas dos 14 indicadores pertencentes ao grupo do corpo funcional, encontrou-se 658 evidências de um total de 1.050, ou seja, um nível de aderência correspondente a 63%.

O indicador que apresenta a maior aderência (96%) é o RH 14 (total de empregados no final do período), divulgado por 24 empresas nos três anos. Em uma empresa esta informação não foi encontrada de forma específica, uma vez que a mesma divulgou nos três anos contar com uma quantidade de 45 mil empregados, entendendo-se, assim, que não atende ao que requer a NBC T 15.

Kruger, Schussler e Alberton (2011), ao examinarem os relatórios de 45 empresas do ramo de material básico, encontraram a evidenciação desse indicador em apenas 14% dos relatórios. No relatório de apenas uma empresa encontraram a divulgação de informações relativas ao total de admissões, demissões, total de estagiários, total de portadores de necessidades especiais, total de prestadores de serviços terceirizados, total de empregados por sexo e por faixa etária no final do período, o que correspondeu a 2,5% da amostra. Não encontraram informação sobre o total de empregados por nível de escolaridade e em 5% das empresas da amostra o indicador de ocupantes de cargos de chefia por sexo foi evidenciado.

O número de estagiários no final do período (RH 17) apresenta um nível de aderência por parte das empresas de 88% ao que estabelece a NBC T 15, seguido do indicador RH 20

(total de empresas por sexo) com uma aderência de 84% e do indicador RH 18 (total de empregados portadores de necessidades especiais no final do período) com 81,3%.

Os indicadores do corpo funcional com menor frequência de divulgação pelas empresas são o RH 24.2 e RH 24.3 (número de processos trabalhistas julgados procedentes e improcedentes, respectivamente), cujo nível de aderência se situa em 18,7%. Também apresentam baixa frequência de divulgação os indicadores RH 24.4 (valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça) com um nível de aderência de 28% e RH 24.1 (número de processos trabalhistas movidos contra a entidade) cuja aderência é de 36%. Todos esses indicadores são bastante sensíveis do ponto de vista de divulgação, o que pode ter levado muitas empresas a não divulgá-los, ou efetivamente muitas delas não incorreram em situações que determinassem os processos e multas mencionados.

Percebe-se, mesmo assim, uma maior divulgação por parte das empresas do resultado das sentenças em relação ao número de processos movidos contra a mesma. Nesse sentido, observa-se uma consonância com os achados de Deegan, Rankin e Tobin (2005) e Siqueira e Vidal (2009), que identificaram uma tendência das organizações em divulgar notícias positivas nos relatórios de sustentabilidade, de tal forma que o número de processos trabalhistas movidos contra as mesmas pode ser percebido como um fator negativo.

Com respeito à divulgação dos indicadores sobre processos trabalhistas movidos contra a entidade (RH 24.1), nos relatórios das empresas examinados por Kruger, Schussler e Alberton (2011) estes apuraram a divulgação em apenas 10% dos relatórios; em 7,5% dos relatórios houve a divulgação do indicador RH 24.2 (número de processos julgados procedentes), e o indicador 24.3 (número de processos julgados improcedentes) foi divulgado em apenas 5% dos relatórios. Não encontraram evidências sobre valores de indenizações e multas pagas por determinação da justiça referentes a ações trabalhistas movidas pelos empregados contra a entidade (RH 24.4).

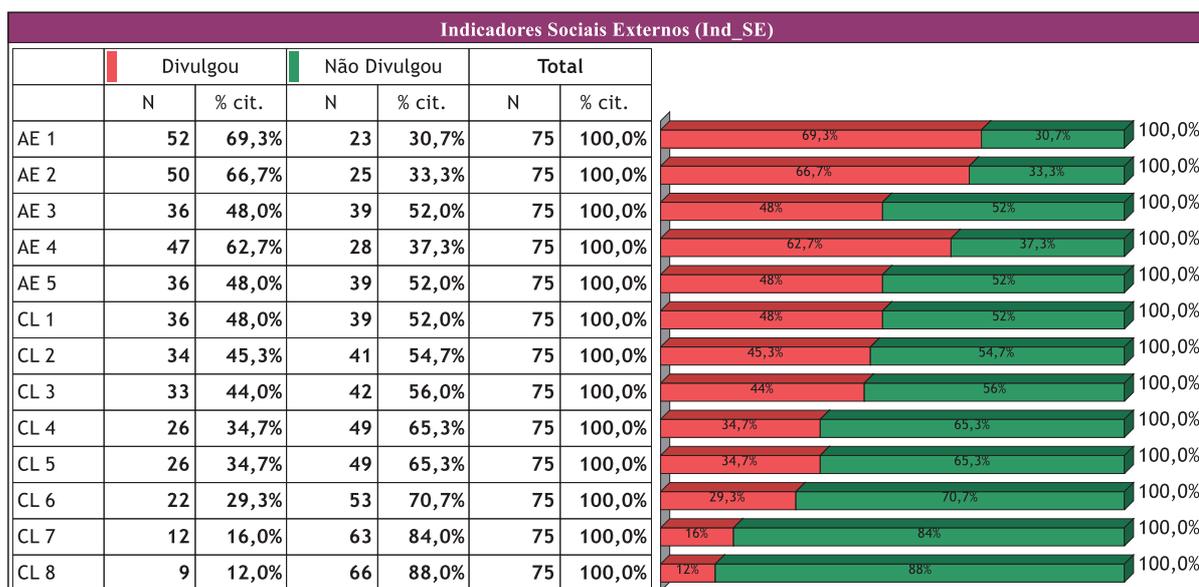
4.1.5 Nível de Aderência aos Indicadores Sociais Externos (Ind_SE)

Os 14 indicadores sociais externos que as empresas devem divulgar segundo a NBC T 15 encontram-se identificados no Quadro 5 e compreendem gastos com educação (exceto de caráter ambiental), cultura, saúde e saneamento, esporte e lazer (não considerados os patrocínios com finalidade publicitária) e gastos com alimentação, nominados de AE 1 até AE 5, respectivamente, relacionados com a comunidade onde a entidade atua. No mesmo quadro, constam indicadores relacionados com a interação da empresa com os clientes (CL 1

a CL 8), além do indicador FR, que prevê a informação por parte da empresa se utiliza critérios de responsabilidade social para a seleção de seus fornecedores. Esse último indicador tem caráter qualitativo.

Na Figura 4, pode ser visualizada a quantidade de indicadores evidenciados, bem como a frequência de divulgação em relação ao total da amostra para o grupo de indicadores sociais externos.

Figura 4 - Nível de Aderência do Grupo de Indicadores Sociais Externos (Ind SE)



Fonte: Dados da pesquisa.

O indicador mais divulgado pelas empresas (AE 1) se refere aos gastos com educação, cujo nível de aderência à NBC T 15 é de 69,3%, seguido do indicador referente aos gastos com cultura (AE 2) com um percentual de evidenciação de 66,7% e do indicador AE 4 (esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária) divulgado em 62,7% dos relatórios examinados.

Os indicadores CL 1, CL 2 e CL 3 (número de reclamações recebidas de clientes na entidade, nos órgãos de defesa do consumidor e na justiça) são evidenciados em 48%, 45,3% e 44% dos relatórios, enquanto os indicadores CL 4 (número de reclamações atendidas na entidade) e CL 5 (número de reclamações atendidas nos órgãos de defesa do consumidor) em 34,7% dos relatórios cada um.

Com um baixo percentual de divulgação encontram-se os indicadores CL 8 (ações empreendidas pela entidade para sanar e minimizar as causas de reclamações dos clientes) divulgado apenas em 12% dos relatórios e CL 7 (montante de multas e indenizações a

clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça) divulgado em 16% dos relatórios. Dentre as nove divulgações do indicador CL 8, destaca-se a divulgação por parte de uma instituição financeira, que apresenta o indicador nos três exercícios pesquisados (2010, 2011 e 2012). Duas empresas do segmento de energia elétrica também o divulgam, sendo que uma delas o apresenta no triênio, enquanto outra não divulga o indicador no exercício de 2010. Por fim, uma empresa do setor de alimentos reporta a informação somente no exercício de 2012.

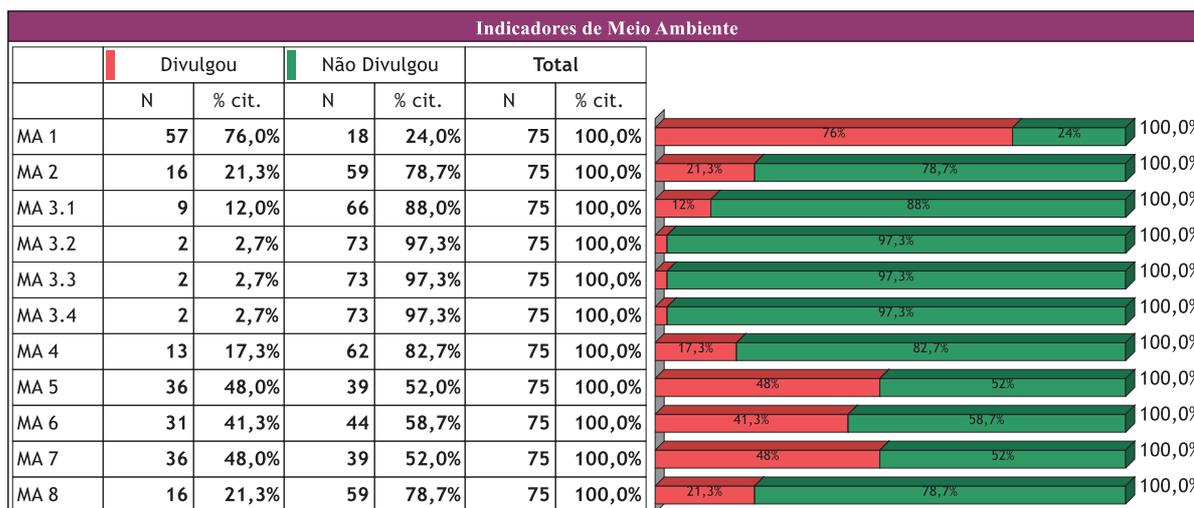
Na pesquisa conduzida por Kruger, Schussler e Alberton (2011), os autores constataram que somente 7,5% das entidades da amostra divulgaram os gastos decorrentes da interação com o ambiente externo (educação, exceto a de caráter ambiental e cultura), e 2,5% das organizações evidenciaram os gastos com saúde e saneamento, esporte e lazer, não considerados os patrocínios com finalidade publicitária e aqueles relacionados à alimentação. Concluíram pela insignificância da evidenciação quantitativa de indicadores sociais externos, o que deixa de atender o que é requerido na NBC T 15. O exame dos indicadores sobre a interação da entidade com os clientes não constavam na pesquisa desses autores.

Na pesquisa de Sampaio *et al.* (2012), os autores analisaram os indicadores sociais externos, observando que os itens que tiveram menor variação no período de 2005-2009 foram os indicadores com os gastos com educação e saúde. Em contrapartida, os indicadores com maior variação foram os gastos com cultura, esporte e lazer. Segundo os autores, pode-se inferir que estes são os que possuem maior influência sobre as comunidades que desfrutam de tais benefícios proporcionados pelas empresas.

4.1.6 Nível de Aderência aos Indicadores de Meio Ambiente (Ind_MA)

Os indicadores que devem ser divulgados, segundo a NBC T 15, pertencentes ao grupo de meio ambiente (MA 1 a MA 8) são apresentados no Quadro 6 com os seus significados. Na Figura 5, pode se visualizar a quantidade de indicadores evidenciados e a frequência de divulgação em relação ao total da amostra para o grupo desses indicadores.

Figura 5 - Nível de Aderência do Grupo de Indicadores de Meio Ambiente (Ind_MA)



Fonte: Dados da pesquisa.

O indicador MA 1 (investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente) é o mais divulgado pelas empresas, sendo evidenciado em 76% dos relatórios. Cavalcanti *et al.* (2009), em pesquisa realizada no segmento de empresas de utilidade pública listadas na BM&FBovespa, relativa ao exercício de 2007, observaram uma evidenciação desse indicador por parte de 100% das empresas de água e saneamento, e no setor de energia os pesquisadores constaram um nível de aderência de 95%. O indicador MA 5 (investimentos e gastos com outros projetos ambientais) apresenta um percentual de divulgação de 48%, inferior ao percentual de 79% observado por Cavalcanti *et al.* (2009). Naturalmente, deve-se considerar que se trata de amostras diferentes e época de realização dos estudos distinta, mesmo assim em ambos não há o cumprimento pleno da norma.

O indicador MA 7 (valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente) também é divulgado em 48% dos relatórios. Cavalcanti *et al.* (2009) observaram em seu estudo que 88% das empresas da amostra ou não possuíam multas e indenizações a pagar ou optaram por não divulgar esse indicador.

O indicador MA 6 (quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade) é divulgado em 41,3% dos relatórios. Na pesquisa de Cavalcanti *et al.* (2009) referente ao exercício de 2007, os autores constataram que em 88% das empresas do segmento de utilidade pública não constava informação sobre processos ambientais. Os autores justificaram a não evidenciação, pelo fato de ela ter um caráter negativo para as empresas ou a não evidenciação poderia indicar que as empresas não tinham situações dessa

natureza que deveriam ser mencionadas. Mesmo em se tratando de amostras distintas, o percentual de divulgação obtido nesse estudo indica que as empresas nesse período estão mais envolvidas nesses tipos de processos ou estão divulgando os dados de forma mais transparente às partes interessadas.

Diversos indicadores apresentam um baixo percentual de aderência ao que estabelece a NBC T 15, como o MA 4 (investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade), MA 3.1 (investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados), MA 3.2 (investimentos e gastos com a educação ambiental para terceirizados), MA 3.3 (investimentos e gastos com a educação ambiental para autônomos) e MA 3.4 (investimentos e gastos com a educação ambiental para administradores da entidade) cujos percentuais são respectivamente, de 17,3%, 12% e 2,7% (MA 3.2, MA 3.3 e MA 3.4). Disso, é possível inferir que as empresas estão despendendo poucos recursos na educação ambiental de modo geral e, portanto, não informam sobre os mesmos.

Cavalcanti *et al.* (2009) constataram que em apenas 5% das organizações da amostra, relativa ao exercício de 2007, foram descritos trabalhos de conscientização e educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores. Os pesquisadores argumentam que

esses dados evidenciam um ponto negativo, já que não se pode dissociar a ideia de um eficiente Sistema de Gestão Ambiental nas empresas sem que para isso seja feito um trabalho de educação ambiental que sensibilize e motive os funcionários. É primordial que todo o corpo administrativo operacional da empresa tenha consciência de que cuidar do meio ambiente pode implicar em reduzir custos e obter qualidade de vida no trabalho (2009, p. 10).

O certo é que a informação e o nível de engajamento dos funcionários é condição indispensável para a gestão sustentável da organização, e esta tem o dever de promover a educação ambiental.

Há ainda outros estudos referentes à interação da entidade com o meio ambiente com foco na NBC T 15. Destaca-se a pesquisa de Leite, Ribeiro e Pacheco (2007) realizada com base nas demonstrações financeiras anuais de 15 empresas do setor de produtos químicos listadas na BM&FBovespa relativas ao exercício de 2005. Os autores identificaram a descrição da relação da entidade com o meio ambiente em 66,6% da amostra e que estas estavam evidenciadas no relatório da administração. Os pesquisadores destacam ainda que não encontraram a demonstração de informações de natureza social e ambiental de acordo com a NBC T 15, recém-editada na época. É oportuno lembrar que o Conselho Federal de Contabilidade sugeriu a aderência a norma a partir de 2005 de forma voluntária.

O indicador MA 8 (passivos e contingências ambientais) está evidenciado em apenas 21,3% dos relatórios. Esse percentual é superior ao encontrado por Cavalcanti *et al.* (2009) de 12% com dados do exercício de 2007. Esses baixos percentuais de atendimento da norma podem resultar da não existência desse tipo de passivo na maioria das empresas, ou decorrer de dificuldades para identificá-lo e mensurá-lo, considerando sua natureza intangível, na maioria dos casos. A respeito das contingências ambientais, Cavalcanti *et al.* (2009, p. 116) fazem a seguinte consideração: “as contingências ambientais comportam-se de forma salutar como sendo ferramenta de controle interno ambiental, já que podem configurar numa espécie de reserva financeira para sanar assuntos dessa natureza”.

Kruger, Schussler e Alberton (2011) constataram que 17,5% das empresas pesquisadas divulgaram os investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente; 10% evidenciaram investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados, enquanto que 7,5% das empresas da amostra divulgaram investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade e comunidade. Na pesquisa, não foram encontradas informações referentes à quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade; referente ao valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental determinadas administrativa e/ou judicialmente, e os autores mencionam que não identificaram evidenciação detalhada sobre passivos e contingências ambientais.

Os resultados encontrados por Sampaio *et al.* (2009) indicaram que as menores médias de evidenciação obtidas foram observadas nos indicadores que divulgam os impactos ambientais negativos, riscos ambientais e informações sobre passivos e contingências ambientais. Os autores destacam os desvios-padrão elevados no que concerne aos indicadores ambientais e observam ainda que os resultados obtidos se assemelham ao de Nossa (2002), referindo que a quantidade e o conteúdo de informações ambientais não possuem uma padronização de evidenciação.

Por fim, a média geral de atendimento da norma quanto à evidenciação dos indicadores que pertencem ao grupo de meio ambiente situa-se em apenas 27%, representados por 220 observações para um total de 825 possíveis (75 relatórios e 11 indicadores). Esse percentual está influenciado principalmente pela baixa evidenciação de indicadores sobre educação ambiental.

4.1.7 Resumo Geral do Nível de Aderência aos Indicadores da NBC T 15

Considerando as médias obtidas em cada grupo de indicadores, evidencia-se, na tabela a seguir, um resumo geral do nível de aderência das empresas da amostra ao que demanda a NBC T 15.

Tabela 1 - Resumo Geral do Nível de Aderência por Grupo aos Indicadores da NBC T 15

Grupo de indicadores	Ind_Grupo	RS	Ind_Grupo × RS	Evidências encontradas	μ
Indicadores sociais internos	16	75	1200	671	0,5592
Indicadores do corpo funcional	14	75	1050	658	0,6267
Indicadores sociais externos	14	75	1050	497	0,4733
Indicadores de meio ambiente	11	75	825	220	0,2667
Total	55	-	4125	2046	-
Nível de aderência a NBC T 15					0,4960

Ind_Grupo = Número de indicadores por grupo; RS = Total de relatórios de sustentabilidade ou anuais analisados.

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se que o grupo de indicadores do corpo funcional apresenta um maior nível de atendimento no que tange à evidenciação de informações requeridas pela NBC T 15, uma vez que são divulgados, em 62,67%, relatórios das empresas da amostra, seguido do grupo de indicadores sociais internos com 55,92%, e do grupo de indicadores sociais externos divulgados em 47,33% dos relatórios. Já o grupo de indicadores relacionados com o meio ambiente apresenta a média mais baixa em termos de aderência (26,67%). Com isso, o nível geral de aderência das empresas da amostra aos indicadores da NBC T 15 é de 49,6%, revelando fragilidade no quesito transparência.

Cabe considerar que a NBC T 15 está legitimada pela Resolução 1.003/2004 do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), de tal forma que o profissional contábil no exercício de sua profissão deve zelar pelo seu cumprimento. Os resultados do estudo indicam que deve haver uma maior conscientização desse profissional quanto à evidenciação de informações aos grupos de interesse e à sociedade de modo geral, principalmente nos casos em que estas são requeridas por resolução do Conselho Federal de Contabilidade, como no presente caso. Percebe-se, assim, a necessidade de maior demanda em termos de fiscalização por parte do CFC, pois ao editar uma norma espera-se o seu cumprimento.

Outra consideração cabível é que dentre as empresas da amostra apenas cinco divulgam explicitamente a indicação da NBC T 15 em anexo ao relatório de sustentabilidade, contudo, não há aderência plena aos indicadores da norma. Nesse sentido, é oportuno observar que a Resolução 1.003/2004 estabelece que as informações de natureza social e ambiental devem ser evidenciadas na demonstração de informações de natureza social e ambiental e ser apresentada, para efeito de comparação, com as informações do exercício anterior.

Constata-se, ainda, que o objetivo das entidades é apresentar os relatórios seguindo o padrão GRI, apontando os níveis de divulgação em detrimento ao cumprimento da NBC T 15. Os relatórios padrões da GRI podem estar sendo mais atendidos por tratar-se de uma entidade mundialmente reconhecida, contudo, para o profissional regulamentado habilitado no exercício da profissão contábil, é condição indispensável atender as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Considerando, também, que a amostra deste estudo é composta pelas empresas participantes da carteira do ISE da BM&FBovespa e, portanto, instituições que desenvolvem suas atividades observando critérios de sustentabilidade, bem como que, em 2014, a norma completa uma década da entrada em vigor (19 de agosto de 2004), um percentual de atendimento de 49,6% ao que ela estabelece em termos de divulgação de informações socioambientais, indica que ainda há um longo caminho a ser percorrido até se alcançar o nível desejado de evidenciação dessas informações.

4.2 ANÁLISE DOS RESULTADOS DO MODELO ECONOMÉTRICO

Após descrever o nível de aderência das empresas na evidenciação dos indicadores da NBC T 15, cabe analisar os valores monetários encontrados por grupo de indicadores, utilizando-se para tal ferramentas estatísticas visando testar as hipóteses levantadas.

Tendo por referência o estudo de Campos (2011) e considerando os dados obtidos na pesquisa, foram estabelecidas relações entre o valor adicionado a distribuir pelas entidades da amostra (variável dependente) com os indicadores sociais internos, número de funcionários da entidade ao final do período, indicadores sociais externos e indicadores de meio ambiente, todos classificadas como variáveis explicativas no modelo, com a finalidade de testar hipóteses formuladas no estudo.

Como já mencionado anteriormente, os dados apresentados nessa seção referem-se a uma relação entre as variáveis e o valor do ativo total das empresas da amostra. Tal relação

foi adotada para relativizar os dados e excluir o efeito tamanho entre as empresas. Assim, para cada aumento ou diminuição de uma unidade nas variáveis explicativas, ocorre a variação crescente ou decrescente na variável dependente. As análises foram realizadas com a utilização do *software Stata*®, e, em um primeiro plano, é apresentada a estatística descritiva do teste.

4.2.1 Análise da Estatística Descritiva

Tabela 2 - Estatística Descritiva

Variáveis	Observações	Média	Desvio-Padrão	Min.	Max.
VAd_at	75	0.26784	0.19713	0.03540	0.96454
Func_at	75	0.00059	0.00089	0.00007	0.00531
Ind_SI_at	69	0.45020	1.68175	0.00152	8.52755
Ind_SE_at	55	0.00332	0.01659	5.89e-06	0.12381
Ind_MA_at	57	0.25549	1.30380	0.00001	7.49158

VAd_at = valor adicionado a distribuir dividido pelo ativo total. Func_at = número de empregados da empresa no final do período dividido pelo ativo total. Ind_SI_at = Total dos indicadores sociais internos dividido pelo ativo total. Ind_SE_at = Total dos indicadores sociais externos dividido pelo ativo total. Ind_MA_at = Total dos indicadores de meio ambiente dividido pelo ativo total.

Fonte: Dados da Pesquisa.

Nota-se, na Tabela 2, que no grupo de investimentos sociais internos, sociais externos e do meio ambiente alguns indicadores não são divulgados, reduzindo o número de observações. É possível que as empresas estejam investindo nessas áreas, porém, as informações correspondentes não estão sendo divulgadas no relatório de sustentabilidade. Essa situação difere do observado no estudo de Campos (2011) em que todos os indicadores se encontravam divulgados. Outro estudo de Campos (2012), no entanto, revela que algumas empresas não realizaram investimentos sociais internos, investimentos em projetos externos e em meio ambiente.

A variável apresentada integralmente em todos os relatórios se refere ao número de empregados no final do período. Contudo, como já observado anteriormente, uma das empresas da amostra não divulgou especificamente o total de empregados no final do período, mencionando nos três anos que contava com mais de 45 mil funcionários, o que foi considerado para o modelo econométrico.

Com relação à primeira variável (VAd_at), observa-se que a razão entre o valor adicionado a distribuir no ano e o ativo total das empresas da amostra representa uma média

de 0,26784, ou seja, o valor adicionado a distribuir, em média, representa 26,78% do ativo total das empresas, com um desvio-padrão equivalente a 0,19713, sendo que a relação está variando 19,71%. Nessa variável, observa-se que a menor participação do valor adicionado a distribuir sobre o ativo total das empresas é de 0,03540 (3,54%) e a maior é de 0,96454 ou 96,45% do ativo sendo representado pelo valor adicionado.

A variável *Func_at*, que representa a razão entre o número de funcionários no final do período e o ativo total das empresas, atinge uma média de apenas 0,05%, com um desvio-padrão de 0,08. A menor participação do número de funcionários no final do período em relação ao ativo total é equivalente a 0,007% e a maior alcança 0,53%.

No grupo de indicadores sociais internos (*Ind_SI_at*), a razão verificada entre indicador social interno e o ativo total das entidades apresenta uma média de 0,4502 significando que o indicador social interno representa, em média, 45,02% do valor do ativo total. Já o desvio-padrão é de 1,6817. A menor participação do grupo observada em relação ao total do ativo é de 0,0015 e a maior de 8,5275.

No grupo de indicadores sociais externos (*Ind_SE_at*), observa-se uma média de 0,33% entre o indicador social externo em relação ao ativo total das organizações. O desvio-padrão observado é de 0,01659, sendo que a menor participação do grupo de indicadores sociais externos em relação ao ativo total é de 5,89 e a maior é de 0,12381.

Quanto aos indicadores de meio ambiente (*Ind_MA_at*), observa-se que a razão destes em relação ao total do ativo representa uma média de 25,54% do ativo, com desvio-padrão de 1,3038. A menor participação dos indicadores de meio ambiente em relação ao ativo total representa 0,00001 e a maior de 7,4915.

Não se pode estabelecer uma relação direta entre este estudo e o de Campos (2011), o qual utilizou uma amostra formada por 66 empresas que publicaram balanço social no período de 2004 a 2006. O efeito tamanho da amostra no estudo de Campos foi excluído com base na receita líquida do período, enquanto, nesta pesquisa, optou-se por relativizar os dados com base no ativo total. Campos (2011) se refere a investimentos em meio ambiente, e, no presente estudo, adotaram-se os indicadores de meio ambiente e nesses podem constar custos e despesas correntes do período, além dos investimentos.

4.2.2 Análise da Matriz de Correlação entre as Variáveis

Freund (2006) observa que no coeficiente de correlação são observados valores no intervalo entre -1 a +1. Se o coeficiente for próximo a -1, há uma combinação linear negativa

entre duas variáveis, ou seja, quando uma aumenta a outra diminui. Quando se observa o coeficiente próximo a +1, há uma associação linear positiva entre as variáveis, representando que um aumento em uma variável gera aumento na outra variável.

Na Tabela 3, observa-se que a variável valor adicionado a distribuir possui uma relação direta com as variáveis “número de funcionários ao final do período”, “indicadores sociais externos” e “indicadores de meio ambiente”, representadas pelos coeficientes de correlação de 0,1618; 0,3669 e 0,2736, respectivamente. Assim, os resultados mostram que há uma associação linear positiva. Portanto, para o aumento de uma unidade na relação entre o valor adicionado a distribuir e o ativo total da empresa, a relação entre os indicadores sociais externos e o ativo total aumentaria 0,3669, por exemplo.

Na tabela 3, apresenta-se a matriz de correlação entre as variáveis do estudo.

Tabela 3 - Matriz de Correlação

Variáveis	VAd_at	Func_at	Ind_SI_at	Ind_SE_at	Ind_MA_at	ano2	ano3
VAd_at	1.0000						
Func_at	0.1618	1.0000					
Ind_SI_at	-0.3821	-0.1240	1.0000				
Ind_SE_at	0.3669	-0.1847	-0.1797	1.0000			
Ind_MA_at	0.2736	-0.0093	-0.0624	0.0214	1.0000		
ano2	0.0502	0.0422	-0.0016	-0.0681	-0.1033	1.0000	
ano3	-0.0472	-0.0517	-0.0093	-0.1024	0.1967	-0.5000	1.0000

Fonte: Dados da pesquisa.

VAd_at = valor adicionado a distribuir dividido pelo ativo total. Func_at = número de funcionários da empresa no final do período dividido pelo ativo total. Ind_SI_at = Total dos indicadores sociais internos dividido pelo ativo total. Ind_SE_at = Total dos indicadores sociais externos dividido pelo ativo total. Ind_MA_at = Total dos indicadores de meio ambiente dividido pelo ativo total. ano2 = 2011. ano3 = 2012.

Campos (2012) testou a variável riqueza distribuída aos empregados no ano em relação ao índice de liquidez geral da empresa e o tamanho da mesma, representado pela variável número de funcionários. O autor verificou relação positiva entre as variáveis. Com base na técnica de regressão canônica, o autor demonstrou em seu estudo que o desempenho econômico está ligado ao desempenho socioambiental, e observa que isso “significa que no planejamento de suas atividades, as empresas precisam ter clareza quanto ao seu desempenho econômico-financeiro e socioambiental pretérito, para fazer projeções mais próximas da realidade em relação ao seu futuro” (2012, p. 121).

Os dados da Tabela 3 também revelam que um aumento de uma unidade na relação entre o valor adicionado a distribuir e o ativo total das empresas da amostra, corresponde a uma diminuição de 0,3821 na relação entre os indicadores sociais internos e o ativo total das entidades.

Campos (2011) obteve resultado contrário. Ao examinar a variável “valor adicionado pelas empresas no ano”, considerando as vendas líquidas das empresas, obteve um coeficiente de correlação de 0,1715, indicando que o aumento de uma unidade na razão entre o valor adicionado a distribuir e as vendas líquidas aumentaria 0,1715 a razão entre os indicadores sociais internos e a vendas líquidas do período.

A variável Func_at evidencia uma correlação positiva somente para o ano2. O resultado indica que a razão entre o número de funcionários ao final do período escalonado pelo ativo total da entidade aumentou em 0,0422 no ano2.

A variável Ind_SI_at revela uma combinação linear negativa para todas as demais variáveis, ou seja, se aumentar em uma unidade a razão entre os indicadores sociais internos e o ativo total, a razão entre os indicadores sociais externos e os indicadores de meio ambiente escalonados pelo ativo total, diminuiria 0,1797 e 0,0624, respectivamente.

Na razão entre os indicadores sociais externos e o ativo total, se comparado com a razão entre os indicadores de meio ambiente e o ativo total, observa-se uma correlação positiva de 0,0214.

Por fim, na Tabela 3, observa-se, ainda, uma correlação positiva do indicador do meio ambiente somente para o ano3. Assim, o aumento de uma unidade na razão entre os indicadores de meio ambiente e o ativo total aumenta em 0,1967 para o ano de 2012.

Campos (2011) constatou em sua pesquisa uma combinação linear positiva entre o valor adicionado a distribuir pela empresa no ano e os indicadores sociais internos e o número de empregados da empresa no final do período, ambos relativizados pelas vendas líquidas do período.

Na combinação entre o número de empregados da empresa ao final do ano e os indicadores sociais internos e investimentos em meio ambiente, Campos (2011) observou, também, uma combinação linear positiva. Por outro lado, o autor encontrou combinação linear negativa entre os indicadores sociais internos e os indicadores de meio ambiente.

4.2.3 Análise dos Dados em Painel

A análise dos dados em painel é constituída dos resultados para modelos de efeito fixo e modelo de efeito aleatório que são apresentados nessa seção. Primeiramente, descrevem-se os resultados obtidos para o modelo de efeito fixo.

4.2.3.1 Análise dos Dados em Painel – Modelo de Efeito Fixo

A tabela a seguir apresenta o resultado do teste e posteriormente tem-se a análise dos dados.

Tabela 4 - Resultados para *Pooled*, Efeito Fixo

VAd_at	Coef.	Std. Err.	t.	Prob.
Ind_SI_at	0.019925	0.019201	1.04	0.315
Func_at	83.59511	7.032026	11.89	0.000
Ind_SE_at	-0.571877	2.060990	-0.28	0.785
Ind_MA_at	-0.508812	0.049205	-10.34	0.000
ano2	0.008586	0.012691	0.68	0.508
ano3	0.006042	0.016010	0.38	0.711
_cons	0.230801	0.021347	10.81	0.000
R ² Ajustado	0.4378			
Estatística F	132.20			
Prob (Estatística F)	0.0000			

Fonte: Dados da Pesquisa.

A variável Ind_SI-at refere-se aos indicadores sociais internos (β_2) e demonstra que para um aumento de uma unidade na razão entre o gasto com indicadores sociais internos e o ativo total da empresa, a razão entre o valor adicionado a distribuir e o ativo total aumentaria 0,0199 unidades, porém, o teste estatístico t (*student*) mostra que o coeficiente não é estatisticamente significativo a 5%. Diante do resultado, não rejeita a hipótese H_0 e, com isso, não se confirma a hipótese H_1 do estudo, de que quanto maior o gasto com indicadores sociais internos, maior é o valor adicionado a distribuir das organizações da amostra. Esse resultado contraria o resultado obtido por Campos (2011), que rejeitou a hipótese com base no valor probabilístico do coeficiente de 0,0112, que foi significante para 5%, e ainda pelo sinal positivo do coeficiente encontrado que foi de 1,329573, utilizando-se também a análise de dados em painel.

Já o coeficiente de determinação da variável Func_at (número de funcionários no final do período dividido pelo ativo total) obteve representatividade de 83,59 no presente estudo.

O resultado indica que para aumento de uma unidade na razão entre a variável e o ativo total, o valor adicionado a distribuir no período escalonado pelo ativo total aumentaria 83,59 unidades. Dessa forma, a hipótese H_2 do estudo é rejeitada com base no valor probabilístico a 5% de significância e confirma que quanto maior o nível de empregabilidade das empresas da amostra maior será o valor adicionado a distribuir por elas. Esse resultado corrobora com o estudo de Campos (2011) que também aceitou a hipótese com base no valor probabilístico do coeficiente de 0,0662, entretanto, foi somente a 10% de significância, e o sinal positivo do coeficiente de 13,53642.

A variável Ind_SE_at observada na Tabela 6 e que representa os indicadores sociais externos relativizados pelo ativo total, obteve um coeficiente de determinação negativo de 0,5718 (β_4) e não apresenta significância estatística a 5%. O modelo apresentado permite concluir que o aumento de uma unidade na razão entre os indicadores sociais externos e o ativo total diminuiria 0,5718 unidades a razão entre o valor adicionado a distribuir e o ativo total. Diante do resultado conclui-se pela não rejeição de H_0 e, com isso, não se confirma a hipótese H_3 de que quanto maior o gasto com indicadores sociais externos, maior seria o valor adicionado a distribuir.

A variável Ind_MA_at (gastos com indicadores de meio ambiente dividido pelo ativo total) também apresenta um coeficiente negativo de 0,5088, porém, a estimativa é significativa a 5%. Diante desse resultado, se confirma a hipótese H_4 de que quanto maiores os gastos com indicadores de meio ambiente, menor o valor adicionado a distribuir. Campos (2011), em seu estudo, também não rejeitou a hipótese H_0 , mesmo a 10% de significância.

Os coeficientes observados no estudo para os anos 2 e 3 são 0,008586 e 0,006042, respectivamente, entretanto, não são significativos. Assim, não se rejeita a hipótese H_0 e, com isso, não se confirma a hipótese H_5 de que à medida que o tempo passa, espera-se um aumento no valor adicionado.

4.2.3.1 Análise dos Dados em Pannel – Modelo de Efeito Aleatório

A tabela a seguir apresenta os resultados dos testes, seguindo-se sua análise.

Tabela 5- Resultados para *Pooled*, Efeitos Aleatórios

VAd_at	Coef.	Std. Err.	t.	Prob.
Ind_SI_at	-0.026272	0.005050	-5.20	0.000
Func_at	53.74740	6.823860	7.88	0.000
Ind_SE_at	2.237918	4.734143	0.47	0.636
Ind_MA_at	-0.412207	0.053439	-7.71	0.000
ano2	0.009695	0.013543	0.72	0.474
ano3	0.000775	0.014639	0.05	0.958
_cons	0.270350	0.045451	5.95	0.000
R ² Ajustado	0.0863			
Estatística Chi ²	633.37			
Prob (Chi ²)	0.0000			

Fonte: Dados da pesquisa.

VAd_at = valor adicionado a distribuir dividido pelo ativo total. Func_at = número de funcionários da empresa no final do período dividido pelo ativo total. Ind_SI_at = Total dos indicadores sociais internos dividido pelo ativo total. Ind_SE_at = Total dos indicadores sociais externos dividido pelo ativo total. Ind_MA_at = Total dos indicadores de meio ambiente dividido pelo ativo total. ano2 = 2011. ano3 = 2012.

A primeira variável observada na Tabela 5 refere-se aos indicadores sociais internos (β_2) e indica que para um aumento de uma unidade na razão entre o gasto com indicadores sociais internos e o ativo total da empresa, a razão entre o valor adicionado a distribuir e o ativo total diminuiria 0,02627 unidades, sendo significativo a 5%. Diante desse resultado, rejeita-se H_0 e pode-se confirmar a hipótese H_1 formulada de que quanto maior o gasto com indicadores sociais internos, maior seria o valor adicionado a distribuir das organizações da amostra.

Campos (2011), ao testar o modelo de efeito aleatório, obteve um coeficiente de 0,9743 na relação entre os indicadores sociais internos e as vendas líquidas do período das empresas da amostra, com significância a 5%. Outro estudo que também abordou os investimentos sociais internos foi o de Orellano e Quiota (2011), as quais observaram que em relação aos indicadores sociais internos não se trata de uma simples correlação, mas de uma relação de causa, uma vez que em sua pesquisa verificaram que os investimentos sociais internos impactaram nos indicadores financeiros ROA (lucro líquido dividido pelo ativo total)

e ROE (lucro líquido dividido pelo patrimônio líquido), que foram os parâmetros utilizados no estudo.

A segunda variável observada na Tabela 5 refere-se ao número de funcionário ao final do período nas empresas da amostra (β_3) e os resultados indicam que para um aumento de uma unidade na razão entre a variável e o ativo total da empresa, a razão entre o valor adicionado a distribuir e o ativo total aumentaria 53,74 unidades. Dessa forma, rejeita-se a hipótese H_0 a 5% de significância e com isso pode-se confirmar a hipótese H_2 do estudo que indica que quanto maior o nível de empregabilidade das empresas da amostra maior será o valor adicionado a distribuir por elas. Essa hipótese também foi aceita no estudo de Campos (2011).

A observação da variável Ind_SE_at , que na Tabela 5 demonstra os gastos com os indicadores sociais externos das empresas analisadas (β_4), é possível perceber que um aumento de uma unidade na razão entre a variável e o ativo total, aumentaria 2,2379 unidades a razão entre o valor adicionado a distribuir e o ativo total. Contudo, o coeficiente não foi significativo. Diante de tal resultado, não é possível rejeitar a hipótese de que o coeficiente é igual a zero e, com isso, não se confirma a hipótese H_3 de que quanto maior o gasto com indicadores sociais externos, maior seria o valor adicionado a distribuir.

Orellano e Quiota (2011), ao pesquisarem também os indicadores sociais externos, observaram que não foi possível estabelecer uma correlação entre investimentos sociais externos e os indicadores financeiros, ROA (lucro líquido dividido pelo ativo total) e ROE (lucro líquido dividido pelo patrimônio líquido).

A variável Ind_MA_at (gastos com indicadores de meio ambiente) apresentada na Tabela 7 revela um coeficiente negativo de 0,4122, sendo significativa a 5%. Diante desse resultado, é possível observar que cada aumento de uma unidade na razão entre os gastos com meio ambiente e o ativo total, diminuiria em 0,4122 unidades a razão entre o valor adicionado a distribuir e o ativo total, assim a hipótese H_4 que estabelece que quanto maior os gastos com indicadores de meio ambiente, maior o valor adicionado a distribuir é confirmada. Campos (2011), ao testar os modelos para efeito aleatório, observou um coeficiente de 0,6125, para um valor de probabilidade de 5% de significância.

A hipótese H_5 , de que quanto mais o tempo passa espera-se que tenha uma importância maior no valor adicionado não é rejeitada a 5% de significância para o modelo de efeito aleatório.

Em relação ao coeficiente de determinação (R^2), observa-se o valor aproximado de 0,4 para ambos os modelos (efeito fixo e efeito aleatório) considerado pouco significativo.

Contudo, Fávero (2009) enuncia que nos dados em painel essa constatação é comum e o resultado pode ser considerado adequado para os modelos.

4.2.4 Resumo Geral das Hipóteses do Estudo

A seguir, apresenta-se, na Tabela 6, um resumo das hipóteses levantadas para o estudo e sua análise.

Tabela 6: Resumo das hipóteses testadas no estudo para os modelos de efeito fixo e aleatórios

Hipóteses	Descrição	Efeito Fixo	Efeito Aleatório
H _{0,1}	Existe relação entre o valor adicionado a distribuir (VAd) e os indicadores sociais internos (Ind_SI)	Não confirma	Confirma
H _{0,2}	Existe relação entre o valor adicionado a distribuir (VAd) e número de empregados (Func)	Confirma	Confirma
H _{0,3}	Existe relação entre o valor adicionado a distribuir (VAd) e os indicadores sociais externos (Ind_SE)	Não confirma	Não confirma
H _{0,4}	Existe relação entre o valor adicionado a distribuir (VAd) e os indicadores de meio ambiente (Ind_MA)	Confirma	Confirma
H _{0,5}	Quanto mais o tempo passa espera-se que tenha uma significância maior	Não confirma	Não confirma
R ² Ajustado		0.4378	0.0863

Fonte: Dados da pesquisa.

Observa-se, na Tabela 6, que a hipótese H_{0,1} é confirmada somente no modelo de efeito aleatório. As hipóteses H_{0,2} e H_{0,4} são confirmadas para os dois modelos (efeito fixo e efeito aleatório).

No modelo de efeito aleatório, é possível rejeitar H₀ diante da hipótese H_{0,1}, e confirmar a hipótese H₁ formulada. Assim, o estudo revela que quanto maior o gasto com indicadores sociais internos, maior seria o valor adicionado a distribuir das organizações da amostra.

Para as hipóteses H_{0,2} e H_{0,4}, é rejeitada a hipótese H₀ a 5% de significância e, com isso, pode-se confirmar a hipótese H₂ e H₄ do estudo, respectivamente. O resultado indica que quanto maior o número de empregados das empresas da amostra, bem como os gastos com meio ambiente, maior será o valor adicionado a distribuir por elas.

Na Tabela 7, a seguir, apresenta-se resultado teste de Hausman para verificação do modelo.

Tabela 7: Resultado teste de Hausman para verificação do modelo

Variáveis	Efeito Fixo (b)	Efeito Aleatório (B)	Diferenças (b-B)
Indsi_at	0.019925	-0.026272	0.046198
Func_at	83.595110	53.74740	29.847710
Indse_at	-0.571877	2.237918	-2.809796
Indma_at	-0.508812	-0.412207	-0.096604
ano2	0.008586	0.009695	-0.001109
ano3	0.006042	0.000775	0.005266

Fonte: Dados da pesquisa.

Nas equações, foi aplicado o teste de Hausman (1978) e, neste estudo, optou-se por aplicar as equações do modelo de efeitos fixos e o modelo de efeitos aleatórios conjuntamente, pois os resultados não foram relevantes e predominantes para uma das hipóteses.

Diante da validade do teste de LM de Bruesch-Pagan, rejeita-se H_0 (a variância dos erros que refletem diferenças individuais é igual a zero) e considera-se que os dados em painel com efeitos aleatórios são mais adequados para a base de dados. Campos (2011) também observou que os dados em painel com efeito aleatório eram mais adequados para a análise dos dados.

5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

5.1 CONCLUSÃO

O objetivo do estudo é verificar o impacto no valor adicionado a distribuir das variáveis evidenciadas segundo a NBCT 15 por empresas classificadas no ISE. Em seu delineamento, a pesquisa se classifica como aplicada, quantitativa, descritiva e explicativa e documental quanto ao procedimento técnico. A amostra é formada por 75 relatórios de sustentabilidade de 25 empresas que permaneceram na carteira do ISE no período de 2010 a 2012.

Os dados obtidos no estudo revelam que 65,3% das empresas publicaram balanços sociais seguindo o modelo do IBASE, os quais se encontram inseridos nos relatórios de sustentabilidade. Tal percentual pode estar relacionado ao fato de 36% das empresas da amostra pertencerem ao segmento de energia elétrica, portanto, sujeitas às exigências de divulgação de informações socioambientais estabelecidas pela ANEEL, utilizando o modelo do IBASE.

Além de divulgar os relatórios de sustentabilidade seguindo o padrão da *Global Reporting Initiative* (GRI), as empresas da amostra evidenciam o nível de classificação das informações apresentadas, segundo o padrão dessa entidade. Nessas empresas, observa-se uma evidenciação de 33,3% dos relatórios de sustentabilidade no nível A+ da GRI, seguido do nível B+ com 21,3%. Constata-se, assim, que mais da metade das empresas revela uma preocupação em conferir transparência e credibilidade às informações divulgadas nos relatórios. A evidenciação nos níveis “A” e “B” corresponde ao mesmo percentual de 18,7% cada, e em quatro relatórios não se identificou o nível de classificação da demonstração socioambiental.

Examinando-se a divulgação dos indicadores do corpo funcional, sociais internos, sociais externos e do meio ambiente, constata-se que, nos relatórios de sustentabilidade, o maior percentual de atendimento de evidenciação de informações socioambientais requeridas na NBC T 15 pertence ao grupo de indicadores do corpo funcional (62,7%), seguido do grupo de indicadores sociais internos (55,9%) e do grupo de indicadores sociais externos (47,33%). O grupo de indicadores relacionados com o meio ambiente apresenta um percentual médio de atendimento bem mais baixo, de apenas 26,7%. Com isso, o nível médio de aderência das empresas da amostra aos indicadores requeridos é de 49,6%, o que pode ser considerado

como uma fragilidade no quesito transparência nas informações socioambientais por parte das empresas classificadas na carteira ISE da BM&FBovespa.

Considerando essas mesmas variáveis, determinou-se o seu impacto representado pelos gastos sociais internos, gastos sociais externos, gastos com o meio ambiente e número de funcionários, no valor adicionado a distribuir da empresa, com o propósito de atender ao objetivo geral do estudo.

Utilizando-se a análise de regressão com dados em painel para modelo de efeito fixo e de efeito aleatório, a hipótese $H_{0,1}$ é confirmada somente no modelo de efeito aleatório. As hipóteses $H_{0,2}$ e $H_{0,4}$, são confirmadas para os dois modelos (efeito fixo e efeito aleatório). Assim, para o modelo de efeito aleatório, é possível rejeitar H_0 diante da hipótese $H_{0,1}$, e confirmar a hipótese H_1 formulada. O resultado revela que quanto maior o gasto com indicadores sociais internos, maior seria o valor adicionado a distribuir das organizações da amostra.

Para as hipóteses $H_{0,2}$ e $H_{0,4}$, é rejeitada a hipótese H_0 a 5% de significância, e, com isso, pode-se, respectivamente, confirmar as hipóteses H_2 e H_4 do estudo. O resultado indica que quanto maior o nível de empregabilidade das empresas da amostra, bem como os gastos com meio ambiente, maior será o valor adicionado a distribuir por elas.

Conclui-se o estudo considerando que a aderência por parte das empresas, especialmente, em se tratando de empresas classificadas na carteira ISE, aos requisitos de evidenciação de informações socioambientais da NBC T 15 merece reparos, indicando que parece se estar relativamente longe de alcançar um nível desejável de evidenciações dessas informações, especialmente considerando-se o fato de que as resoluções emanadas do Conselho Federal de Contabilidade são de cumprimento obrigatório.

5.2 RECOMENDAÇÕES PARA FUTURAS PESQUISAS

Sugere-se que sejam realizados novos estudos com a finalidade de confirmar ou rejeitar os resultados encontrados nessa pesquisa, diante das limitações e restrições da amostra deste estudo.

Sugere-se, ainda, a expansão da amostra, com análises das empresas que compõem outros índices da BM&FBovespa, como, por exemplo, o Índice de Carbono Eficiente (ICO2), formado pelas ações das companhias que integram o índice IBrX-50 da Bolsa e que objetivam iniciativas transparentes com relação a suas emissões de gases efeito estufa (GEE). O ISE e o ICO2 compõem os índices de sustentabilidade da BM&FBovespa.

Outra sugestão é desenvolver-se uma análise comparativa das informações sociais e ambientais das empresas que compõem o ISE e de empresas integrantes dos índices de sustentabilidade de outros países, como por exemplo, o *Dow Jones Sustainability World Index*, o FTSE4Good e o JSE.

É possível, por fim, estabelecer uma relação entre os indicadores sociais e ambientais desse estudo, com o resultado econômico das empresas da amostra, uma vez que nesse estudo optou-se por verificar tão somente o impacto no valor adicionado a distribuir.

REFERÊNCIAS

ACQUIER, Aurélien; AGGERI, Franck. Une généalogie de la pensée managériale sur la RSE. **Revue Française de Gestion**, Paris, n. 180, p. 131-157, 2008/1. Disponível em: <http://www.cairn.info/article.php?ID_REVUE=RFG&ID_NUMPUBLIE=RFG_180&ID_ARTICLE=RFG_180_0131>. Acesso em: 02 dez. 2012.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL. Institui o manual de contabilidade do serviço público de energia elétrica, englobando o plano de contas revisado, com instruções contábeis e roteiro para elaboração e divulgação de informações econômicas financeiras. **Resolução n. 444**, de 26 de abril de 2001. Legislação federal e marginalia. Disponível em: <<http://www.aneel.gov.br>>. Acesso em: 01 jul. 2012.

AMARAL, Sergio Pinto. **Estabelecimento de Indicadores e Modelo de Relatório Sustentabilidade Ambiental, Social e Econômica: Uma Proposta para a Indústria de Petróleo Brasileira**. 2003. 250 f. Tese (Doutorado em Ciências do Planejamento Energético e Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Engenharias da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

AQUINO, Wagner de; SANTANA, Antonio Carlos de. Evidenciação. **Cadernos de Estudos – FIPECAFI**, São Paulo, n.5, p. 01-40, 1992. ISSN 1413-9251. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cest/n5/n5a02.pdf>> Acesso em: 16 maio 2012.

ARAS, Güler; AYBARS, Asli; KUTLU, Ozlem. Managing corporate performance: Investigating the relationship between corporate social responsibility and financial performance in emerging markets. **International Journal of Productivity and Performance Management**, Istanbul-Turkey, v. 59, Iss: 3, p. 229 – 254, 2010. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.1108/17410401011023573>> . Acesso em: 17 nov. 2012.

BANERJEE, Subhabrata Bobby. Corporate Social Responsibility: The Good, the Bad and the Ugly. **Critical Sociology**, London, 34(1) 51-79. 2008. Disponível em: <<http://www.fhi.duke.edu/sites/default/files/CMS-Banerjee.pdf>> Acesso em 05 dez. 2012

BASSETTO, Luci Ines. A incorporação da responsabilidade social e sustentabilidade: um estudo baseado no relatório de gestão 2005 da companhia paranaense de energia - COPEL. **Revista Gestão e Produção**, São Carlos, v. 17, n. 3, p. 639-651, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v17n3/16.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2012.

BEATO, Roberto Salgado; SOUZA, Maria Tereza Saraiva de; PARISOTTO, Iara dos Santos. Rentabilidade dos Índices de Sustentabilidade Empresarial em Bolsas de Valores: Um Estudo do ISE/Bovespa. **RAI - Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 108-127, set./dez. 2009.

BERTAGNOLLI, Daniele Dias de Oliveira. **Estudo sobre a influência dos investimentos sociais e ambientais no desempenho econômico das empresas**. 2006. 188f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, RS, 2013.

BERTAGNOLLI, Daniele Dias de Oliveira; OTT, Ernani; DAMACENA, Cláudio. Estudo sobre a Influência dos Investimentos Sociais e Ambientais no Desempenho Econômico das Empresas. In: CONGRESSO USP-FEPECAFI,. **Anais eletrônicos...**, 2006. São Paulo. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos62006/548.pdf>> Acesso em: 07 dez. 2012.

BEUREN, Ilse Maria; et al. Adequação da Evidenciação Social das Empresas de Capital Aberto no Relatório da Administração e Notas Explicativas às Recomendações da NBC T – 15. **RCO - Revista Contabilidade de Organizações**, São Paulo, v. 4, n. 8, p. 47-68, jan./abr. 2010. Disponível em: < <http://www.rco.usp.br/index.php/rco/article/view/76> > Acesso em: 04 abr. 2012.

BOESSO, Giacomo; KUMAR, Kamalesh; MICHELON, Giovanna. Descriptive, instrumental and strategic approaches to corporate social responsibility: Do they drive the financial performance of companies differently? **Accounting, Auditing & Accountability Journal**. v. 26, n. 3, p. 399-422, 2013. ISSN 0951-3574. doi: 10.1108/09513571311311874

BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS S.A - BM&FBOVESPA-. São Paulo, [2012]. Disponível em:<<http://www.bmfbovespa.com.br>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

BORGES, Jacqueline Florindo; MIRANDA, Rodrigo; VALADÃO JUNIOR, Valdir Machado. O Discurso das Fundações Corporativas: Caminhos de uma “Nova” Filantropia? **RAE**, v. 47, n. 4, p. 101-115, out./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v47n4/v47n4a09.pdf>> Acesso em: 20 set. 2012

BYRCH, Christine et al. Sustainable “what”? A cognitive approach to understanding sustainable development. **Qualitative Research in Accounting & Management**, v. 4, n. 1, 2007. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1108/11766090710732497>> Acesso em: 13 out. 2012.

BRASIL. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 05 mar. 2012.

BRASIL. **Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111941.htm>. Acesso em: 05 mar. 2012.

CALDELLI, Andrea; PARMIGIANI, Marisa Luiza. Management Information System – A tool for Corporate Sustainability. **Journal of Business Ethics**, v. 55, 2004.

CALLADO, Aldo Leonardo Cunha. **Modelo de Mensuração de Sustentabilidade Empresarial: Uma aplicação em vinícolas localizadas na Serra Gaúcha**. 2010. 215f. Tese (Doutorado em Agronegócios) – Programa de Pós Graduação em Agronegócios da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CAMPOS, Gabriel Moreira. O impacto de indicadores socioambientais no valor adicionado por empresas. **Enfoque: Reflexão Contábil**, Maringá, v. 30, n. 1, p. 83-93, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/11280>>. Acesso em: 16 maio 2013.

_____. **Principais fatores do estado contínuo e da sustentabilidade de empresas atuantes no Brasil**. 2012. 219 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) –Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, SP, 2012.

CARDOSO, Vanessa Ingrid da Costa; OLIVEIRA, Jona D`Arc de; HOLANDA, Allan Pinheiro. Análise comparativa dos investimentos em responsabilidade social entre as concessionárias e não-concessionárias de serviços públicos: um estudo das empresas integrantes do ISE da BM&FBOVESPA. In: Congresso USP-Fipecafi, 10., 2010, São Paulo. **Anais eletrônicos...**São Paulo: USP, 2010. Disponível em: <<http://congressosp.fipecafi.org/artigos102010/183.pdf>>. Acesso em: 17 dez.2013.

CARROLL, Archie B. A three-dimensional conceptual model of corporate performance. **Academy of Management Review** (pre-1986), v.4, n. 4, p. 497-505, out./ 1979.

CASTRO, Fernanda Amorim Ribeiro de; SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva. Análise da utilização dos indicadores essenciais da versão “G3”, da Global Reporting Initiative, nos Relatórios de Sustentabilidade das empresas do setor de energia elétrica Sul Americano. In: 1. South American Congress on Social and environmental Accounting Research, 2009, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<http://www.facc.ufrj.br/csear2009/23.pdf>>. Acesso em: 17 dez. 2012.

CAVALCANTI, Gabriella Holanda et al. Divulgação de Informações Contábeis Ambientais das Empresas Brasileiras do Setor de Utilidade Pública: Um Estudo sobre o grau de Aderência às Normas Brasileiras de Contabilidade. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, jul/dez 2009. Disponível em: <<http://www.atenas.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/ufrj/article/viewFile/769/778>>. Acesso em: 07 out. 2012.

CLARKSON, Max B.E. A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance. **Academy of Management Review**, v. 20, n. 1, p. 92-117, 1995.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS - CPC . Brasília-DF, [2012]. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>>. Acesso em: 20 ago. 2012.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM . Rio de Janeiro, [2012] Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso: 07 out. 2012.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS - CVM . **Deliberação nº 488, de 03 de outubro de 2005**. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/asp/cvmwww/atos/exiatio.asp?Tipo=D&File=/deli/deli488.htm>>. Acesso: 07 out. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Resolução **RE nº 1.003**, de 19 agosto de 2004. Aprova a NBC T 15 – Informações de Natureza Social e Ambiental.

Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2004/001003>. Acesso em: 20 mar. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Resolução **RE nº 1.055**, de 02 dezembro de 2011. Aprova o Pronunciamento Técnico CPC (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/CPC26_R1_Termo%20de%20aprovacao.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2012.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC. Resolução **RE nº 1.138**, de 21 novembro de 2008. Aprova a NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Disponível em: <<http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/Confirmacao.aspx>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

COPP, Richard; KREMMER, Michael L.; ROCA, Eduardo. Should funds invest in socially responsible investments during downturns?: Financial and legal implications of the fund manager's dilemma. **Accounting Research Journal**, v. 23, Iss: 3, p. 254 – 266, 2010. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1108/10309611011092583>>. Acesso em: 16 dez. 2012.

DANTAS, José Alves; ZENDERSKY, Humberto Carlos; NIYAMA, Jorge Katsumi. A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. In: EnANPAD, 28., 2004, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: ANPAD, 2004. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_subsecao=39&cod_evento_edicao=8&cod_edicao_trabalho=873>. Acesso em: 1º maio 2012.

DEEGAN, Craig.; RANKIN, Michaela. Do Australian companies report environmental news objectively? An analysis of environmental disclosure by firms prosecuted successfully by the environmental protection authority. **Accounting, Auditing e Accountability Journal**, v. 9. n. 2, p. 50-67. 1996.

DEEGAN, Craig.; Introduction: The legitimising effect of social and environmental disclosures – a theoretical foundation. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 15 Iss: 3, p. 282 – 311, 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1108/09513570210435852>>. Acesso em: 02 nov. 2012.

DEEGAN, Craig; RANKIN, Michaela; TOBIN, John. An examination of the corporate social and environmental disclosures of BHP from 1983-1997. **Accounting, Auditing & Accountability**, v. 15, n. 3, p. 312-343, 2005, doi: 10.1108/095135702104355861.

DE LUCA, Márcia Martins Mendes. **Demonstração do valor adicionado**: do cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo: Atlas, 1998.

ELKINGTON, John. Governance for Sustainability. **Corporate Governance: An International Review**, v. 14, n. 6, p. 522-529, nov. 2006. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-8683.2006.00527.x>> Acesso em: 14 fev. 2013.

FÁVERO, Luiz Paulo et al. **Análise de dados: modelagem multivariada para a tomada de decisões**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Sousa. **Contabilidade Ambiental: uma informação para o desenvolvimento sustentável.** São Paulo: Atlas, 2003.

FONSECA, Felipe Augusto Pessoa de Belmont; ALMEIDA; Karla Katuscia Nobrega de; FRANÇA, Robério Dantas de. Evidenciação de Informações Ambientais em Empresas do Segmento de Utilidade Pública listadas na BM&FBOVESPA: Um Estudo sobre a Evolução na Divulgação dessas Informações. **REUNIR - Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, Campina Grande, v. 2, n. 3, p. 51-68, Maio/Ago. 2012. Disponível em: <<http://150.165.111.246/revistaadmin/index.php/uacc/article/view/63>> Acesso em 10 out 2012.

FONTANA, Fernando Batista. **Fatores explicativos do nível de evidenciação voluntária de informações sobre os recursos intangíveis das empresas listadas na BM&FBovespa.** 116f. Dissertação (mestrado em contabilidade) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, (RS), 2011.

FREUND, John E. **Estatística Aplicada: economia, administração e contabilidade.** 11. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. Tradução: Claus Ivo Doering.

FRIEDMAN, Benjamin M. **As consequências morais do crescimento econômico.** Rio de Janeiro: Record, 2009. Tradução: Renato Bittencourt.

GALLON, Alessandra Vasconcelos; BEUREN, Ilse Maria; HEIN, Nelson. Evidenciação Contábil: Itens de maior divulgação nos relatórios da administração das empresas participantes dos níveis de governança da Bovespa. **Revista Contabilidade Vista e Revista**, Belo Horizonte-BH, v. 19, n. 2, p. 141-165, abr./jun.2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1970/197014585007.pdf>> Acesso em: 17 maio 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

Global Reporting Initiative - GRI. São Paulo [2012?]. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/Pages/default.aspx>>. Acesso em: 16 maio 2012.

Global Reporting Initiative - **Níveis de Aplicação da GRI.** São Paulo [2012?]. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/Pages/resource-library.aspx?resSearchMode=resSearchModeText&resLangText=Brazilian+Portuguese>>. Acesso em: 16 maio 2012.

GONÇALVES, Odair; OTT, Ernani. A Evidenciação nas Companhias Brasileiras de Capital Aberto. In: **EnANPAD, 26, 2002, Anais eletrônicos...** Salvador, 2002. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/login.php?cod_edicao_subsecao=49&cod_evento_edicao=6&cod_edicao_trabalho=2311>. Acesso em: 10 jul.2012.

GUJARATI, Damodar N.; PORTER, Dawn C. **Econometria Básica.** 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011. Tradução: Denise Durante, Mônica Rosemberg, Maria Lúcia G. L. Rosa.

HENDRIKSEN, Eldon S; VAN BREDA, Michael. **Teoria da contabilidade.** São Paulo: Atlas, 1999. Tradução Antonio Zoratto Sanvicente.

IUDÍCIBUS, Sergio. **Teoria da Contabilidade.** 1. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

KLANN, Roberto Carlos; BEUREN, Ilse Maria. Características de empresas que influenciam o seu disclosure voluntário de indicadores de desempenho. **Brazilian Business Review**, v. 8, n.2, p. 96-118, 2011. Disponível: < <http://www.redalyc.org/pdf/1230/123018559005.pdf> > Acesso: 10 maio 2012

KRUGER, Silvana Dalmutt; SCHUSSLER, Andrea Maciel; ALBERTON, Luiz. Evidenciação de Informações Sociais e Ambientais. In: SemeAD, 14., 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos...**São Paulo: FEA/USP, 2011. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/Semead/14semead/resultado/an_resumo.asp?cod_trabalho=431> Acesso em: 16 maio 2012.

LACY, Peter; HAINES, Arnaud; HAYWARD, Rob. Developing strategies and leaders to succeed in a new era of sustainability: Findings and insights from the United Nations Global Compact-Accenture CEO Study. **Journal of Management Development**, v. 31, Iss. 4, p. 346 – 357, 2012. doi: 10.1108/02621711211218997.

LAMEIRA, Valdir de Jesus et al. Sustentabilidade tem valor? - Uma investigação no mercado de capitais brasileiro. In: EnANPAD, 36, **Anais eletrônicos...**, 2012, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/evento.php?acao=trabalho&cod_edicao_subsecao=848&cod_evento_edicao=63&cod_edicao_trabalho=14505> . Acesso em 17 dez. 2012.

LEITE FILHO, Geraldo Alemandro. PRATES, Lorene Alexandre. GUIMARÃES, Thiago Neiva. Análise dos níveis de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras A+ do *Global Reporting Initiative* (GRI) no ano de 2007. **RCO - Revista de Contabilidade e Organizações** – FEA-RP/USP, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 44-59, set.-dez. 2009. Disponível em: <<http://www.rco.usp.br/index.php/rco/article/view/107>>. Acesso em: 19 ago. 2012.

LEITE, Rita Mara; RIBEIRO, Roberto Rivelino Martins; Vicente, PACHECO. Evidenciação do passivo ambiental e interação das empresas com o meio ambiente. In: ANPCONT, 1º, 2007, Gramado. **Anais eletrônicos...** Gramado: Associação Nacional de Programas de Pós Graduação em Ciências Contábeis, 2007. Disponível em: <<http://www.anpcont.com.br/site/docs/congressoI/02/CUE085.pdf>> Acesso em: 1º out. 2012.

LINDSTAEDT, Ângela Rozane de Souza; OTT, Ernani. Evidenciação de Informações Ambientais pela Contabilidade: um estudo comparativo entre as normas internacionais (ISAR/UNCTAD), norte-americanas e brasileiras. **Contabilidade Vista & Revista**. Belo Horizonte-BH, v. 18, n. 4, p. 11-35, out./dez. 2007

LINS, Luiz dos Santos; SILVA, Raimundo Nonato Sousa. Responsabilidade Sócio-ambiental ou *Greenwash*: Uma Avaliação com Base nos Relatórios de Sustentabilidade Ambiental. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, jan./jun. 2009. Disponível em: < <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/ufrrj/article/view/472> > Acesso em: 08 out 2012.

LISZBINSKI, Bianca Bigolin. **Implicações provocadas pela convergência as normas internacionais de Contabilidade no reconhecimento de ativos intangíveis sob a perspectiva institucional**: um estudo em empresas brasileiras de capital aberto. 2013. 91f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós Graduação em Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), São Leopoldo, RS, 2013.

LUZ, Sandro Gomes. **Empresas participantes do índice de sustentabilidade empresarial e seus desempenhos financeiros**: uma análise nos mercados brasileiros e norte-americano. 2009. 103 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Administração) - Faculdade de Economia e Administração-IBMEC, Rio de Janeiro, RJ, 2009.

MACHADO, Márcio Andre Veras et al. Análise da Relação entre Investimentos Socioambientais e a Inclusão de Empresas no Índice de Sustentabilidade Empresarial - (ISE) da BM&Fbovespa. **RCA - Revista de Ciências da Administração**, UFSC, v. 14, n. 32, p. 141-156, abr./2012 Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2735/273523616010.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2013.

MACHADO, Márcia Reis; MACHADO, Márcio André Veras; CORRAR, Luiz João. Desempenho do índice de sustentabilidade empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 5, n. 2, p. 24-38, abr./jun. 2009. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/viewFile/1401/957>> Acesso em: 03 out. 2012.

MALACRIDA, Mara Jane Contrera; YAMAMOTO, Marina Mitiyo. Governança corporativa: nível de evidenciação das informações e sua relação com a volatilidade das ações do Ibovespa. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 17, n.spe, p. 65-79, 2006. ISSN 1808-057X. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v17nspe/v17nspea06.pdf>> Acesso em 16 maio 2012

MARCONDES, Adalberto Wodianer; BACARJI, Celso Dobes. **ISE: Sustentabilidade no Mercado de Capitais**. 1. ed. São Paulo: Report Ed., 2010.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES César. **Gestão da Responsabilidade Social Corporativa: o caso brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro, Qualitymark, 2004.

MURCIA, Fernando Dal-Ri et al. Mapeamento da pesquisa sobre disclosure ambiental no cenário internacional: uma revisão dos artigos publicados em periódicos publicados em periódicos de língua inglesa no período de 1997 a 2007. **Revista ConTexto**, Porto Alegre, v. 10, n. 17, p. 7- 18, 1º semestre 2010. Disponível em:<<http://seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/11766>>. Acesso em: 08 dez. 2012.

MURRAY, Alan. et al. **Do financial markets care about social and environmental disclosure?** Further evidence and exploration from the UK. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, v. 19, n. 2, p. 228-255, 2006. Disponível em: < www.emeraldinsight.com/0951-3574.htm>. Acesso em: 16 maio 2012.

NASCIMENTO, Sabrina do et al. Adequação da Evidenciação Ambiental das empresas de capital aberto às recomendações da NBC T -15. In: ENGEMA, 11, 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: FEA/USP, 2009, Disponível em: < <http://engema.org.br/edicoes-antteriores/>>. Acesso em: 08 dez. 2012.

NOSSA, Valcemiro. **Disclosure ambiental**: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional. 2002. 246 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) - Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, SP 2002.

NOSSA, Silvana Neris; TEIXEIRA, Aridelmo José Campanharo; FIORIO, Simone Luiza,. Uma abordagem Epistemológica da pesquisa contábil sobre Balanço Social e Demonstração do Valor Adicionado. **REPEC - Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 89-118, abr./jul. 2007. Disponível em:<<http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/10>>. Acesso em: 08 dez. 2012.

NUNES, Julyana Goldner et al. Análise das variáveis que influenciam a adesão das empresas ao índice BM&FBovespa de Sustentabilidade Empresarial. **BASE - Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos** , São Leopoldo, v. 7, n. 4, p. :328-340, out./dez 2010.

NUNES, Tânia Cristina Silva; CASA NOVA, Silvia Pereira de Castro; CORNACHIONE JUNIOR, Edgard Bruno. As empresas sustentáveis são realmente mais rentáveis? E o seu nível de risco é diferente das demais? In: SEMEAD, 14, 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: FEA/USP, 2011. Disponível em: < <http://www.semead.com.br/>>. Acesso em: 08 dez. 2012.

OLIVEIRA, José Antonio Puppim. Uma avaliação dos Balanços Sociais das 500 maiores. **RAE-eletrônica**, v. 4, n. 1, art. 2, jan./jul. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v4n1/v4n1a02.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2012.

OLIVEIRA, Robson de. **Contabilidade ambiental**: evidenciação de eventos econômicos de natureza ambiental pelas empresas do setor químico e petroquímico. 2005. 145 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica) – Centro Universitário Álvares Penteado – Unifecap, São Paulo, 2005.

ORELLANO, Verônica Ines Fernandez; QUIOTA, Silvia. Análise do retorno dos investimentos socioambientais das empresas brasileiras. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 51, n. 5, set./out. 2011. Disponível em: <http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_S0034-75902011000500004.pdf> . Acesso em: 07 set. 2012.

PARENTE, Tobias Coutinho et al. A relação entre estratégia e responsabilidade social: uma análise histórica. In: ENGEMA, 14., 2012, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://engema.org.br/edicoes-antiores/>>. Acesso em: 07 dez. 2012.

PINTO, Anacleto Laurino; RIBEIRO, Maisa de Souza. Balanço Social: Avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no Estado de Santa Catarina. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, n. 36, p. 21 - 34, set./dez. 2004.

PONTE, Vera Maria Rodrigues; OLIVEIRA, Marcelle Colares. A prática da evidenciação de informações avançadas e não obrigatórias nas demonstrações contábeis das empresas brasileiras. **Revista Contabilidade & Finanças**. São Paulo, n. 36, p. 7-20. set./dez. 2004.

Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v15n36/v15n36a01.pdf>>. Acesso em: 1º maio 2012.

QUELHAS, Filipe de Castro. Responsabilidade Social Corporativa. In: Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 6, 2010, Niterói/RJ. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.excelenciaemgestao.org/Portals/2/documents/cneg6/anais/T10_0261_1208.pdf> Acesso em: 04 nov. 2012.

REYNAUD *et al*, Emmanuelle E., La responsabilité sociale de l'entreprise à l'épreuve de l'Europe. **Revue Française de Gestion**, Lavoisier, Paris, n. 180, p. 109-130, 2008/1. Disponível em: <http://www.cairn.info/article.php?ID_REVUE=RFG&ID_NUMPUBLIE=RFG_180&ID_ARTICLE=RFG_180_0109>. Acesso em: 15 nov. 2012.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2005.

RIBEIRO, Alex Mussoi; VAN BELLEN, Hans Michael; CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de. Regulamentar faz a diferença? O caso da evidenciação ambiental. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 22, n. 56, p. 137-154, maio/jun./jul./ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v22n56/v22n56a02.pdf>>. Acesso em: 07 set. 2012.

RICO, Elizabeth de Melo. A Responsabilidade Social Empresarial e o Estado: Uma Aliança para o Desenvolvimento Sustentável. **São Paulo em Perspectiva**, 18 (4), p. 73-82, 2004.

ROVER, Suliani; BORBA, José Alonso; BORGERT, Altair. Como as empresas classificadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) evidenciam os custos e investimentos ambientais? **Custos e @gronegocio - on line**, v. 4, n. 1, Jan/Abr. 2008. Disponível em: <<http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero1v4/Custos%20ambientais%20e%20agronegocio.pdf>>. Acesso: 11 maio 2012.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**. São Paulo: Nobel, 1993.

SANCOVSCHI, Moacir; SILVA, Adolfo Henrique Coutinho. Evidenciação Social Corporativa: Estudo de Caso da Empresa Petróleo Brasileiro S.A. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, 2006. Disponível em: <<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/ufrj/article/view/566>>. Acesso em: 07 set. 2012.

SAMPAIO, Márcio Santos et al. Evidenciação de informações socioambientais e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 8, n. 1, p. 105-122, jan./mar., 2012. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/2370>> Acesso em: 09 out. 2012

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo. **Contabilidade Societária**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SANTOS, Maria João Nicolau; SILVA, Rogério Rodrigues da. A Importância da Responsabilidade Social Corporativa para a Potenciação do Capital Social em Pequenas e Médias Empresas. **RCA - Revista de Ciências da Administração**. v. 12, n. 27, p. 190-207, maio-agos./2010. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/2175-8077.2010v12n27p190>>. Acesso em 27 nov. 2012

SILVA, Lílian Simone Aguiar da; QUELAS, Osvaldo Luiz Gonçalves. Sustentabilidade Empresarial e o Impacto no Custo de Capital Próprio das Empresas de Capital Aberto. **Gestão & Produção**, São Carlos, v.13, n.3, p.385-395, set./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v13n3/02.pdf>> Acesso em: 07 out. 2012.

SILVA, Júlio Orestes da. et al. Evidenciação dos Custos Ambientais nas Empresas que Compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE). In: Engema, 11., 2009. São Paulo. **Anais eletrônicos...**São Paulo: Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: < <http://engema.org.br>>. Acesso em: 29 dez. 2011.

SILVEIRA, Elen Duran da et al. Uma análise da evidenciação da responsabilidade social da CONAB sob a perspectiva da NBC T 15. IN: SemeAD, 14., 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos...**São Paulo: FEA/USP, 2011. Disponível em: < <http://www.ead.fea.usp.br/Semead/14semead/resultado/trabalhosPDF/1134.pdf>>. Acesso em: 22 set. 2012

SIQUEIRA, José Ricardo Maia de; VIDAL, Mario Cesar Rodríguez. Balanços Sociais Brasileiros: Uma análise de seu estágio atual. **Universidade Federal do Rio de Janeiro**, 2009. Disponível: <http://www.ergonomia.ufrj.br/artigos/USP_2.pdf> Acesso em: 10 maio 2011.

SKOULLOUDIS, Antonis; EVANGELINOS, Konstantinos; KOURMOUSIS, Fotis. Assessing non-financial reports according to the Global Reporting Initiative guidelines: evidence from Greece. **Journal of Cleaner Production**, n. 18, p. 426-438, 2010.

SMITH, N. Craig. Corporate Social Responsibility: not whether, but how? **London Business School**. London, n. 3-701, abri./2003. Disponível em:<<http://www.london.edu/facultyandresearch/research/docs/03-701.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2012.

SOUZA, Valdiva R.; RIBEIRO, Maisa de S. Aplicação da contabilidade ambiental na indústria madeireira. **Revista de Contabilidade & Finanças**, São Paulo, n. 35, p. 54-67, maio/agos. 2004. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1519-70772004000200005&script=sci_arttext>. Acesso em: 15 maio 2011.

STEURER, Reinhard et al. Corporations, Stakeholders and Sustainable Development I: A Theoretical Exploration of Business–Society Relations . **Journal of Business Ethics**, n. 61, p. 263–281, 2005, doi 10.1007/s10551-005-7054-0.

SUAVE, Ricardo et al. Evidenciação Ambiental: Convergências e Divergências em diferentes cenários de resultados segundo a NBC T 15. **REAVI - Revista Eletrônica do Alto Vale do Itajaí**, Ibirama, n. 22, p, 53-64, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.revistas.udesc.br/index.php/reavi/article/view/2896>> Acesso em: 15 maio 2013

STRUGATCH, Warren. Turning values into valuation: Can corporate social responsibility survive hard times and emerge intact? **Journal of Management Development**, v. 30, Iss: 1,

p. 44 – 48, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1108/02621711111098352>> Acesso em: 19 out. 2012.

SUN, Li. Further evidence on the association between corporate social responsibility and financial Performance. **International Journal of Law and Management**, v. 54 Iss: 6 p. 472 – 484, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1108/17542431211281954>>. Acesso em: 26 nov. 2012.

TEIXEIRA, Evimael Alves; NOSSA, Valcemiro; FUNCHAL, Bruno. O índice de sustentabilidade empresarial (ISE) e os impactos no endividamento e na percepção de risco. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 22, n. 55, p. 29-44, jan./fev./mar./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v22n55/a03v22n55.pdf>>. Acesso em 26 nov. 2012.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco Social**: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2004.

TILLING, Matthew V.; TILT, Carol A. The edge of legitimacy Voluntary social and environmental reporting in Rothmans' 1956-1999 annual reports. **Accounting, Auditing & Accountability Journal**, v. 23 n. 1, p. 55-81, 2010. doi: 10.1108/09513571011010600

TREBECK, Katherine. Exploring the responsiveness of companies: corporate social responsibility to stakeholders. **Social Responsibility Journal**, v. 4, n. 3, p. 349-365, 2008 doi: 10.1108/17471110810892857

VASCONCELOS, Isabella Francisca Freitas Gouveia de; ALVES, Mario Aquino; PESQUEUX, Yvon. Responsabilidade Social Corporativa e Desenvolvimento Sustentável: olhares habermasianos. **RAE - Revista de Administração e Economia**. v. 52, n. 2, p. 148-152, mar./abr.2012. Disponível em:<http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/10.1590_s0034-75902012000200002_0.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2012

VELLANI, Cassio. Luiz; RIBEIRO, Maisa de Souza. Sustentabilidade e contabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, ano 6, v. 1, n. 11, p. 187-206, jan./jun., 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/10765/11610>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

VERRECCHIA, Robert E. Disclosure and the cost of capital: A discussion. **Journal of Accounting and Economics**, n.26, p. 271-283, 1999.

VIEIRA, Marli Terezinha. FARIA, Ana Cristina. Aplicação da NBC T 15 por empresas dos segmentos de bebidas e alimentos: uma pesquisa documental. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 3, n. 1, p. 49-69, jan./abr. 2007. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/142>>. Acesso em: 07 set. 2012.

WCED. Comissão Mundial de Desenvolvimento Sustentável. **Our Common Future**. United Nations, 1987. Disponível em: http://conspect.nl/pdf/Our_Common_Future-Brundtland_Report_1987.pdf. Acesso em: 07 out. 2011.

WHEELER, David; ELKINGTON, John. The end of the Corporate Environmental Report? Or The Advent of Cybernetic Sustainability Reporting and Communication. **Business Strategy and the Environment**, v. 10, p. 1–14, 2001.

APÊNDICE A

EMPRESAS	SETOR DE ATUAÇÃO
AES Tietê S.A.	Energia Elétrica
Banco Bradesco S.A.	Bancos
Banco do Brasil S.A.	Bancos
Braskem S.A.	Petroquímicos e Borracha
BRF - Brasil Foods S.A.	Alimentos
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras)	Energia Elétrica
Cia. Energ. Minas Gerais (CEMIG)	Energia Elétrica
Cia. Energética do Ceará (Coelce)	Energia Elétrica
Cia. Energética de São Paulo (CESP)	Energia Elétrica
Cia. Paranaense Energia (COPEL)	Energia Elétrica
Cia. Saneamento Básico São Paulo (SABESP)	Saneamento, Serv. Água e Gás
CPFL Energia S. A.	Energia Elétrica
Duratex S.A.	Constr. Civil, Mat. Constr. e Decoração
EDP - Energias do Brasil S.A.	Energia Elétrica
Eletropaulo Metropolitana El.S.Paulo S.A	Máqs., Equip., Veíc. e Peças
Empr. Bras. Aeronáutica S.A. (EMBRAER)	Máq., Equip., Veículos e Peças
Even Construtora e Incorporadora S.A.	Constr. Civil, Mat. Constr. e Decoração
Fibria Celulose S.A.	Papel e Celulose
Gerdau S.A.	Metalurgia e Siderurgia
Investimetnos Itaú S.A. (ITAÚSA)	Emp. Adm. Part. - Sem Setor Principal
Itaú Unibanco <i> Holding</i> S.A.	Bancos
Light S.A	Energia Elétrica
Metalúrgica Gerdau S.A.	Metalurgia e Siderurgia
Natura Cosméticos S.A.	Farmacêutico e Higiene
Redecard	
Sul América S. A.	Seguradoras e Corretoras
Suzano Papel e Celulose S.A.	Papel e Celulose
Telemar Participações S.A.	Telecomunicações
Tim Participações S.A.	Telecomunicações
Tractebel Energia S.A.	Energia Elétrica
Total população	30